

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A escrita da História e o Rei.

*Um estudo sobre os Quatro Livros de História de Richer de Reims e
os Cinco Livros de História de Raoul Glaber
(séculos X-XI).*

Rafael José Bassi

Porto Alegre
2014

Rafael José Bassi

A escrita da História e o Rei.

Um estudo sobre os Quatro Livros de História de Richer de Reims e os Cinco Livros de História de Raoul Glaber (séculos X-XI).

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em História ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Cybele Crossetti de Almeida.

Porto Alegre
2014

A escrita da História e o Rei.
Um estudo sobre os Quatro Livros de História de Richer de Reims e os Cinco Livros de História de Raoul Glaber (séculos X-XI).

Rafael José Bassi

Banca examinadora:

Dra. Cybele Crossetti de Almeida – (Dep. História – UFRGS) - Orientadora

Dr. Igor Salomão Teixeira – (Dep. História – UFRGS)

Dr. Nilton Mullet Pereira – (Dep. Educação – UFRGS)

Dra. Carlinda Maria Fischer Mattos – (Museu Hipólito José da Costa)

Porto Alegre
2014

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

*A gente os amava e temia, a gente os adorava até, porque os Reis eram uns belos
animais heráldicos.
Estilizados. Decorativos. Únicos.
Um dia, deu-lhes para usarem paletó... como eu, como tu, como o José...
E foram-se acabando de um em um.*

Mario Quintana

Para Eliana e Ana Lgia, que tanto lutaram para ver isso comigo!
Um amor eterno!

AGRADECIMENTOS

*E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
(Gonzaguinha – Caminhos do Coração)*

Gonzaguinha soube expor perfeitamente a minha necessidade de agradecer a várias pessoas nessa dissertação. Ela é o resultado de várias pessoas, que mesmo que elas não saibam, foram essenciais para que a pesquisa pudesse ser feita, cada uma ajudando à sua maneira.

E bah!, quando cheguei aqui em Porto Alegre achei que seria difícil a adaptação. Mas com todo esse pessoal tri, foi tranquilo. Portanto, um baita agradecimento pra todo esse pessoal que eu vou falar agora.

Agradeço imensamente ao CNPq, pela bolsa, que me possibilitou um tempo precioso para a pesquisa.

Agradeço também a Camila e a Célia, que foram responsáveis pela ajuda imprescindível do início de tudo nesta maravilhosa cidade.

Também a Liane e ao Diego Zanella, que me possibilitaram a entrada no Unificado, onde eu tive o prazer de dispor de meu tempo, minhas risadas, minhas experiências docentes com grandes pessoas, que mais do que colegas, agora são amigos fundamentais em minha vida. Nessa instituição, fui muito bem recebido pela Beth, Solani, Elisa e Evanize, que sempre me apoiaram em minhas necessidades acadêmicas. Também fui muito bem acolhido pelos meus colegas de cadeira: o Zé, o Pimentel e o Fabrício (parceiro para os sambas-enredos e conversas – e não posso deixar de agradecer à Tita, sua esposa, tão querida e amiga). Não posso esquecer do querido Professor Jorge Nery, por toda sabedoria e apoio, sempre. Não poderia deixar de citar, para que recebam reconhecimento: os Cris (o de matemática e o de geografia), o Ávila, a Elenara, o querido Protásio, o Sandro (grandes conversas no retorno das aulas), o Pirillo, o Dado (sempre ajudando nas questões gramaticais), o Elói, o Arthur Telló (com a ajuda no latim!), o Zé Luís, a Roberta e todo o grupo de professores... E também o Renan, pela amizade e resolução de algumas burocracias institucionais. Em alguns momentos, as conversas com esse pessoal me foram um alívio, que eles não podem nem imaginar... Todo o pessoal da secretaria, as tias, o pessoal do atendimento, todo mundo tem o seu quinhão ao transformar as minhas tarefas no trabalho mais fáceis e prazerosas.

Também quero agradecer aos amigos da Confraria, que se reunia (quase) toda semana, pois proporcionaram momentos de grande alegria para passar por todas as pendengas que vamos encontrando por aí: Fábio, Velloso, Guilherme, Daniel e Fabrício.

Aos amigos da Pós, que foram extremamente importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa – e por dividirem cafés por aí. Sylvania, querida amiga, que foi fundamental, porque me escutava durante horas e horas, sobre todos os assuntos. Aos amigos da Aedos, a Gabi e o Telles, que ajudaram nas questões sobre a revista. E também a Michele, a Letícia, a Sandra e o Diego, por tantas conversas acadêmicas ou não – e hilárias, sempre.

Ao pessoal de medieval: os guris da sala, que sempre discutiram avidamente história e tudo mais ao longo desses dois anos.

Não poderia deixar de lembrar dos meus amigos queridos do Paraná: o Nilson e o Wagner, por sermos nós três o grupo mais animado que o meio educacional já teve. A Manu, a Cândice, o Diego (“Jesus”), o Mauro, a Darlene (carinhosamente apelidada de “Dir”) e o Jair, o André, o Jeferson e o Edílson, que sempre me alegravam nas manhãs. Sem falar na minha grande e querida amiga Roberta, sempre uma companheira para a resolução dos meus mais distintos problemas e também parceira para dividir as risadas.

Aos amigos Su e Thiago, um agradecimento pelos anos e anos de amizade. E também a Ju, a Pérola, a Dani e a Marta (pelos eternos *5 Beatles* que fomos nós). A Laura, que, mesmo na Argentina, sempre está presente. E ao pessoal do Rio: a Bianca (e sua querida família), o João e a Ana, pela amizade carioca de sempre. E a Paula, pela parceria nas conversas aqui em Poa.

Aos meus alunos (de Curitiba, Porto Alegre, Santa Cruz, Montenegro, Osório, Novo Hamburgo e São Leopoldo... ufa!), razão de todo meu trabalho. Aqueles com os quais tento cultivar, além do conhecimento, a amizade! Para que eles sejam sempre críticos e cheios de bondade, em um mundo tão difícil com as pessoas como é o nosso.

A minha orientadora Cybele, por todo apoio e suporte na produção deste trabalho. Seus critérios de correção ajudaram – e muito! – na redação da pesquisa.

Ao Igor, pela participação na qualificação e na banca. E pela amizade e todo o apoio necessários em vários momentos.

Ao Rivair, por participar da qualificação e por ser para mim sempre um exemplo de professor e pesquisador.

A Caia e ao Nilton, sempre tão queridos, por aceitarem participar da banca!

Ao grupo de Professores do Departamento de História da UFRGS, que sempre me ajudou e que me serviu de grande exemplo: Padrós, Sílvia Petersen, Benito, Nicolazzi. E também aos meus antigos Professores na UFPR: Rafael Benthien, Joseli Mendonça, Marcella Guimarães, Andréa Doré, o Professor Antunes (*in memoriam*). Sempre me deram grandes exemplos de como ser historiador. E me fizeram, principalmente, querer estar ao lado deles na profissão.

A escola pública, que me formou desde o be-a-bá até aqui.

A minha família, a base de tudo o que sou! Aos meus avós, dona Dalva e seu Zeca (lá... em Santa Mariana). Ao meu amado pai, Carlito. Minha amada mãe, Eliana. Aos meus irmãos: Ana Lúcia e Junior. Minhas sobrinhas: Vitória e Isadora. Ao Cláudio e a Dani, cunhados. Esse povo todo me é fundamental nos dias todos e na memória constante. Só a palavra amor pode ser utilizada para escrever sobre eles.

À esperança, que me lateja e que me faz viver e trabalhar sempre!

RESUMO

Nesta dissertação, problematizamos a noção de história presente em duas obras produzidas nos séculos X e XI no Reino dos Francos: os *Quatro Livros de História*, de Richer de Reims, e os *Cinco Livros de História*, de Raoul Glaber. Ambos autores eram monges e, com isso, analisamos também seu espaço de formação, para podermos conceber quais eram as bases educacionais formativas para suas concepções de história neste período. Qual era a função da história? Como deveria ser a escrita da história? A partir de quais referências sobre os eventos passados? Havia um método para a escrita? Esses autores podem ser considerados historiadores? Essas são questões que são levantadas nesse trabalho. A partir da ideia de que a escrita da história era feita de forma consciente por parte dos seus autores, o ato de historiar os eventos passados tem interesses diversos. Assim, também problematizamos a possibilidade desses relatos estarem interligados com interesses políticos no contexto de sua produção, partindo da análise da ascensão de Hugo Capeto ao trono do Reino dos Francos em 987.

Palavras-chave: Historiografia medieval. Raoul Glaber. Richer de Reims.

RESUMEN

En esta tesis problematizamos la noción de historia presente en dos obras producidas en los siglos X y XI en el Reino de los Francos: los Cuatro libros de historia, de Richer de Reims, y los Cinco libros de historia, de Raoul Glaber. Ambos autores eran monjes y, por lo tanto, analizamos también el espacio de formación para concebirnos cuales eran las bases educacionales para la formación de las concepciones de historia en este período. ¿Cual era la función de la historia? ¿Como se debería escribir la historia? ¿A partir de cuales referencias sobre los eventos pasados? ¿Había un método para la escrita? ¿Estos autores pueden ser considerados historiadores? Son algunas cuestiones que hacemos en esta tesis. Partiendo de la idea de qué la historia era hecha de forma consciente por la parte de sus autores, el ato de historiar los eventos pasados tiene diversos intereses. Así, también problematizamos la posibilidad que estos relatos están relacionados con los intereses políticos del período de la producción de la obra, partiendo del análisis de la ascensión de Hugo Capeto al Reino de los Francos en el año de 987.

Palabras-Claves: Historiografía medieval. Raoul Glaber. Richer de Reims.

ABSTRACT

In this thesis we discuss the notion of history in two works produced in the tenth and eleventh centuries at the Kingdom of Franks: the four books of Richer of Reims' *Historiae*, and the five books of Rudolfus Glaber's *History*. Both authors were monks, and thereby, we also analyze their space of formation, in order to conceive what were the formative educational basis for their conceptions of history in this period. What was the role of history? How should the writing of history be done? From which references about past events should it be done? was there a method for writing? Can those authors be considered historians? These are the questions raised in this work. From the idea that the writing of history was made consciously by part of the authors, the act of recounting past events has several interests. Thus, we also problematize the possibility that these accounts were intertwined with political interests in the context of its production, starting with an analysis of the rise of Hugh Capet to the throne of the Kingdom of the Franks in 987.

Keywords: Medieval historiography. Rudolfus Glaber. Richer of Reims.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REIMS E CLUNY: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE HISTÓRIA.....	28
1.1 E O PRÓLOGO: POR QUÊ?.....	38
1.2 A HISTORIOGRAFIA BIZANTINA A PARTIR DO SÉCULO IX: DE CONSTANTINO VII PORFIROGÊNITO A ANNA COMNENA	41
1.3 HISTÓRIA NO OCIDENTE – PRIMEIRAS IDEIAS	46
2 A IDADE MÉDIA TEVE HISTORIADORES? OS CASOS DE RICHER DE REIMS E RAOUL GLABER.	51
2.1 RICHER DE REIMS.....	52
2.2 RAOUL GLABER.....	62
2.3 A DIVINA QUATERNIDADE.....	66
2.4 CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS SOBRE OS AUTORES MEDIEVAIS.....	70
3 ESCREVER A HISTÓRIA DO REI. A MUDANÇA DINÁSTICA NO REINO DOS FRANCOS. O EXEMPLO DE HUGO CAPETO (987).	76
3.1 POR UMA VISÃO POLÍTICA.....	78
3.2 FORMULAÇÃO DAS IDEIAS – O SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.	81
3.3 CONCEPÇÃO MUTACIONISTA	86
3.4 PERCEPÇÃO ANTIMUTACIONISTA.....	88
3.5 NOVAS FORMAS PARA DISCUSSÃO SOBRE O PERÍODO – UMA PROPOSTA A PARTIR DE RICHER DE REIMS E RAOUL GLABER.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS.....	132

INTRODUÇÃO

A maior parte dos medievalistas concorda, hoje em dia, que a Idade Média nasceu de um preconceito que foi formulado a partir da Renascença. O historiador francês Bernard Guenée afirma até mesmo que a Idade Média nasceu do “desprezo”¹ da historiografia posterior. Durante todo o período moderno e início do período contemporâneo, ora a Idade Média era rechaçada (como fizeram, por exemplo, os historiadores positivistas), ora era enaltecida, (prática comum aos escritores românticos com as mais diversas novelas folhetinescas do século XIX)². Isso fez com que o período medieval fosse alterando o seu lugar na história e a sua importância historiográfica. Fez também com que as formas de análise sobre o período se modificassem constantemente, de acordo com as escolhas dos historiadores e com as suas tendências ideológicas, como a formulação da escola metódica, no século XIX, para citarmos um exemplo de forma de análise.

O mesmo problema de compreensão e alternância das análises pode ser encontrado nos estudos sobre a escrita da história durante o período medieval. A escrita da história, na Idade Média, foi amplamente praticada, mas não como as outras disciplinas, principalmente as artes liberais do *trivium* – gramática, lógica e retórica –, ou o *quadrivium* – aritmética, geometria, astronomia e música –; nem foi o ofício principal daqueles que se colocavam a escrevê-la, sempre sendo relegada a uma posição secundária nas atividades destes agentes. Não obstante esses aspectos, várias obras foram escritas e elas são importantes documentações sobre as diversas épocas do período medieval. Sobre elas, um ponto que devemos problematizar é a utilização do conceito de história para o período. O que foi a escrita da história? Quem fazia essa função? Podemos denominar de historiadores esses homens que se puseram a escrever a história durante a Idade Média? Havia um método, uma base de percepção sobre o que era a história? Qual era a função do método, do historiador e da história? Todos

¹ GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris, Aubier-Montaigne, 1980, p. 9.

² Para uma boa discussão sobre o tópico, ver FRANCO JÚNIOR, Hilário. Introdução. O (pré)conceito de Idade Média. In.: idem, *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001, pp. 11-18.

esses questionamentos foram problematizados para que essa pesquisa pudesse ser colocada em andamento.

Alguns casos/exemplos são importantes para ilustrar a vasta produção histórica deste período. Um deles é a obra do bispo Gregório de Tours, composto pelo conjunto de dez livros que recebem o nome de *Histórias*³, sem o qual não se poderia ter muito mais do que algumas informações sobre todo o período merovíngio. Outro caso é Procópio de Cesaréia que registrou, com suas *Histórias* e com a sua *História Secreta*⁴, vários relatos sobre o período do Império de Justiniano e também de Teodora, em Bizâncio. Anna Comnena, com sua *Alexíada*⁵, registra o reinado de seu pai, Aleixo I Comneno e constitui, até onde se tem notícia, o único relato por parte dos bizantinos sobre o movimento da Primeira Cruzada. Por fim, pode-se também citar Niceta Coniata⁶, que continua a obra de Anna Comnena a partir do ponto de parada da princesa bizantina, relatando os demais movimentos cruzadistas que passaram por Constantinopla no início da Baixa Idade Média.

Exemplos são muitos (os que sublinhamos são apenas os que mais nos intrigam e os que temos acesso direto hoje em dia). Isso pode ser compreendido como a demonstração da importância da escrita da história ao longo do período medieval. Também aponta para a necessidade de problematizações sobre esse *corpus* documental ainda tão pouco explorado em suas questões sobre a narrativa histórica, sua concepção, sua função, sua montagem, entre tantos outros aspectos.

E, para compreender a escrita da história, pode-se salientar que, na Idade Média, um importante centro de difusão da cultura histórica foram os mosteiros - uma obviedade, mas que será importante para a argumentação

³ Obra completa, traduzida em francês por Guizot, disponível em: [http://fr.wikisource.org/wiki/Histoires_\(Grégoire_de_Tours\)/Préface](http://fr.wikisource.org/wiki/Histoires_(Grégoire_de_Tours)/Préface), além da versão latina, também completa, disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/gregorytours.html>, ambas com acesso em 18/janeiro/2014.

⁴ PROCOPIO. Cesaréia. *Historia Secreta*. Traducción de Juan Signes Codoñer. Madrid: Gredos, 2000. E PROCOPIUS. *History of the wars: Books I – II*. English translation by H. B. Dewing.

Cambridge: Harvard University Press, 1992.

⁵ COMNENO, Ana. *La Alexíada*. Traducción de Emilio Díaz rolando. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 1989.

⁶ Niceta Coniata, *Grandezza e catastrofe di Bisanzio 1: Libri 1-8*. Traduzione di Anna Meschini Pontani. Milano: Fond. Valla-Mondadori, 1994; Niceta Coniata, *Grandezza e catastrofe di Bisanzio 2: Libri 9.-14.* (a cura di Anna Meschini Pontani). Milano: Fond. Valla-Mondadori, 1999.

futura. Marie-Paulie Caire-Jabinet aponta o mosteiro como centro de produção historiográfica, colocando-o como o lugar, junto com algumas igrejas e algumas escolas, onde se podia encontrar uma biblioteca que continha a documentação necessária para que um monge pudesse escrever a história⁷. Claro que nem todos os mosteiros foram centros de produção histórica, mas muitos deles determinavam que alguns de seus monges exercessem a função da escrita da história, mesmo este ofício possuindo funções múltiplas, que eram consideradas desde a manutenção do que a memória faz apagar (sendo este o ponto que mais nos interessa no momento deste trabalho), até a formalização de documentação para prova de registro de posse entre os nobres e entre a Igreja⁸. Essa escrita da história, segundo o historiador francês Bernard Guenée, era mais próxima da teologia, da hagiografia e da liturgia que continuava a ser o essencial de sua cultura monástica⁹, sendo, portanto, e geralmente, denominada como uma história cristã, como também apontam tanto Caire-Jabinet quanto Philippe Tétart¹⁰. Na sua maioria, as obras destes monges tinham um público específico, pois, como Guenée salienta, o entendimento sobre a obra de um historiador da Idade Média depende da análise do meio ao qual está inserido este mestre de ofício e qual o seu público. Dessa forma, aponta-se que uma obra de cunho histórico nasce do encontro entre uma cultura, um autor e o seu público¹¹. Trabalharemos esse tópico no capítulo 1 (*Reims e Cluny. Espaços de produção de história*) desta dissertação, que intenta justamente uma análise de Reims e Cluny, compreendendo esses espaços enquanto centros de produção em que se praticava a escrita da história durante o período medieval e quais as características principais dessa concepção histórica, da forma e função da escrita da história, que, portanto, formaram os autores que elencamos para este trabalho.

É ao resultado dessa produção feita por esses autores medievais que chamamos, nesta pesquisa, de historiografia medieval. E a sua análise é,

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. O Período Medieval: uma história cristã. In.: idem. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2003, pp. 23-24.

⁸ *Idem*, pp. 22.

⁹ GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

¹⁰ TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: Edusc, 2000, pp. 33-42.

¹¹ GUENÉE, "História", p. 525.

para nós, importantíssima para o entendimento da sociedade medieval e também dos estudos históricos sobre o próprio ofício da escrita da história, pois, a partir destes textos, pode-se analisar e problematizar todo o contexto social visto do prisma do autor da obra, além de constituir um material rico para problematizações sobre a sociedade, a política, a economia e as mais variadas características da época¹².

Para o entendimento da escrita da história, um importante elemento que está à nossa disposição é a análise dos *prólogos* das obras. Muitas vezes, desde a Antiguidade, conforme alguns autores que corroboram com essa ideia, encontramos nas obras um *prólogo*: um pequeno texto que antecede os capítulos do livro propriamente ditos. O prólogo é, por definição clássica do Dicionário Aurélio, uma explicação primeira, que antecede a obra em si e que, em poucas linhas, visa explicar as intenções do autor para seu público; também pode ser chamado de prefácio, de proêmio, preâmbulo, entre outros¹³. Esses prólogos, segundo Bernard Guenée, foram renegados após o período medieval – até o século XX isso ainda acontecia –, sendo que, muitas vezes, foram deixadas de lado tanto a sua leitura quanto a sua publicação. Isso por decorrência de uma determinada análise, feita pelos pesquisadores posteriores, afirmando que nestas páginas apenas podiam ser encontrados alguns lugares-comuns, algumas fórmulas, algumas ideias que em nada contribuiriam para a análise da obra, da sociedade, da própria pesquisa histórica sobre a qual se debruçavam¹⁴.

Há nessa postura analítica, nessa leitura, um erro que consideramos muito grave para a compreensão da escrita da história nesse período. É justamente nos prólogos que se encontram alguns pressupostos importantíssimos para o estudo da historiografia medieval. É no prólogo, por exemplo, que podemos encontrar o testemunho do autor, seu relato pessoal, demonstrando que sua obra é uma obra *consciente*¹⁵. Alguns prefácios, ou prólogos, não contêm mais do que algumas linhas, outros nem estão

¹² Salientamos um vasto leque de problematizações possíveis, mas deixamos claro que neste trabalho discutiremos a composição da narrativa histórica e a sua relação com a política.

¹³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Editora Positivo, 2010, p. 613.

¹⁴ GUENÉE, *op. cit.*

¹⁵ *Idem, ibidem.*

dispostos no texto com a denominação de “prólogo”, e certas obras nem ao menos possuem um prólogo identificado, mas, conforme salienta François Hartog, é na observação desses documentos que em uma longa, ou longuíssima duração, pode-se apreender todo um projeto historiográfico, as “configurações do saber”, as “conjunturas intelectuais e políticas”¹⁶, ou seja, toda a afirmação pessoal de uma influência social sobre o autor que redige a obra. São nestas linhas também que se encontram, se é que existem, os discursos do método de cada historiador, onde ele resume quais são suas ideias sobre o ofício de *historiar* os acontecimentos que vai narrar a partir daquela escrita, daquele trabalho.

Pensando em toda essa gama de possibilidades de análise, a presente pesquisa tem por objetivo problematizar e compreender a produção historiográfica no período medieval, a partir da análise de dois autores que selecionamos: Richer de Reims e Raoul Glaber. Os motivos e as possibilidades sociais que permitiam aos homens do período da passagem do século X para o XI, no reino dos francos, escreverem um relato histórico são um dos questionamentos básicos que este trabalho tenta esclarecer com seus resultados.

O interesse sobre o assunto partiu de um trabalho anterior, durante a graduação no curso de história, baseado na análise da obra *A Alexíada*, de uma princesa bizantina, Anna Comnena, a única historiadora mulher da Idade Média que se tem notícia e que se afirma em seu próprio texto enquanto tal¹⁷. A nós, mostrou-se interessante a história daquela mulher que queria ser imperatriz, mas que teve seus sonhos frustrados pela morte do pretendente a marido e depois pelo cetro imperial ter sido entregue a seu irmão, a quem ela tenta matar para assumir o poder no Império Bizantino. Um enredo quase folhetinesco. Além do interesse biográfico sobre a autora, consta a sua obra como o único relato bizantino, que chegou até nós, sobre o movimento que conhecemos como Primeira Cruzada, o que permite analisar e discutir as

¹⁶ HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 10.

¹⁷ Sabe-se do exemplo de Christine de Pisan, que também escreveu livros que podem ser considerados registros históricos, entretanto, esta autora não se considerava uma historiadora, como é o caso de Anna Comnena. Vide, para uma visão geral, <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/115672/Christine-de-Pisan>, com acesso em 18 de abril de 2013.

formas de culturas variadas que existiram na Idade Média e que, se considerarmos os processos históricos, ainda existem em toda e qualquer sociedade atual.

Por isso, ao longo da pesquisa, procurou-se estudar a estrutura historiográfica a partir da análise de sua obra. Com as discussões acerca das questões educacionais, que permeavam a vida dessa mulher, foi-se construindo um trabalho pautado na discussão dos métodos de análise que ela, Anna Comnena, utilizava para a escrita de sua obra. O resultado desse estudo foi a produção de um trabalho monográfico, visando a conclusão do curso de bacharelado¹⁸, além de alguns outros trabalhos apresentados e publicados nos mais distintos eventos sobre a temática da Idade Média ao longo de nossa formação¹⁹.

O novo projeto, entretanto, altera o recorte espacial do Oriente para o Ocidente, a partir de um interesse pessoal oriundo da documentação disponível e também do conhecimento acerca do debate historiográfico sobre o período – que sempre se mostrou prolífico e admirável por nossa parte. Assim, demonstrado o interesse temático de pesquisa na área de historiografia, pretende-se, com esse trabalho, pensar em como se compunham os trabalhos de história do período do século X e XI, no reino dos Francos, a partir de duas obras de história (os textos de Richer de Reims e Raoul Glaber). Qual a forma com que esses autores pensavam o seu ofício, qual era a sua proposta, ou quais eram as suas propostas, os seus conceitos (se é que assim podemos chamá-los), as suas fontes, o seu método de trabalho para compor um trabalho de história, para *historiar* os acontecimentos da sociedade (sociedade geral ou apenas aquela a que

¹⁸ BASSI, Rafael José. Esquecer os favoritismos e os ódios. Anna Comnena e a historiografia bizantina (séculos XI e XII). Trabalho monográfico para obtenção do título de Bacharel em história pela UFPR. Disponível em http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/rafael_jose_bassi.pdf.

¹⁹ Alguns exemplos podem ser dados a partir de: BASSI, R. J. Como me inspiro em tua poesia! Anna Comnena e a utilização da poesia clássica em seus relatos históricos. Uma análise da cultura bizantina a partir d'A Alexiada (século XII). Revista Medievalis, v. 2, p. 98-108, 2013; BASSI, R. J. Entre uma possível teoria e prática? O aristotelismo na obra histórica de Anna Comnena (séculos XI e XII). In: XI Encontro Estadual de História. História, Memória e Patrimônio, 2012, Rio Grande. Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História - Anpuh-RS, 2012; III Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais / X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais. Eles vêm depois dos gafanhotos: uma visão bizantina dos primeiros cruzados. 2008.

pertenciam)? Porém, cabe aqui a ressalva de que os conceitos que discutimos para os textos – a documentação – que analisamos são feitos *a posteriori*, não sendo conceitos utilizados na época da escrita das fontes de análise. Refletindo sobre isso, neste trabalho utiliza-se a noção exposta por Reinhart Koselleck, na qual categorias de análises que estão presentes em nosso cotidiano são transportadas para uma problematização do passado²⁰; no caso, as obras de história do século X e XI que apresentamos como documentação. Essa discussão encontra-se no capítulo 2 dessa dissertação, cujo título dado é *A Idade Média teve historiadores? Os casos de Richer de Reims e Raoul Glaber*.

Para isso, é necessário, como em toda a prática da pesquisa historiográfica, fazer uma seleção do que utilizar para compor a análise e a escrita. Para selecionar espaço e tempo, resolvemos passar para uma análise do Ocidente medieval, focando-nos no território que conhecemos por reino dos francos; quanto ao período, selecionamos os eventos que estivessem próximos do ano mil, um período muito rico para debates. Dessa forma, para tratar das fontes, escolhemos duas obras de *História*, de dois autores que viveram aproximadamente no mesmo período e realizaram um trabalho relatando os eventos dos quais são contemporâneos.

Ambos autores por nós analisados viveram em um período muito conturbado, caracterizado pela acirrada disputa por poder entre a realeza, a nobreza em geral e também o clero. E, para esta pesquisa, foi de extrema importância o conhecimento do debate historiográfico que tem suas raízes no século XIX, em François Guizot, passando por Fustel de Coulanges, chegando no novo século, a partir dos *Annales* – e sua revolução historiográfica, como aponta a obra de Peter Burke²¹ – com Marc Bloch e depois Georges Duby, que se estende ao período da segunda metade do século XX com Poly, Bourmazel, Bois, sendo confrontados por Barthelémy e outros autores, particularmente a partir do debate da revista *Past & Present*, sobre a “Revolução feudal”. Muitos argumentos foram confrontados por parte

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

dos pesquisadores neste debate muito importante e, também, ainda muito atual e aberto, levando-se em consideração as várias obras publicadas ainda hoje sobre o tema das transformações sociais e políticas que têm como centro a discussão sobre o feudalismo, sobre a questão da centralização e descentralização política no período que entorna o ano mil²² (que no debate é escrito Ano Mil, em maiúsculas, como geralmente aparece descrito na historiografia francesa – em nossa análise preferimos usar minúsculas, por não se tratar do tema central de nossa pesquisa). Esta questão ganha novo fôlego com o renascimento de uma história política, a partir da década de 1980, que tinha sido posta em segundo plano com o advento das mais variadas correntes interpretativas durante o “breve século XX”, como bem foi designado esse século, que assim o denominamos simplesmente como um instrumento retórico, que permite demonstrar que, tal qual acreditava Hobsbawm ser, um período de grandes mudanças na sociedade – e mudanças fundamentais para a história como um todo –, nós acreditamos que o debate sobre o tema que trabalhamos nessa dissertação também foi extremamente frutífero e sofreu diversas mudanças nesse período, gerando grandes discussões, que criaram em nós o interesse pela temática²³.

Estas novas formas de problematizar a história também voltam-se para a reanálise do período medieval, trazendo novos questionamentos para as documentações disponíveis do período, novos olhares para a análise dos livros de história do período e novas variantes interpretativas para o espaço político durante o período medieval. Sobre esse debate, relacionando com nossas análises, escolhemos a ascensão de Hugo Capeto ao trono do reino dos francos, no ano de 987, com o intuito de problematizá-lo em uma análise comparativa nos excertos selecionados em nossa documentação. Assim, acreditamos ser possível contribuir de alguma forma com o debate existente a partir da problematização sobre a construção histórica que esses autores apontam em suas obras. O resultado dessa proposta (a discussão historiográfica acima citada e a análise da passagem dinástica dos

²² Ver, para referências bibliográficas sobre esse debate, o início do capítulo 3 desta dissertação.

²³ Utilizamos aqui a designação feita por HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX*. (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

carolíngios para os capetíngios com Hugo Capeto) encontra-se no capítulo 3 deste texto, que nominamos como *Escrever a história do Rei. A mudança dinástica no Reino dos Francos. O exemplo de Hugo Capeto (987)*.

Levando em consideração o material disponível e esse debate historiográfico, analisamos o caso de um monge de Reims, chamado Richer. Richer de Reims, como é então nominado, foi um monge oriundo de uma família muito próxima a Luis D'Altremar, do qual seu pai, Raoul, foi um guerreiro (um *miles*). Como monge, entrou para Ordem Beneditina na Abadia de Saint-Remi de Reims em 969 e morreu em 998. Conheceu Gerbert d'Aurillac, abade em Reims²⁴, que o compeliu à escrita de uma obra de *História*²⁵. Deste incentivo surgiram os *Quatro Livros de História*. Essa obra foi dedicada ao abade e trata dos anos 888 a 998. Isso significa que Richer de Reims escreveu sobre acontecimentos anteriores e contemporâneos à sua vida.

Este texto foi descoberto e editado apenas no século XIX (1833) por George-Henri Pertz²⁶. Richer de Reims apresenta no texto os períodos nos quais escreveu algumas partes da obra: entre 995 e 996, o livro I e mais 78 capítulos do livro II, o que conduz o leitor até o ano de 948; entre 996 e 998, o fim do livro II mais os livros III e IV, que compreendem os anos posteriores a 948 até 995.²⁷ Richer de Reims expõe os motivos que o levaram a escrever o texto:

Santíssimo Padre Gerbert, a autoridade do seu comando deu origem à intenção de transcrever os embates entre os gauleses. Pois isto apresenta uma grandíssima utilidade e a matéria do sujeito se oferece múltipla, razão pela qual abraço com impulso do ânimo esta empresa²⁸.

Gallorum congressibus in volumine regeendis imperii tui, pater sanctissime Gerberte, auctoritas seminarium dedit. Quam, quia summam utilitatem affert, et rerum materia sese multiplex praebet, eo animi nisu complector qua iubentis mira benivolentia pertrahor.

²⁴ Futuro papa Silvestre II entre 999-1003.

²⁵ *Richeri historiarum quatuor libri*, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k361020>. Visualização em 6/set/2013. Próximas citações usaremos apenas *Richer de Reims, Hist.*

²⁶ Há um manuscrito do texto, que se encontra disponível em Staatsbibliothek de Bamberg, na Alemanha, escrito de punho próprio de Richer, que se encontra sob a inscrição: *MS Barmber, Hist. 5.*

²⁷ A obra ficou inacabada, em 998, com a morte de Richer de Reims. O texto, segundo Pertz, foi escrito durante três anos (995-998).

²⁸ *Richer de Reims, Hist., Prol.*

Assim sendo, como afirma Paolo Rossi²⁹, com “extrema clareza” Richer anuncia o seu intuito no prólogo: o de descrever os acontecimentos, as disputas, os enfrentamentos entre os homens que viviam no Reino dos Francos. Essa é a intenção do autor, a *intentio auctoris* de Richer de Reims aparece como a de descrever os acontecimentos em um determinado território.

Richer de Reims utilizou a obra de Flodoard, que descreve os acontecimentos até o ano de 888.³⁰ Para Pertz, podemos caracterizar a obra de Richer de Reims da seguinte forma: 1ª e 2ª partes correspondem ao período em que há um diálogo com a *Crônica* de Flodoard; e a terceira parte, o período posterior ao ponto onde Flodoard parou³¹. H. D’Arbois de Jubainville aponta que as duas primeiras partes são adições e complementos ao texto de Flodoard³². A terceira se inicia a partir do capítulo XX do livro III e compreende os anos de 969-995 (fim do governo de Lotário, o governo de Luis V e o de Hugo Capeto). Para tanto, utilizou os arquivos do Sínodo de Mouzon, organizado por Gerbert, além dos documentos de Saint-Remi de Reims³³.

Outro autor a ser analisado nesta pesquisa é Raoul Glaber (985-1047?). Sobre ele não possuímos muitas informações biográficas além das contidas na sua própria obra. Monge da região da Borgonha, frequentou diversas abadias, como as de *Montier-en-Puisaye*, *Saint-Léger de Champeaux*, *Saint-Bénigne de Dijon*, entre outras, fixando-se em Cluny, onde conheceu Odilon e escreveu suas obras, como as *Histórias*³⁴ e a *Vida de*

²⁹ ROSSI, Paolo. Introduzione. SAINT-REMI, Richer di. *I quattro libri delle Storie* (888-9980). Pisa: Edizioni Plus – Pisa University Press, 2008, pp. 5-29.

³⁰ Flodoard. *Annali* (919-966). Editado por Paolo Rossi. Fonti tradotte per la storia dell’Alto Medioevo. Pisa: Pisa University Press, 2007.

³¹ PERTZ, George-Henri. « Notice Critique ». Richer. *Histoire de son temps*. Paris: Chez Jules Renouard, 1845, p. xxvii.

³² JUBAIVILLE, H. D’Arbois. *L’Historien Richer et le siège de Melun em 999*. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1859_num_20_1_445644, com acesso em 07/set/2013.

³³ GLENN, Jason. Richer and his narrative. In: *Politics and History in the Tenth Century. The work and world of Richer of Reims*. Cambridge, 2004, pp. 110-127.

³⁴ *Historiarum libri quinque ab anno incarnationis DCCCC usque ad annum MXLIV*, disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k290027>, com visualização em 06/set/2013. Nas próximas citações, faremos referência a obra da seguinte forma: *Raoul Glaber, Hist.* Sobre os manuscritos, sabemos da existência de uma cópia de próprio punho, em Paris, na Biblioteca Nacional, com a inscrição Paris, BN, latin, 10912; além de mais duas cópias

Guilherme de Volpiano. Esta última foi escrita durante a própria redação das *Histórias*. Estas, no entanto, em sua extensão, foram elaboradas ao longo da vida de Raoul Glaber em Cluny (1026-1040). Portanto, nos parece importante ressaltar que foi no ambiente de Cluny que Raoul Glaber compôs e pensou a sua obra, durante os anos em que lá esteve.³⁵

A Odilon, abade do mosteiro de Cluny e o mais ilustre dos homens eminentes, Raoul Glaber.

[...] acho deplorável que não se encontre hoje alguém para transmitir, sob qualquer forma que seja, aos nossos pósteros os diversos acontecimentos memoráveis que se seguiram tanto nas igrejas de Deus quanto entre os povos³⁶.

Clarorum virorum illustrissimo Odiloni, Cluniasensis coenobii patri, Glaber Rodulfus.

Iustrissima studiosorum fratrum querimonia interdumque própria sepius permotus, cur diebus nostri temporis non quispiam existeret qui futuris post nos multiplicia haec que videntur fieri tam in ecclesiis Dei quam in plebibus.

Assim, a memória, por ser falha, necessita de um relato histórico, para que os acontecimentos ocorridos e os grandes personagens da realeza, da nobreza e da Igreja – aqueles que são compreendidos como os habitantes dessa comunidade cristã – que aparecem na obra não caiam no esquecimento trazido pelo tempo.

Seu texto foi amplamente difundido no século XX. Principalmente após larga utilização feita a partir das teses de Georges Duby³⁷ e das análises dos “Terroros do Ano Mil” sobre o fim do mundo, o caos social e o “manto branco de Igrejas” se apoderando da sociedade do período. Glaber vai se apoiar em colocações extraídas de outras artes de seu tempo, tais como a etimologia, a analogia e a exegese, que formavam todo o sistema de concepção de pensamento religioso presente em Cluny, como salienta Dominique Iogna-

medievais do texto. Vide ALMEIDA, Néri de Barros. “Raoul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047)”. Revista Signum, 2010, vol. 11, n. 2, p. 84.

³⁵ ARNOUX, Mathieu. Introduction. In.: RAOUL GLABER. *Histoires*. Texte traduit et présenté par Mathieu Arnoux. Turnhout: Brepols, 1996, p. 8.

³⁶ *Raoul Glaber, Hist., Prol.*

³⁷ Duby sempre ressalva a importância de Raoul Glaber para o estudo da sociedade franca dos séculos X e XI. Algumas vezes, os termos com os quais o historiador francês dirige-se à sua fonte demonstram todo o “afeto” de um pesquisador que sempre procurou ressaltar as atitudes dos homens da Idade Média. Vide, em suma, grande parte das obras de Duby, mas em especial, *L’An Mil*. Paris: Gallimard, 1980.

Prat³⁸. Para Mathieu Arnoux, o “coração de sua obra” (de Raoul Glaber), se encontra entre os anos de 1010-1040, ou seja, os acontecimentos contemporâneos à escrita do texto. Este monge cluniacense pode ser entendido, então, como partícipe de uma produção historiográfica em uma época na qual os autores usavam o conhecimento de outras ciências e, como indicado sobre Richer de Reims, também documentação de arquivos. Nesses aspectos, os textos de Richer de Reims e Raoul Glaber revelam-se únicos entre as obras que se dedicavam à história na Idade Média: eles não têm início na criação do mundo, mas sim com os acontecimentos coevos de suas ordens religiosas³⁹.

Para examinar essas questões sobre a produção da história e a escrita dos acontecimentos, acredita-se na importância de entender o que se analisa com a pesquisa. O texto de Michel de Certeau fornece elementos importantes para a compreensão daquilo que o autor denominou de “operação historiográfica”:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas⁴⁰.

Com isso, Certeau mostra qual a importância de uma análise que se pode considerar como globalizante. Para se analisar uma operação dita como histórica, deve-se sempre levar em consideração o lugar que o historiador

³⁸ IOGNA-PRAT, D.; ORTIGUES, Edmond. "Raoul Glaber et l'historiographie clunisienne." *Studi Medievali*, third series, 26 (1985): 537-72.

³⁹ Como por exemplo a obra de Gregório de Tours, analisada em MACEDO, José Rivair. "Tempo, providência e apocalipse na *Historia Francorum* de Gregório de Tours". *Anos 90*, Porto Alegre, n. 12, dezembro de 1999.

⁴⁰ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

ocupa, os seus meios, os seus métodos, e a compreensão da sua escrita. A partir disso, temos o *historiar* como uma operação. Mesmo Certeau não analisando o período medieval, recorreremos às suas ideias enquanto categorias, no sentido que discutiu Koselleck, porque acreditamos conveniente relacionar o nosso *corpus* documental a partir da problemática proposta por este teórico. Assim, nos dispomos a pensar a produção, a escrita da história no período medieval, relacionando essa argumentação. A utilização, a transposição do conceito, com suas adequações, nos parece interessante na análise dos casos que elencamos. Assim, os autores medievais que escolhemos podem ser compreendidos, em sua formulação de uma produção histórica, como homens que ocupavam um lugar específico, cujas formas de composição da escrita estão atreladas a esses espaços. Com esse trabalho problematizamos também o local em que esses escritores da Idade Média estavam para relatar os acontecimentos que determinavam importantes para um livro de história.

A narrativa histórica não é apenas uma forma de discussão teórica, mas a própria matéria de análise. Assim, na análise da escrita da história na Idade Média a partir desses dois autores, elencamos como material de análise os livros propriamente ditos, problematizando-os, no intuito de analisar uma concepção consciente da função sobre a escrita da história nesse período. Como José Carlos Reis salientou em sua obra sobre *O desafio historiográfico*, o trabalho do historiador que tenta pensar a Teoria ou a Historiografia não pode deixar de levar em consideração que ambas não podem, jamais, andar separadas. Quando se pensa em Teoria, leva-se em consideração a Historiografia, e o inverso é igualmente válido. Além disso, não se pode deixar de pensar nesses problemas, porque isso fundamenta um programa no qual o pesquisador está num constante pensar a si mesmo e na sua maneira de pesquisar. Para esclarecer este ponto de vista, faz-se necessária a citação que se segue, ainda que seja longa:

“Pensar bem” é construir e explorar aporias, impasses, dilemas. É tornar complexo o que parece simples ou dado. Não é cortar o nó górdio com a espada, de forma impaciente, autoritária e violenta, mas desatá-lo serenamente, fazendo a sua teoria. “Pensar”, enfim, é problematizar um objeto bem demarcado, criar hipóteses, testá-las. Depois procurar articular um discurso sobre esse objeto em

linguagem clara e comunicável, debatendo-o publicamente, iluminando-o sobre diversos ângulos, percebendo-o em suas mudanças no tempo. (...) Quando se esperava ter acedido à verdade, ao fim da história, um temporal mudou a direção das folhas e tudo o que era sólido se desfez no ar. Por isso, há necessidade de reflexão teórica, não sistemática, não dogmática, não totalitária, mas problematizante, descrente, histórica. A teoria da história acompanha e se confunde com a história da história⁴¹.

É por essa razão, essa necessidade de um constante pensar a si mesmo, de uma constante discussão crítica sobre os autores que antecederam as pesquisas, que se acredita na necessidade de “pensar” sobre essa história da história na Idade Média, conforme salienta José Carlos Reis. Pensar sobre esses dois historiadores, presentes em uma sociedade que atravessava grandes transformações e que, por sua vez, vocacionaram escrever livros de *História*. Essa pesquisa pode, portanto, nos ajudar na compreensão de como se acreditava ser a escrita da história em um determinado momento da história. Isso é importante por duas razões, principalmente: primeiro, demonstrar que essa temática necessita de mais discussão; segundo, trazer à luz algumas discussões que apontam para divergências sobre a narrativa histórica na Idade Média. Assim, gerando um interesse pelo tema e suscitando o debate, um dos objetivos dessa pesquisa também terá sido alcançado.

Elencamos essas duas obras para pensar sobre elas, para problematizá-las. Para tanto, acreditamos que uma metodologia para esta análise advém da história comparada. Dessa forma, como aponta José Barros D'Assunção, conseguiremos propor um recorte que nos permita distinguir, no nosso caso, uma forma de escrita da história que traga concepções já conhecidas, dentro dos estudos, mas também percepções novas sobre esses dois autores⁴². Fazendo analogias entre eles, conseguimos identificar semelhanças e diferenças entre as duas realidades, perceber as variações de um possível modelo de escrita da história durante o período proposto para análise.

⁴¹ REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p. 12.

⁴² BARROS, José D'Assunção. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer história. *Revista de História Comparada*, vol. 1, n. 1, jun./2007, p. 4.

Desde Marc Bloch nós encontramos a possibilidade – e a importância – para o método comparativo⁴³. A problematização proposta pelo historiador francês nos aponta para um campo de trabalho delineado, em que a história comparada se legitima enquanto modalidade historiográfica. Para Bloch, conforme salientado em seu clássico *Os Reis Taumaturgos*, o método serviria para ultrapassar os condicionamentos da história política do século XIX, da qual ele próprio era um extremo combatente. Dessa forma, sua proposta nos legou a possibilidade de estimular uma pesquisa que visasse estabelecer comunicação entre as várias partes dos exemplos que seriam comparados, que muitas vezes poderiam ser consideradas impossibilitadas de conexão⁴⁴. Para Bloch, há dois aspectos a serem levados em consideração para o método de análise comparativa: aquelas análises sobre casos que estão distantes um do outro no tempo e aqueles que são próximos no tempo e no espaço. Essa segunda forma nos interessa mais. Propomos analisar Richer de Reims e Raoul Glaber enquanto formuladores de concepções de escrita da história, enquanto homens que postularam formas de se escrever, maneiras de se pensar o papel da história, na qual podemos perceber quais influências e onde elas eram buscadas por esses autores, a partir de suas semelhanças e diferenças. Ou, como aponta Lucette Valensi, formular uma tipologia de caracteres gerais sobre algum tema⁴⁵. Assim, conseguiremos problematizar as questões postas pelos objetivos desse trabalho.

⁴³ BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

⁴⁴ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 13.

⁴⁵ VALENSI, Lucette. L'exercice de la comparaison au plus proche, à distance: le cas des sociétés plurielles. *Annales HSS*, janvier-fevrier 2002, n. 1, p. 28.

1 REIMS E CLUNY: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO DE HISTÓRIA

Não há historiador sem biblioteca e não há bons historiadores sem boas bibliotecas.
Bernard Guenée⁴⁶

Este capítulo tem o intuito de apresentar os espaços de produção da história durante a Idade Média: os mosteiros. Nele, se apresentam as suas características culturais durante a Idade Média, realçando a sua importância para a formulação de uma produção de história. Richer de Reims e Raoul Glaber são monges dentro desses espaços e são designados a compor um relato histórico. Neste capítulo, pretendemos problematizar a importância dos mosteiros enquanto centro de produção desses relatos históricos, pensando a partir de trabalhos historiográficos relacionados ao tema e do próprio relato histórico dos dois autores, quando descrevem eventos relacionados com os locais aos quais pertencem.

Partindo dos pressupostos elencados em Michel de Certeau, com a sua operação historiográfica⁴⁷, pensamos na análise crítica dos relatos dos próprios autores sobre os espaços aos quais pertenciam. Isso ajuda na compreensão da formulação de ideias, concepções, postulados colocados por esses autores na hora da composição de suas obras de história. Com isso, podemos auferir também a concepção de um trabalho consciente por parte dos autores das fontes, desses monges, o que é colocado como um caráter fundamental dessa produção para historiadores como Bernard Guenée e François Hartog.

Assim, espera-se problematizar tanto o espaço de atuação, o mosteiro, em um primeiro momento, quanto a sua importância para a formulação de um ideal, de uma base para a escrita da história, legitimando sua necessidade dentro daqueles espaços e auferindo-lhe importância para a composição de tal relato.

Para tanto, começamos a discussão recorrendo a Georges Duby, que compilou um clássico livro chamado de *Ano Mil*, como já auferimos linhas

⁴⁶ GUENÉE, Bernard. *História, op. cit.*, p. 528.

⁴⁷ Vide nota 32.

acima. Neste livro, mescla de compilação de documentos com quadros analíticos sobre o período, o historiador aponta a escrita da história como parte do cristianismo no Ocidente medieval. Ao ponto de afirmar que a história é sacralizada pelo cristianismo, transformando-a em uma teofania, a própria manifestação de Deus no relato⁴⁸. Estritamente relacionada com o cristianismo, aparece a importância do espaço de produção da escrita da história. O mesmo Duby aponta que Richer de Reims e Raoul Glaber pertencem a espaços de grande produção histórica. Afirma até mesmo que em Cluny, livros de história eram as leituras dos monges durante o período da Quaresma, porque eles tinham duas funções importantes de ajuda na manutenção da obra de Deus: primeiramente dar exemplos morais e depois testemunhar a onipresença de Deus⁴⁹. Assim, segundo Georges Duby, se justifica a necessidade da escrita de um relato do tipo histórico neste ambiente.

Ainda recorrendo aos estudos de Duby, notamos que este autor aponta quatro possibilidades de estilos na escrita da história no entorno do Ano Mil:

- Anais – com a anotação, ano a ano, dos eventos mais importantes que são conhecidos;
- Crônicas – às quais o autor denomina como uma retomada dos Anais, mas escritos de uma forma literária;
- Livros de Milagres – que trazem as histórias sagradas dos personagens santos;
- Histórias.

Estes pontos são importantíssimos para nossa pesquisa. Com eles partimos para uma primeira discussão. O que diferencia as obras dos autores que trabalham dos outros tipos de formas de escrita do relato histórico? Compactuamos com a diferenciação elencada por Georges Duby – e isso ficará mais claro um pouco a frente, quando trabalharemos as diferenças dos Anais que Richer se utiliza, diferenciando-os da escrita histórica. Para nós, há

⁴⁸ DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Editora 70, 2002, p. 16.

⁴⁹ *Idem, ibidem*.

uma importância grande do termo história, o qual devemos entender não como um anacronismo, mas compreendendo sua função dentro de determinado período, como bem aponta Koselleck, em seu livro dos anos 80, mas recentemente publicado no Brasil, problematizando *O Conceito de História*⁵⁰.

Enquanto as crônicas são, pensando ainda nas concepções de Duby, a formulação narrativa dos eventos retirados dos anais, que por sua vez apresentam-se como um registro anual de eventos; a história é uma narrativa construída de forma consciente pelo seu autor. Esse pressuposto é a base de nosso trabalho. A escrita da história é feita com base em um trabalho pensado pelos seus autores, que buscam métodos, formas, concepções para a compreensão do passado. E que, se problematizados, podem auferir grandes interesses políticos e religiosos presentes no relato.

Notamos, também, que há autores que consideram essa opção de análise uma falácia. Citamos, por exemplo, o texto de Sophie Menache, professora da Universidade de Haifa, denominado *Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction*⁵¹, no qual, analisando os cronistas do século XIV, aponta a impossibilidade de se considerar essas obras como obras de história. Para ela, se considerarmos a escrita da história como uma simples “narrativa dos eventos passados”, a concepção se mantém, mas se considerarmos todo o suporte crítico e analítico dos eventos que ocorreram e que são descritos, essa documentação não pode ser considerada como escrita histórica⁵².

Essa análise de Menache é conflitante para nossa visão neste trabalho. Suas considerações nos aparecem como contraponto aos argumentos que defendemos com esta pesquisa. E para isso, recorreremos ao texto de José Manuel Cerda, da Universidade Gabriela Mistral, quando discute os cronistas do século XII na Inglaterra. Em texto cujo título já apresenta grandes apontamentos do que é problematizado em seu desenvolvimento: *Eventos tan grandiosos y memorables. Los cronistas de*

⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart, et all. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

⁵¹ MENACHE, Sophie. *Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction*. *Journal of Medieval History*, 32, 2006, 333-345.

⁵² *Idem*, 344.

*Enrique II de Inglaterra y la nueva narrativa histórica del siglo XII*⁵³, podemos notar que o autor aponta a escrita da história como sendo uma narrativa histórica. No decorrer do texto, Cerda discorre sobre como os homens que se puseram a descrever os eventos relacionados com Henrique II eram homens que construía os seus textos baseados em argumentos políticos, demonstrando que estavam ao lado da realeza inglesa no período. Um ponto importante é que esses cronistas não eram apenas membros da Igreja, mas também homens da corte, que se colocaram a escrever a história. Por isso o autor considera o século XII na Inglaterra como um ponto de mudança, haja vista essa nova concepção de história, relacionada com o meio político, que era exercida por outros indivíduos que não apenas monges, membros do clero, e que se utilizavam de um processo de seleção de eventos para a composição de suas obras, visivelmente relacionadas com algum personagem específico e sua legitimação.

Susani Silveira Lemos também aponta para uma construção consciente dos cronistas portugueses do século XV, em seu livro *Os reinos dos cronistas medievais*⁵⁴. Analisando o prólogo de Gomes Eanes Zurara – e autora ainda aponta que o mesmo pode ser percebido tanto em Fernão Lopes quanto em Rui Pina – se tem a noção de um ofício, que, segundo sua análise, é o de descrever os eventos que ocorreram no tempo passado. Entretanto, há que se levar em consideração que há um tipo de ordenação desses eventos, o que pode ser notado a partir da escrita, relacionada com os interesses da formação nacional que se averigua em Portugal na passagem da Idade Média para a Idade Moderna⁵⁵.

Há que se salientar que ambos autores tratam das obras como crônicas. Isso porque esse termo vai ser largamente utilizado durante a Baixa Idade Média para designar a obra histórica. A partir de agora, temos vários homens sendo considerados como cronistas, cujas obras foram analisadas

⁵³ CERDA, José Manuel. *Eventos tan grandiosos y memorables. Los cronistas de Enrique II de Inglaterra y la nueva narrativa histórica del siglo XII*. CORTI, Paola B et all (editores) *História, Memória y Narración*. Ediciones Altazor, s/d., 255-266.

⁵⁴ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os Reinos dos Cronistas Medievais*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁵⁵ *idem*, p. 119.

em seu caráter de gênero histórico⁵⁶. Em nosso texto utilizamos o termo *história* levando em consideração a forma como as próprias obras sobre as quais colocamos nossa problemática eram denominadas. Assim sendo, os livros que Richer de Reims e Raoul Glaber escreveram foram livros de história.

E se, como demonstrou José Manuel Cerda, a questão do espaço de produção é tão significativa – e para isso lembramos do já citado texto de Certeau – passamos agora para uma análise de como os autores por nós elencados deixaram relatos sobre os espaços de atuação em que compuseram suas obras.

Richer de Reims viveu em Saint-Remi e lá teve possibilidade de acesso a todo um contexto cultural, que lhe possibilitou uma educação que, por fim, o levaria a pensar a sua própria forma de narração histórica. E Richer teve uma educação variada, que englobava não apenas os saberes do *trivium* e *quadrivium* como também a música e os aprendizados sobre medicina⁵⁷. Isso fica exposto no próprio texto de Richer:

[...] Enquanto eu refletia muitas vezes sobre as artes liberais e desejava aprender a lógica de Hipócrates de Cós, encontrei um dia, na cidade de Reims, um cavaleiro de Chartres. Perguntei-lhe quem era e a quem pertencia, por que e donde vinha, e ele me disse ter sido enviado por Héríbrand, clérigo de Chartres, e querer falar com Richer, monge de Saint-Remi. Surpreendido pelo nome do amigo e o objetivo da missão, informei-o que eu era aquele que ele procurava. Beijamo-nos e afastamo-nos dali. De imediato ele me deu uma carta convidando-me à leitura dos Aforismos. Cheio de alegria, arranjei um criado e prontifiquei-me a ir a Chartres.

[...] Estudei, pois, assiduamente os Aforismos de Hipócrates, junto de mestre Héríbrand, um homem de grande generosidade e de grande ciência. Como aí pude encontrar apenas o diagnóstico das doenças, e como o simples conhecimento das doenças não correspondia ao que eu esperava, solicitei-lhe a leitura do seu livro Do Acordo entre Hipócrates, Galeno e Surano. Ele obteve o livro, porque, para um homem tão experimentado na arte, as propriedades da farmácia, da botânica e da cirurgia não tinham segredos⁵⁸.

(...) cum aviditate discrendi logicam Yppocratis Choi de studiis liberalibus saepe et multum cogitarem, quadam die equitem

⁵⁶ Citamos, para exemplificação, GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV) – O espelho do Rei: “Decifra-me e te devoro”*. Tese de Doutorado defendida na UFPR, 2004.

⁵⁷ GLENN, Jason. *Politics and History in the Tenth Century. The work and world of Richer of Reims*. Cambridge, 2004, p. 55.

⁵⁸ Richer, *Hist.*, IV, 51.

Carnotinum in urbe Remorum positus offendi. Qui a me interrogatus quis et cuius esset, cur et unde venisset, Heribrandi clerici Carnotensis legatum sese et Richero sancti Remigii monacho se velle loqui respondit. Ego mox amici nomen et legationis causam advertens, me quem querebat indicavi, datoque osculo secreti secessimus. Ille mox epistolam protulit hortatoriam ad aphorismorum lectionem. Unde et ego admodum laetatus, assumpto quodam puero, cum Carnotino equite iter Carnotum arripere disposui.

(...)

Quo reducto, et omni sollicitudine amota, in aphorismis Yppocratis vigilanter studui apud domnum Herbrandum, magnae liberalitatis atque scientiae virum. In quibus cum tantum prognostica morborum accepissem, et simplex egritudinum cognitio cupienti non sufficeret, petii etiam ab eo lectionem eius libri qui inscribitur de concordia Yppocratis, Galieni, et Surani. Quod et obtinui, cum eum in arte peritissimum dinamidia pharmaceutica, butanica, atque cirurgica non laterent.

Dessa forma, podemos notar que o espaço de Reims possibilitou a Richer não apenas o conhecimento das artes liberais, as quais ele mesmo demonstra possuir. O seu conhecimento era também nas ciências que hoje poderíamos considerar como biológicas. Pensamos também que com esse excerto, possa-se auferir que o próprio espaço e administração de Saint-Remi não apenas disponibilizava todo esse contato como também permitia que os monges pudessem recorrer a outros espaços para a complementação dos estudos. A partir do momento em que Richer está presente na cidade, está em contato direto com outras pessoas e tem a possibilidade de sair para outros locais para aprofundar as análises que considera importantes, temos um espaço que permite – e não só permite como também apoia – que seus monges recorram a outros lugares, em busca de diferentes informações. Isso, para nós, poderia ser considerado um demonstrativo de interesse institucional de alguns mosteiros para que seus monges tivessem instrução nas mais variadas áreas do conhecimento. Georges Duby aponta que Reims tinha uma variedade de estudos muito ampla, diversificada, que passava pela lógica, pela retórica, astronomia, geometria, entre tantas outras, conforme se pode notar também neste excerto de Richer descrevendo a aprendizagem de retórica:

[...] temendo que os seus alunos não pudessem adquirir a arte da oratória sem conhecer os modos de elocução que só se pode aprender nos poetas, utilizou, pois, estes últimos e achou por bem familiarizar os seus alunos com eles. Portanto, leu e comentou com eles os poetas Virgílio, Estácio e Terêncio, bem como os satíricos

Juvenal, Pérsio e Horácio, e também o historiador Lucano. Assim que os seus alunos os conheceram bem e se instruíram na sua eloquência, introduziu-os na retórica ⁵⁹.

Post quorum laborem, cum ad rheticam suos provehere vellet, id sibi suspectum erat, quod sine locutionum modis, qui in poetis discendi sunt, ad oratoriam artem ante perveniri non queat. Poetas igitur adhibuit quibus assuescendos arbitrabatur. Legit itaque ac docuit Maronem et Statium Terentiumque poetas, Iuvenalem quoque ac Persium Horatiumque satiricos, Lucanum etiam historiographum. Quibus assuefactos locutionumque modis compositos, ad rheticam transduxit.

Assim, não apenas os estudos atuais mas também os clássicos constituíam-se na base de aprendizado encontrada em Reims. Isso mostra, segundo nossa análise, que os monges tinham contato com as mais diversas obras e pode sugerir também a possibilidade – e pensamos que ele realmente tenha tido – de o próprio Richer ter aprendido esses ensinamentos. Podemos auferir, portanto, que Richer utiliza-se de todo esse aparato educacional para a sua formação e também para a formulação de seu pensamento sobre a composição de um relato histórico.

Pensando agora a partir do exemplo dado por Cluny, temos uma importância para o contexto cultural análoga à de Reims: próxima na questão da existência de todo um aparato, mas distante no que tange à concepção de ensino, mais baseado nas Escrituras. Havia um meio cultural que também forma toda a concepção educacional, que por sua vez está presente nas obras desses monges, especialmente Raoul Glaber, conforme salienta Brent Hardy⁶⁰. E no que se refere a isso, a própria literatura que é produzida em Cluny salienta a importância do local para a formação de um espaço de produção, que os próprios monges denominavam de um “refúgio”⁶¹. Isso aparece também na obra de Glaber, quando descreve que havia tanto a possibilidade de contato com as artes, com as Escrituras, como também com a literatura profana, os clássicos, ainda que houvesse uma crítica a essas obras, como se pode notar no excerto a seguir:

⁵⁹ Richer, *Hist. III*, 47.

⁶⁰ HARDY, Brent. Glaber's Cluniac Preoccupations. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of máster of arts. Simon Fraser University, 1996, p. 94.

⁶¹ IOGNA-PRAT, Dominique. *Ordonner et exclure. Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'islam (1000-1150)*. Paris: Aubier, 1998, p. 46.

A esta mesma altura, um mal comparável [mal de ler os textos profanos] surgiu em Ravena. Um tal de Vilgard aplicava-se com uma paixão pouco comum ao estudo da arte gramatical. [...] Inflado de orgulho pelos conhecimentos de sua arte, começou a dar sinais crescentes de estupidez: uma noite, os demônios tomaram a aparência dos poetas Virgílio, Horácio e Juvenal e apareceram a ele; fingiram agradecer-lhe o amor com que se dedicava a estudar o que haviam dito nos seus livros e por contribuir com tanta felicidade para a sua fama aos olhos da posteridade. Além disso, prometeram-lhe que mais tarde ele partilharia de sua glória. Corrompido por essa mistificação diabólica, pôs-se a ensinar com ênfase muitas coisas contrárias à santa fé: afirmava que as palavras dos poetas deviam ser dignas de crédito sob todos os aspectos. Por fim, foi julgado como herético e condenado por Pedro, pontífice da cidade⁶².

Ipsa quoque tempore non impar apud Ravennam aortum est malum. Quidam igitur Vilgardus dictus, studio artis gramatice magis assiduus quam frequens – sicut Italicis mos semper fuit artes negligere ceteras, illam sectari –; is enim, cum ex scientia sue artis cepisset inflatus superbia stultior apparere, quadam nocte adsumpsere demones poetarum species Virgilii et Oratii atque Iuvenalis, apparentesque illi fallaces retulerunt grates quoniam suorum dicta voluminum carius amplectens exerceret, seque illorum posteritatis felicem esse preconem; promiserunt ei insuper sue glorie postmodum fore participem. Hisque demonum fallacis depravatus cept multa turgide docere fidei sacra contraria, dictaque poetarum per omnia credenda esse asserebat. Ad ultimum vero hereticus est repertus atque a pontifice ipsius urbis Petro dampnatus.

Nesse excerto, apesar das mais variadas possibilidades de análise que podemos problematizar, passando pelas representações, pelo maravilhoso, etc., pensamos na importância dos aparatos educacionais, dos livros formativos, daquilo que os monges tinham contato, possibilidades de leituras.

E mais à frente ainda conclui sobre a questão da formação que um monge deve ter:

Há quem tenha por costume perguntar por que é que os tempos da nova fé, ou da graça, já não são, como os antigos, o lugar de visões das coisas divinas e de milagres. Para esses é preciso responder brevemente invocando testemunhos retirados das próprias Escrituras, se o coração deles ainda estiver aberto aos dons do Espírito Santo⁶³.

Queri solet a nonnullis cur tempore nove legis vel gratie non manifeste sicut antiquitus fiunt visiones divinitus ac rerum miracula. Quibus paucis respondendum est ex ipsius divine Scripture

⁶² Glaber, *Hist.*, II, 23.

⁶³ Glaber, *Hist.*, V, 10.

testimoniis, si tamen cor illorum capax fuerit sancti spiritus donorum.

Esses excertos nos fazem discutir alguns pontos. Diferentemente de Reims, em Cluny, pelo que aponta o texto de Glaber, os textos profanos, ou seja, os textos que não são religiosos, os textos clássicos não eram tão bem recebidos quanto os textos bíblicos. Se pensarmos que Richer praticamente enaltecia os textos clássicos, podemos perceber que Raoul não os valoriza. Entretanto, mesmo não sendo uma referência constante, os textos que não são bíblicos também são conhecidos, e seus conteúdos, idem. Claro está, entretanto, que Cluny aparece como um espaço mais detentor de uma cultura que é baseada quase que em sua completude nos textos bíblicos. É isso que permite que Duby afirme, por exemplo, que um monge em Cluny deveria agir/aprender, nas questões de sua formação educacional, mais pelo sentido do amor cristão e pelas práticas das virtudes do que pela inteligência advinda do conhecimento dos conteúdos, como os clássicos⁶⁴.

O que intentamos com essa análise é problematizar o espaço de atuação do monge que escreve a história na Idade Média. É tentar compreender esse espaço como um local onde os preceitos culturais estão relacionados tanto com a formação clássica – profana – quanto com a formação cristã, que predomina nos estudos e nas formulações das concepções sobre a escrita da história. Entretanto, temos que salientar que estes locais possibilitaram que os monges escrevessem a história, mas não apenas como simples relato dos eventos que estavam no passado, mas sim ordenando esses eventos. Para nós, faz-se mister compreender essa produção relacionando-a com as questões políticas nas quais estavam inseridos estes autores. Se pensarmos que o modelo de Cluny, segundo Constance Bouchard e Dominique Iogna-Prat propõem é um dos modelos que demonstra o domínio da Igreja e o domínio da realeza sobre os demais⁶⁵, podemos salientar que as questões, os contextos políticos estão intimamente relacionados com essa escrita, com a produção dessa escrita. E

⁶⁴ Duby, *O Ano Mil*, op. cit., 57.

⁶⁵ BOUCHARD, Constance B. "Feudalism", Cluny, and the Investiture Controversy. In.: BLANKS, David; FRASSETTO, Michael; LIVINGSTONE, Amy. *Medieval monks and their world: ideas and realities*. Leiden/Boston: Brill, 2006, p. 85.

o mesmo se torna observável em Reims, como pressupõe Jason Green, ao expor sua tese sobre a obra de Richer de Reims:

Com esse estudo eu gostaria de sugerir que o ato de escrita de nossos autores constitui um tipo de escrita, ela mesma, relacionada com a comunidade política. (...) Nós podemos então explorar com grande riqueza o que a política significa para esse pessoal que observa, que experimenta, rememora e, nas formas disponíveis participa e se engaja na política do seu mundo⁶⁶.

Portanto, o ato da escrita da história não pode ser considerado, apenas, um ato de rememoração do passado. A partir do pressuposto que estes autores ordenam os eventos, conseguimos discutir a sua consciência no momento da construção da escrita. Assim, o que fazem não é um mero ajuntamento de eventos que são postos em uma ordem cronológica, mas sim a escrita que se utiliza de diversos recursos, métodos, esquemas, para a compreensão dos eventos e a sua relação com o tempo presente. Por isso, consideramos Richer de Reims e Raoul Glaber não apenas como meros analistas – que compõem anais – mas sim como historiadores, conscientes de seu ofício, nesse período.

Então houve historiadores na Idade Média? Com essa importante questão, inicia-se esta discussão com algumas considerações. Em obra recente, intitulada *Os historiadores clássicos da História*, em dois volumes, organizada por Mauricio Parada⁶⁷, parece que a resposta para a questão acima posta é negativa. Em sua obra coletiva, figuram historiadores da Antiguidade até Flávio Josefo, sendo que o próximo historiador que desponta é Lorenzo Valla, do final da Idade Média, no século XV. Dessa forma, percebe-se ainda nos dias de hoje, a interpretação predominante que nega que durante o período da Idade Média conseguimos encontrar obras que podem ser consideradas importantes para a linha de produção histórica no debate sobre a historiografia. Assim, os trabalhos que visam analisar a produção historiográfica durante o período medieval são necessários e prontamente justificáveis, a fim de melhor explicitar, de demonstrar que durante o período houve sim uma produção que pode ser considerada

⁶⁶ GLEEN, *op. cit.*, pp. 14-15.

⁶⁷ PARADA, Mauricio. *Os historiadores clássicos da História*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Vozes, 2012.

historiográfica. Ainda que, ressalte-se, necessite de discussão a utilização de conceitos históricos que utilizamos como ferramentas de análise para o medievo – assim como para a análise de qualquer momento da produção historiográfica ao longo dos períodos históricos.

Neste momento do primeiro capítulo, discutem-se alguns fundamentos da historiografia europeia, apontando também aspectos da historiografia bizantina, a fim de melhor explicitar, numa tentativa de comparação em alguns pontos, a escrita da história no Ocidente, por volta do século X a XI: um pouco de historiografia da Idade Média nesse período. Dessa forma pretendemos analisar as questões que põem-se em um trabalho de história: havia uma escrita da história nesse período? O que os autores do período entendiam por história? Quais suas influências, quais os autores que eles leram para formular seus conceitos (ainda que, para eles, historiadores medievais, o termo “conceito” seja irreconhecível, não presente em suas preocupações no momento da escrita)? Quais seus objetivos ao escrever um livro de Histórias?

1.1 E O PRÓLOGO: POR QUÊ?

Como aponta a epígrafe colocada no início do capítulo, retirada de Bernard Guenée, também Marie-Paulie Caire-Janbinet aponta como centro de produção historiográfica o mosteiro, colocando como o lugar, junto com algumas igrejas e algumas escolas, onde se podia encontrar uma biblioteca, com a documentação necessária para que o monge pudesse escrever a história⁶⁸. Claro que nem todos os mosteiros foram centros de produção histórica, mas muitos escolhiam alguns de seus monges para que exercessem essa atividade⁶⁹.

É salutar a problematização de como se formulava essa escrita, como se construía a concepção de história e a percepção sobre ela durante a Idade

⁶⁸ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. O Período Medieval: uma história cristã. In.: idem. *Introdução à historiografia*, op. cit., pp. 23-24.

⁶⁹ *Idem*, pp. 22.

Média. Muitas vezes, e desde a Antiguidade, para apontar a dimensão de sua própria importância, encontramos nas obras um *prólogo*. Muitas vezes renegados pelas pesquisas posteriores, que pensavam que nestas páginas apenas podiam ser encontrados alguns lugares-comuns, algumas fórmulas já existentes desde um passado remoto àquelas obras, algumas ideias que em nada contribuiriam para a análise da obra, da sociedade, da própria pesquisa histórica sobre a qual se debruçavam⁷⁰. Entretanto, como já expusemos na introdução dessa dissertação, é a partir da análise dos prólogos que podemos encontrar alguns pressupostos muito importantes para o estudo daquilo que a partir de agora denominaremos de historiografia medieval. É no prólogo, por exemplo, que podemos encontrar o testemunho do autor, seu relato pessoal, demonstrando que sua obra é uma obra *consciente*⁷¹. Ou seja, o autor de um relato histórico na Idade Média constrói a sua obra de forma consciente, de forma pensada. Analisando prefácios, ou prólogos, também chamados algumas vezes de proêmios, podemos, conforme salienta François Hartog em seu texto de análise justamente de uma série de prólogos, *A história de Homero a Santo Agostinho*, observar nesses documentos aquilo que ele denominou de “projeto historiográfico”. E a partir dessa análise, conceber as “configurações do saber”, contendo as “conjunturas intelectuais e políticas”⁷²; ou seja, esta análise pode demonstrar como o trabalho do autor medieval era consciente e como esta atividade estava inteiramente relacionada com a questão educacional do período, de modo a constituir um aparato informativo sobre as mais variadas características da sociedade neste contexto. Também podemos encontrar, se é que eles existem, os discursos do método de cada historiador, onde ele resume quais são suas ideias sobre o ofício de historiar os acontecimentos, quais são as suas concepções ao assumir o gênero historiográfico. Bernard Guenée aponta a necessidade constante de utilizar esse tipo de documentação para a problematização da historiografia medieval⁷³. Este autor também apresenta a importância da análise da obra do autor medieval

⁷⁰ *Idem, ibidem.*

⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁷² HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho, op. cit.*, p. 10.

⁷³ GUENÉE, *Histoire et culture historique... op. cit.*

para problematizar o que era essa forma consciente de escrever a história, conforme se pode notar no excerto a seguir:

Na Idade Média, o historiador frequentemente se oculta atrás de sua obra. Para compreender o que ele quis fazer, não há outro recurso senão analisá-la. Porém, com mais frequência do que se poderia imaginar, o autor aparece na narrativa e, sobretudo, cuida de dizer, em um Prólogo, quais foram suas metas e métodos. (...) Na verdade, só o estudo atento dos prólogos permite perceber a que ponto a obra histórica era uma construção consciente. Graças a eles, vê-se bem melhor o que era a história para os historiadores e como a fizeram⁷⁴.

Dessa forma, os historiadores tinham que demonstrar como trabalhavam para compor um relato histórico. Para exemplificação de uma base da produção histórica ao longo da Idade Média, pode-se partir de Luciano de Samosata, historiador de origem síria, do século II d.C., autor de numerosos tratados, que escreveu uma obra intitulada *Como se deve escrever a história*, onde, em suas linhas iniciais, aponta o que seria, para ele, o caráter do gênero histórico:

Portanto, assim deve ser para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; (...) alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja juiz equânime, benevolente com todos até o ponto de não dar a um mais que o devido; (...) É preciso que a história seja escrita com a verdade, visando a esperança futura, mais que com bajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tens o cânon e o prumo de uma história justa⁷⁵.

Assim, no prólogo deste autor, encontra-se a ideia de que a história deve ser justa, onde o relato seja feito baseado na verdade e não apenas nos interesses que possam gerar algumas recompensas ou elogios. A história, para ser justa, deve ser verdadeira, e o historiador deve ser um homem incorruptível, acima de todos os vícios e pecados que possam surgir quando se assume a função de escrever, para Samosata. É exemplar, pois, os pressupostos acerca do fazer histórico, as configurações do saber, conforme escreveu Hartog. Estas ideias de Samosata irão influenciar várias obras, que

⁷⁴ GUENÉE, *História... op. cit.*, p. 526.

⁷⁵ SAMOSÁTA, Luciano. Como se deve escrever a história. In.: HARTOG, *A história de Homero... op. cit.* pp. 225-233.

perpassam não apenas a medievalidade, mas a própria escrita da história até a sua institucionalização.

Propomos a partir de agora algumas considerações sobre a escrita da História no Oriente, no mesmo período dos nossos autores (Richer e Glaber) e impressões sobre a escrita da História no Ocidente. Com isso, acreditamos na possibilidade de que algumas conclusões poderão ser feitas a partir de uma História comparada⁷⁶ entre as duas produções, a Oriental e a Ocidental, a fim de que se consiga, ao fim, propor algumas linhas gerais de pressupostos base da produção histórica para esse período.

1.2 A HISTORIOGRAFIA BIZANTINA A PARTIR DO SÉCULO IX: DE CONSTANTINO VII PORFIROGÊNITO A ANNA COMNENA

Constantino VII Porfirogênito⁷⁷ pertenceu à dinastia dos macedônios, que, dentro da história bizantina, esteve no poder imperial de 867-1057. A historiografia costuma ressaltar essa época como de grande prosperidade, em quase todos os aspectos, desde o expansionista – resultado das pretensões imperiais, principalmente da parte de Basílio I (867-886) e Leão VI (866-912) – até os que dizem respeito à sua forte organização interna – principalmente nos aspectos culturais e jurídicos, com o exemplo do código de leis (*Basilica*) começada por Basílio e terminada por Leão⁷⁸. Por todo o contexto imperial, foi considerada uma época em que “o império atingiu o zênite de sua glória medieval”⁷⁹. Constantino é conhecido por dois trabalhos, o *De Administrando Imperio* e o livro *De Cerimoniis*, o primeiro livro é considerado como um “manual”⁸⁰, escrito aproximadamente entre 948-952,

⁷⁶ Ver, por exemplo, os textos teóricos da *Revista de História Comparada da UFRJ*. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/revistahc.htm>, com acesso em 10/11/2012. Um exemplo seria BARROS, José D’Assunção. *História Comparada* – um novo modo de ver e fazer a história... *op. cit.*

⁷⁷ A porfirogenia bizantina era dada aos filhos dos basileus (imperadores) que nascessem enquanto seus pais estivessem no poder. O nascimento acontecia dentro de uma câmara púrpura dentro do palácio, originando, pois, a designação de porfirogênitos.

⁷⁸ Essas leis serviram de base para o sistema legal bizantino até 1453.

⁷⁹ RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 37.

⁸⁰ RIVEROS, “Ana Comneno en el Panorama de la Cultura Bizantina”. In: *Byzantion Nea Hellás*, n. 23. Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, 2004, p. 62.

dedicado a seu filho Romano, para que pudesse aprender como deveria ser feita a administração do império que lhe legaria; a segunda obra é um compêndio das cerimônias existentes na história daquela instituição, com o intuito de que não fossem esquecidos os cerimoniais imperiais.

Na análise do proêmio do *De Administrando Imperio*, encontramos o “conselho” de Constantino VII Porfirogênito, para seu filho, também porfirogênito⁸¹, de que ele devesse ter uma instrução educacional que o engrandecesse, pois, dessa forma, se tornaria sábio e adquiriria a prudência necessária a um *basileus* – a um imperador. Conforme as palavras do autor porfirogênito: “um filho sábio (*sophós*) faz feliz a seu pai, e um pai afetuoso se deleita com um filho prudente (*phrónimo*)”⁸². Após Constantino VII afirmar a posição dos porfirogênitos como encarregados por Deus para o exercício do poder, acredita que esta função deve ser feita com o auxílio da sabedoria, que é adquirida. Constantino aponta ser uma das funções do jovem príncipe a instrução nos estudos, para que, mais uma vez, ele seja considerado sábio perante os outros povos (*laoi*) e nações (*ethnón*), conseguindo assim demonstrar toda a sua realeza aos seus súditos e aos demais. Para que o filho, *porfirogênito*, alcance o seu poder imperial, Constantino estabelece “uma doutrina diante de ti para que possas agudar em experiência e sabedoria”⁸³ afirmando a história ser importante para que o príncipe saiba quais são as diferenças entre os bizantinos (romanos) e os outros povos, ao longo dos tempos.

Tal como o livro *De Administrando Imperio*, o livro das Cerimônias também tem a função de instruir os porfirogênitos, sucessores do cetro, pois, conforme as palavras de Constantino VII, ao reunir tais cerimoniais em compêndio “podemos iluminar os nossos sucessores na tradição dos costumes herdados, os quais chegaram a ser descuidados e abandonados”.

⁸¹ Porfirogênito era a designação dada aos filhos dos imperadores que nasciam na “sala Púrpura”, enquanto seus pais ocupavam o trono. Disso resulta a designação dada. Para maiores informações, apontamos o pequeno trabalho de nossa autoria apresentado no evento: BASSI, R. J. —Eu, filho da púrpura. Porfirogenia Bizantina no Panorama Cultural dos séculos X a XII: Algumas considerações sobre Constantino VII Porfirogênito e Anna Comnenall. No prelo. Texto apresentado no evento: *Fontes, Saberes e Tradições*. Primeira Semana de Estudos antigos e medievais do NEMED.

⁸² *Const. Porf. De Adm. Imp. Proêmio*. In: RIVEROS, José Marín. HERRERA C, Héctor. *El Imperio Bizantino*. Introducción Histórica y Selección de documentos. Santiago de Chile: Centro de Estudios Griegos, bizantinos y Neohelénicos “Fotios Malleros”, 1998, pp. 54-55.

⁸³ *Idem, ibidem*.

Da mesma forma, encontramos em Anna Comnena, que se afirmava historiadora⁸⁴, filha do imperador Aleixo I Comneno (1081-1118), uma afirmação da instituição imperial a partir de uma obra historiográfica. O herói dos antigos poemas homéricos não é mais um Ulisses, mas sim um Aleixo, daí a derivação do nome da obra: *Alexíada*. E, tal como Constantino VII Porfirogênito, há a presença personificada dos próprios autores nos textos. Anna Comnena, ao estar sempre presente em sua obra – entenda-se que de modo coadjuvante – não se enquadra ao modelo apresentado por Bernard Guenée no verbete “História”⁸⁵, segundo o qual uma das características dos historiadores medievais é não figurarem em suas obras; questão que está longe de ser encontrada no escrito da princesa bizantina.

Ambos autores demonstram a importância dos estudos para a formação de um *porfirogênito*. Tanto em Constantino VII Porfirogênito quanto em Anna Comnena encontra-se também uma apologia dos estudos, como uma forma para alcançar a sabedoria. Não à toa Constantino VII aconselha seu filho a se instruir nas coisas que são conhecidas, ressaltando que assim conseguirá o domínio da prudência na administração do Império. Essa educação possibilitou com que ambos pudessem se interessar pelo fazer histórico⁸⁶ e que pudessem executá-lo, de forma a compor uma obra de próprio punho (caso de Anna Comnena) ou organizar a feitura (Constantino VII Porfirogênito). Portanto, sua educação também serviu como elemento afirmador de uma sucessão imperial dinástica, quando tratava-se de um império envolto em disputas aristocráticas pelo cetro imperial.

Em seu prólogo, Anna Comnena define o caráter da história como preservação da memória, posto que o tempo é fluído e, portanto, este gênero não permite que os acontecimentos caiam no “abismo do esquecimento”⁸⁷, o que demonstra um elemento retórico tradicional na escrita da história na Idade Média. Há aqui uma aproximação com a ideia de Heródoto (e não somente dele, mas também da maioria dos historiadores que o sucederam)

⁸⁴ Anna Comnena se denomina, no próprio texto, afirmando: “Eu, uma historiadora”. *Anna Comn. Alex. Liv. Proêmio, I, 1.*

⁸⁵ GUENÉE, Bernard, *História... op. cit.*

⁸⁶ Ainda que no caso de Anna Comnena ela tenha recebido o pedido de sua mãe após a morte de seu marido, Nicéforo Briênio, que havia sido o primeiro encarregado da feitura de uma obra de história com os feitos de Aleixo I Comneno.

⁸⁷ *Anna Comn. Alex. Liv. Proêmio, I, 1.*

de, com a impossibilidade de se conter o tempo, o gênero histórico vir a suprir as lacunas que o esquecimento causa. A essa ideia segue o desejo de Anna de querer contar os feitos de seu pai, a partir de quando começam suas campanhas militares até o período de seu império, para que as suas ações não se “apaguem no tempo”, segundo a visão de influência claramente herodotiana:

Quero, por meio deste escrito, contar os feitos do meu pai, indignos de serem entregues ao silêncio, nem de que sejam arrastados pela corrente tempo, como a um pélogo de esquecimento; serão estes todos os feitos que levou a cabo depois de tomar posse do cetro e os quais realizou a serviço de outros imperadores antes de tomar o diadema⁸⁸.

A obra de Anna Comnena, tratando especificamente da época em que sua família detinha o poder imperial, traz um longo e vívido quadro das batalhas em que seu pai lutou. Para Guenée, a história era um “instrumento da memória”, entretanto nem tudo devia ser conservado, “só devia fixar o que era digno de lembrança e relatar coisas memoráveis. Isto é, os prodígios, as guerras, os atos de príncipes e de santos”⁸⁹ e, no caso específico d’A *Alexíada*, os feitos do *basileus*, pai da autora do texto, Aleixo I Comneno.

A história da obra é uma história contemporânea. Tucídides, também um autor clássico de influência na escrita da história no Oriente bizantino, escreve uma história coeva, contemporânea. A sua escrita é um relato, baseando-se naquilo que ele, o historiador, viu e no que lhe foi contado, sendo que, para esses casos tentou verificar tais informações. Ou seja, segundo Guenée, essa forma persiste durante a Idade Média, quando o “historiador compunha sua narrativa com aquilo que tinha visto, ouvido e lido”⁹⁰. Anna Comnena, em seu Proêmio, aponta que sua obra pode muito bem ser analisada pelas outras pessoas e atestada em sua veracidade, pois como ela mesma informa, as pessoas que viveram naquela época podem comprovar os feitos escritos:

E no tocante a mim, a estes e aqueles, aos que desagradamos e aos que nos aceitam, poderia tranquilizá-los fundamentada nas

⁸⁸ *Anna Comn. Alex. Liv. Proêmio, I, 2.*

⁸⁹ GUENÉE. *História... op. cit.* p. 526.

⁹⁰ *Idem*, p. 527.

obras mesmas e nos que as viram por seu testemunho a favor da veracidade dessas ações. Pois os pais e os avós dos homens que vivem agora foram testemunhos destes feitos⁹¹.

(...) quando se assume o caráter do gênero histórico, é preciso esquecer os favoritismos e os ódios e adornar muitas vezes aos inimigos com os melhores elogios, quando suas ações assim o exijam, e outras muitas vezes desqualificar aos mais próximos parentes, quando os erros de suas empresas assim o mandem. Pelo que não se deve vacilar nem em atacar aos amigos nem em elogiar os inimigos⁹².

Assim, vai-se construindo a percepção vigente entre os historiadores bizantinos, a qual tem sua origem na historiografia clássica⁹³, de que “estavam cada vez mais convencidos de que a memória era frágil (*labilis memoria*), era fugaz (*fugitiva memoria*)”. Dessa forma, caberia a eles, aos historiadores, o fazer histórico, para que a lembrança sobre passado fosse legada à posteridade⁹⁴. Ainda que ao longo da redação da obra, muitas vezes deva-se levar em consideração os bons atos, as boas ações, até mesmo dos inimigos. Postula-se, assim, a intenção de uma imparcialidade do historiador durante o processo de escrita⁹⁵.

Portanto, Anna Comnena vai se utilizar de toda a erudição, toda a cultura, que a corte de seu pai lhe proporcionou para a apropriação dos conceitos clássicos, os quais vinham se reafirmando com o passar dos anos, formulando o seu conceito de história, para, dessa forma, escrever sobre os feitos do *basileus* Aleixo I. Devemos salientar, pois, que essa apropriação é feita com base em uma transformação, uma adequação das ideias expostas

⁹¹ *Anna Comn. Alex. Liv. Proémio, cap. II, 3.*

⁹² *Anna Comn. Alex. Liv. Proémio, cap. II, 3.* Ademais, a citação do autor clássico pode ser verificada em Políbio, I, 14.

⁹³ Podemos notar um trânsito de textos, como demonstra Emilio Díaz Rolando em seu estudo preliminar da obra na tradução em espanhol d'*A Alexiada*, que “Debemos prestar atención al influjo indudable que en Ana Comneno tuvieron los clásicos, pero como muy bien nota A. Garzya, estos clásicos llegaron a Bizâncio a través de la lente del helenismo tardío y temido de la óptica romana”. In.: ROLANDO, Emilio Díaz. Estudio Preliminar. In: COMNENO, Ana. *La Alexiada*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 1989.

⁹⁴ GUENÉE. *História... op. cit.* p. 527.

⁹⁵ No caso de Anna Comnena, entre outros, pode-se notar que a imparcialidade não se mostra vigente ao longo do relato, sendo que muitas vezes ela se utiliza de pressupostos aristotélicos para denegrir a imagem dos inimigos do império. Para uma visão geral, vide: BASSI, Rafael José. Entre uma possível teoria e prática? O aristotelismo na obra histórica de Anna Comnena (séculos XI e XII). In: XI Encontro Estadual de História. História, Memória e Patrimônio, 2012, Rio Grande. Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História - Anpuh-RS, 2012.

nos autores clássicos aos preceitos que a autora pretende utilizar para sua própria composição de relato histórico.

Conforme demonstrou Arnaldo Momigliano⁹⁶, os autores clássicos, e os bizantinos, por conclusão, delimitavam o período de sua análise, colocando um espaço temporal bem definido, que estava quase sempre ligado ao conteúdo de suas fontes e que poderiam ser atestadas. Por isso o caso d'A *Alexíada* traz a história de um único imperador, Aleixo I Comneno. A história centra-se na figura de um único personagem neste relato. Dessa forma, Anna Comnena, com sua obra, *A Alexíada*, insere-se numa larga tradição historiográfica bizantina, que assenta suas bases sobre os pressupostos clássicos gregos, dos quais os bizantinos se consideravam como os continuadores em seu tempo, em seu Império, ou Civilização, como denominou Steven Runciman⁹⁷. Mas é claro que para utilizar-se desses pressupostos, esses autores acabaram por transformá-los de acordo com suas próprias necessidades.

1.3 HISTÓRIA NO OCIDENTE – PRIMEIRAS IDEIAS

A Idade Média, como todos os períodos históricos, foi uma época contraditória em seus mais variados aspectos. Se afirmamos que a escrita da história foi amplamente realizada, devemos salientar que esse foi, ao mesmo tempo, também um período de poucos historiadores, tanto no Oriente quanto no Ocidente. Pelo menos os historiadores cujas obras resistiram ao tempo e chegaram até nós. Em relação ao Ocidente, a produção de uma cultura histórica se deu predominantemente em alguns ambientes específicos, principalmente os meios clericais.

Cassiodoro, no século VI, foi o grande incentivador e produtor de escritos históricos no Ocidente. Mandou reproduzir, traduzir e conservar

⁹⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. "El Tiempo en la historiografía antigua". In.: *Idem. Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

⁹⁷ RUNCIMAN, *op. cit.*

inúmeras obras de cunho histórico no ateliê do qual participava, o *Vivarium*, na Calábria. Este autor apresenta algumas ideias que se tornaram verdadeiros cânones na historiografia medieval ocidental: um destes postulados de sua escrita foi a ideia de que somente cristãos mereciam atenção nas obras históricas, e esse é um dos postulados mais importantes e também um dos que mais repercutiu ao longo da Idade Média. Dessa forma, em seu texto, selecionou algumas personalidades que mereciam destaque pelo fato de terem abraçado a fé cristã; entre eles, figuravam Eusébio de Cesaréia, Paulo Orósio e São Jerônimo, entre outros. Durante o milênio que se caracteriza como Idade Média, o ocidente viveria sob esta influência do sul da Itália⁹⁸. A continuação do trabalho do *Vivarium* se deu nos *scriptoria*, onde os monges, além de suas obrigações religiosas, faziam o trabalho de contar as *histórias* daqueles tempos. Com isso, nota-se uma quebra, uma ruptura com as ideias pagãs antigas, passando-se ao elogio das premissas dos Padres da Igreja, cujo modelo, que se estenderia pelos anos, seria “um guia inestimável e insuperável para toda elite intelectual ocidental que se inspiraria em seus métodos, suas ideias e, sobretudo, sua mística”⁹⁹, como afirma Arnaldo Momigliano.

Dessa forma, uma consideração que pode ser feita é de que a maioria dos historiadores medievais, ou pelo menos aqueles cujas obras foram conservadas, vinham de dentro da Igreja e tratavam de assuntos a ela relacionados. Alguns nomes como os dos monges Beda, o Venerável (século VII e VIII), Paulo Diácono (século VIII), Richer de Reims (século X), Raoul Glaber (século X e XI) ou então Gregório de Tours (século VI) e Isidoro de Sevilha (séculos VI e VII) são exemplos claros nesse sentido. Alguns deles contavam a história de sua diocese ou sua região, remontando na maioria das vezes a época da Criação do mundo, até chegar aos seus dias, demonstrando quase sempre uma visão escatológica do mundo e do tempo. Essa percepção de tempo constitui outro pressuposto historiográfico medieval, que se mostrava frequente nas obras históricas. Em obra recente, *Uma história das histórias*, o historiador britânico John Burrow afirma que

⁹⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 36.

⁹⁹ *Idem, ibidem*.

esta escrita da história durante o período que elencamos para análise conseguiu reunir a ideia de ser universalmente abrangente e deliberadamente particular e local¹⁰⁰.

A partir de Cassiodoro, os cristãos passam a ver a história como um instrumento¹⁰¹, que está sempre a serviço de Deus. Os autores utilizam esse instrumento ora para detratar alguma administração real, ora para enaltecê-la, de acordo com as necessidades dos historiadores e de acordo com os reis, se eram cristãos ou não, além de defensores ou não do próprio cristianismo e cuidadosos de sua missão de expansão da fé. A percepção sobre o tempo passa a ter uma concepção linear e unitária de um tempo “regido por Deus, da Criação ao Apocalipse (escatologia)”¹⁰², baseando-se na ideia que era adotada desde os escritos judaicos, como a Bíblia. Inserido no período medieval, o historiador tinha a função de narrar a *Gesta Dei*, as ações de Deus, que eram dignas de memória dos homens, os quais, por sua vez, deveriam se espelhar nestas ações.

A historiografia medieval ocidental distancia-se, em certo ponto, da influência clássica grega, segundo alguns autores. Arnaldo Momigliano demonstra que os gregos tinham uma concepção de tempo diferente do que tinham os cristãos medievais. Dessa forma, a historiografia grega, iniciada com Heródoto, não aponta em suas intenções o desejo de escrita da história em um lapso temporal grande, mas sim uma seleção, principalmente dos grandes feitos, aqueles que eram “dignos de memória” e “admiráveis de relato”. Portanto, não se encontra na historiografia grega uma tentativa de escrever todo o passado, mas sim uma seleção que era determinada, primeiramente, pela importância de tal acontecimento, e, também, pela disponibilidade de fontes confiáveis para tal função¹⁰³. Dessa maneira, temos que, para Tucídides, a escolha da Guerra do Peloponeso se dá em virtude da importância de tal acontecimento, e depois, pela confiança com a qual

¹⁰⁰ BURROW, John. *Uma história das histórias*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 229.

¹⁰¹ Ressalte-se que a história enquanto instrumento já era utilizada desde a Antiguidade, como por exemplo a máxima ciceroniana sobre a história ser a “mestra da vida”, no século I a.C., para utilização da história a partir dos seus ensinamentos para as ações na sociedade.

¹⁰² MOMIGLIANO, Arnaldo. *op. cit.*, p. 37.

¹⁰³ MOMIGLIANO, Arnaldo. *op. cit.*, p. 167.

poderia relatar tais eventos em sua obra, de acordo com aquilo que ele poderia verificar com seu método proposto.

Assim, para Momigliano, o historiador clássico, tal qual o poeta clássico, trata de acontecimentos em um tempo limitado pelo evento, pela escolha do autor do texto. Porém o historiador deve justificar ao seu público quais os critérios de importância e de confiabilidade para tal registro¹⁰⁴. A luta contra o esquecimento de tais eventos se dá a partir da escrita dos testemunhos daqueles que estiveram presentes e que são confiáveis para se tomar nota e para escutar sobre os eventos, podendo, portanto, ser dignas de reprodução.

Dessa forma, um ponto de separação é a ideia de que, durante a Idade Média, os historiadores demonstravam a intenção de um recorte temporal que remontasse a datas longínquas, sendo, geralmente, feito um retorno retórico que cobrisse desde o momento da Criação do mundo por Deus até o tempo presente do historiador. Um bom exemplo foi o caso do bispo Gregório de Tours, que nos quatro primeiros livros dos seus *Dez Livros de História*, escreve a história desde a criação até o momento o seu tempo, no século VI, sendo, portanto, a parte mais frágil da narrativa, segundo os historiadores que estudam a obra do bispo¹⁰⁵.

Após esses apontamentos, acreditamos que com os novos questionamentos sobre a escrita da história, que foram iniciados com os trabalhos de Bernard Guenée e depois encontraram um grande grupo de historiadores dispostos a problematizar, podemos compreender a escrita da história durante o período medieval com outros pressupostos. O primeiro deles, exposto pelo próprio Guenée, é o de consciência do autor ao escrever a sua obra, ou seja, a ideia de que o que faz o historiador medieval é consciente, baseado em um quadro metodológico por ele explicitado na maioria das vezes em seu próprio texto. O que é escrito também aparece como sendo selecionado, de acordo com o intuito do autor na hora da escrita. Um outro ponto a ser pensado, que podemos considerar como um complemento à análise de Guenée, é exposto no importante estudo de Gabrielle Spiegel, denominado *The Past as Text. The Theory and Practice of*

¹⁰⁴ *Idem*, p. 168.

¹⁰⁵ MACEDO, José Rivair. *op. cit.*, p. 64.

*Medieval Historiography*¹⁰⁶, onde a autora expõe a construção do texto histórico medieval visando alguns objetivos, dentre eles, a legitimação do poder. Segundo a historiadora, o autor medieval se utiliza da narrativa para construir um aparato legitimador, aliando-se à sacralidade da sociedade¹⁰⁷. Dessa forma, os estudos sobre a historiografia medieval também estão relacionados com todo o universo político que está por trás da produção histórica do período. Narrar os eventos dos grandes homens pode ser/ter algo além de apenas mostrar feitos de homens que são exemplos de cristãos para toda a sociedade.

¹⁰⁶ SPIEGEL, Gabrielle M. *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1997.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 85.

2 A IDADE MÉDIA TEVE HISTORIADORES? OS CASOS DE RICHER DE REIMS E RAOUL GLABER.

Neste segundo capítulo, discutiremos as concepções de história, os argumentos dos autores, as explicações dadas pelos próprios para a composição de um livro de história. Para analisar as duas obras de história, de Richer de Reims e de Raoul Glaber, entretanto acredita-se que uma ressalva se faz necessária. Como exposto anteriormente, esta pesquisa trabalha com a análise de prólogos. Mas os limites do prólogo, muitas vezes, devem ser ultrapassados para a compreensão da consciência do relato histórico no período medieval, como aponta Néri de Barros Almeida em sua análise sobre o historiador Raoul Glaber¹⁰⁸. Nas duas obras, tanto em Glaber quanto em Richer, analisa-se suas palavras primeiras após o prólogo, sendo, pois, incorporado o capítulo I, haja vista a necessidade de pensar concepções de trabalho de escrita da história, que estão presentes também nessas próximas páginas dos escritos. Assim sendo, tanto nos textos de Glaber quanto de Richer, interpreta-se para este intuito os primeiros capítulos, ou partes, das obras, a fim de melhor salientar o trabalho de escrita da história nestes dois autores. Isso é exposto ao longo da utilização destes excertos na escrita da dissertação.

Essa análise se faz necessária porque muitas vezes concepções que são importantes para a compreensão do conceito de trabalho consciente destes historiadores medievais aparecem em outros pontos do texto, do relato. Raoul Glaber logo após o seu prólogo, inicia uma discussão acerca da concepção de tempo, com o postulado da *Divina Quaternidade* também relacionado com a questão das virtudes, as quais serão atribuídas aos personagens sobre os quais escreve. Portanto, faz-se mister o enquadramento destas primeiras partes do texto, juntamente ao prólogo, naquilo que Néri de Almeida denomina de “prólogo expandido”¹⁰⁹, para

¹⁰⁸ ALMEIDA, Néri de Barros. “Raoul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047)” *op. cit.*, p. 79.

¹⁰⁹ *idem*, p. 86.

compreender a formulação consciente de um modelo para a escrita sobre a história.

O mesmo princípio de expansão do ideal de consciência na escrita pode ser observado no texto de Richer de Reims, que logo após o seu prólogo, disserta sobre a divisão do mundo, em termos territoriais, restringindo o seu relato ao Reino dos Francos, ou Gália, como ele mesmo caracteriza essa região. Dessa forma, também é de grande importância analisar estes primeiros excertos do texto richeriano, a fim de compreender quais são os territórios, espaços de ação dos personagens relatados, e qual a relação deste território com as questões políticas que são expostas em sua obra.

2.1 RICHER DE REIMS

Como monge, entrou para a Abadia de Saint-Remi de Reims em 969 permanecendo lá o resto de sua vida. Por volta de 972, conheceu Gerbert d'Aurillac (futuro papa Silvestre II), que o compele, devido à necessidade de alguém para esta função, à escrita de uma obra de *história*, que foi escrita entre o período de 882 a 998. A partir deste pedido são escritos os *Quatro Livros de História* (991-998), que nós conhecemos apenas como *Histórias*. Obra que, devido ao pedido exposto, é dedicada ao próprio Gerbert. Um importante dado é que este texto foi redescoberto pelos pesquisadores e editado por George-Henri Pertz apenas no século XIX (1833). O texto, em seu conjunto, compõe uma importante fonte de informação para o estudo dos séculos IX e X no reino dos francos.

O texto, segundo Pertz, foi escrito durante três anos (995-998) e é composto por livros, desta maneira distribuídos por Richer: entre os anos 995 e 996, o monge começou com a escrita do livro I e mais 78 capítulos do livro II, o que conduz o leitor até o relato do ano de 948. Entre 996 e 998, redigiu o fim do livro II mais os livros III e IV, que por sua vez compreendem os anos posteriores a 948 até o ano de 995. Para a escrita de sua obra, Richer expõe suas intenções, que são a pesquisa e a narração dos acontecimentos sobre

as guerras dos francos. O monge utiliza-se basicamente dos *Anais* de Flodoard, também monge, que deixou uma rica compilação de documentação para o mosteiro, descrevendo os acontecimentos até o ano de 888. Obra essa tão importante que será a base dos escritos de Richer durante a composição do seu livro de *Histórias*. Para Pertz, podemos caracterizar a obra da seguinte forma: primeira e segunda partes correspondem ao período em que há um diálogo com os *Anais* de Flodoard, e a terceira parte, o período posterior ao ponto onde Flodoard parou¹¹⁰. Outro historiador, H. D'Arbois de Jubainville, aponta ainda que a primeira e a segunda partes da obra de Richer são adições e complementos ao texto de Flodoard¹¹¹. A terceira parte da obra de Richer se inicia a partir do capítulo XX do livro III, e compreende os anos de 969-995, que referenciam o fim do governo de Lotário, o governo de Luis V e o de Hugo Capeto. Para tanto, utiliza-se dos arquivos do Sínodo de Mouzon, organizado por Gerbert, além dos próprios documentos de Saint-Remi de Reims. Esta parte da obra justifica sua importância para o trabalho, considerando a mudança dinástica presente neste livro da obra de Richer de Reims.

Richer, em seu prólogo, afirma que a obra que está escrevendo só foi possível graças ao pedido feito por Gerbert, que era da sua mesma ordem e que, anos mais tarde, seria eleito papa como Silvestre II. Portanto, após este pedido, o monge inicia a escrita da obra, que por sua vez, como salientado linhas acima, é dedicada ao próprio Gerbert. Como aparece disposto na própria documentação, conforme já citamos na introdução deste trabalho:

Santíssimo Padre Gerbert, a autoridade do seu comando deu origem à intenção de transcrever os embates entre os gauleses. Pois isto apresenta uma grandíssima utilidade e a matéria do sujeito se oferece múltipla, razão pela qual abraço com impulso do ânimo esta empresa [...]¹¹².

Gallorum congressibus in volumine regerendis imperii tui, pater sanctissime Gerberte, auctoritas seminarium dedit. Quam, quia summam utilitatem affert, et rerum materia sese multiplex praebet, eo animi nisu complector qua iubentis mira benivolentia pertrahor.

¹¹⁰ PERTZ, George-Henri. « Notice Critique ». Richer. *Histoire de son temps*. Paris: Chez Jules Renouard, 1845, p. xxvii.

¹¹¹ JUBAIVILLE, *op. cit.*

¹¹² Richer de Reims, *Hist., Prol.*

Assim sendo, como afirma Paolo Rossi¹¹³, com “extrema clareza” Richer anuncia o seu intuito no prólogo: o de descrever os acontecimentos, as disputas, os enfrentamentos entre os homens que viviam no Reino dos Francos, porque esses eventos possuem uma utilidade dentro da sociedade. Essa é a intenção do autor, a *intentio auctoris*, como denominou Umberto Eco¹¹⁴. Portanto, a intenção de Richer de Reims aparece como a de descrever os acontecimentos em um determinado território, que é do da Gália. A divisão territorial que faz aparece logo após o seu prólogo, na sua “divisão do mundo”:

Portanto, a parte do mundo, que se apresenta adequada aos mortais é considerada pelos cosmógrafos dividida em três partes, que são a Ásia, a África e a Europa. Destas, a primeira é limitada externamente pelo oceano, a partir do norte, atravessando a região do Oriente até o sul, e internamente é separada da Europa, desde os montes Rifei até o umbigo da terra, pelo Tánais, o Meótico e o Mediterrâneo. Desde o umbigo até ao meridiano, é separada da África pelo rio Nilo. O Mediterrâneo interposto separa depois a África e a Europa, que exteriormente são circundadas pelo oceano desde o meridiano até o setentrião. Da Ásia, como foi dito, elas são separadas pelo de um lado pelo Nilo e do outro pelo Mediterrâneo, o Tánais e o Meótico. Cada uma delas tem suas próprias repartições, mas penso em escrever a respeito de uma só parte da Europa, chamada Gália pela brancura, pelo fato de que os de lá oriundos se distinguem por uma pele branca, e indicar as repartições dela¹¹⁵.

Orbis itaque plaga quae mortalibus sese commodum praebet a cosmographis trifariam dividi perhibetur: in Asiam videlicet, Africam, et Europam. Quarum prior, a septentrione per orientis regionem usque in austrum extrinsecus oceano determinata, interius a Rhipheis montibus usque ad terrae umbilicum Thanai, Meothide, Mediterraneoque ab Europa distinguitur. Ab umbilico vero usque in austrum Nilo fluvio ab Africa est seclusa. Africam vero et Europam, exterius quidem ab austro in septentrionem oceano circumdatas, Mediterraneus interiectus discriminat. Ab Asia vero Thanaisque ac Meotis, ut dictum est, seiungunt. Quarum singulae cum proprias habeant distributiones, Europae tamen partem unam quae Gallia a candore vocatur, eo quod candidioris speciei insigne eius oriundi preferant, in suas diducere partes ratum duxi.

Assim, a partir desta descrição, encontra-se a justificativa para a escrita de um relato histórico baseado nos acontecimentos distribuídos no território da Gália. O relato histórico tem uma utilidade e o espaço escolhido para descrição é único para Richer de Reims. Como aparece em seu texto, a

¹¹³ ROSSI, Paolo. *Introduzione, op. cit.*, pp. 5-29.

¹¹⁴ ECO, Umberto. *Os limites da Interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

¹¹⁵ Richer, *Hist.*, I, 1.

escrita da história é de “grandíssima utilidade”¹¹⁶. E para que seja de grande utilidade, é necessário, segundo Richer, que o relato seja baseado em um tempo próximo e sobre um local importante, haja vista, entre outras coisas, a repetição dos nomes ao longo da história. Dessa forma, com uma obra restrita ao período próximo, ficaria mais fácil aos leitores o reconhecimento de quais personagens estão sendo citados pelo autor¹¹⁷.

Estes personagens são participantes dos acontecimentos no Reino dos Francos, como salienta o autor:

Um propósito é trazer à memória, com o escrito, as guerras frequentemente travadas pelos francos nos tempos deles e as suas várias desordens e as diversas condições de suas relações ¹¹⁸.

Quorum temporibus bela a Gallis saepenumero patrata variosque eorum tumultus ac diversas negotiorum rationes ad memoriam reducere scripto specialiter propositum est.

Nesse excerto encontram-se importantes postulados da obra histórica de Richer de Reims. Para ele, é fundamental a rememoração dos feitos dos grandes homens. É importante que as pessoas guardem na memória os acontecimentos pelos quais a sociedade a que pertencem passou ou tem passado. Isso demonstra que a história tem como finalidade a manutenção, a preservação da lembrança sobre os acontecimentos na memória das pessoas. É o pressuposto da história ao longo da Idade Média, de que a memória é falha, havendo, portanto, a necessidade de um recurso para auxiliá-la na rememoração sobre os feitos dos homens. Note-se que o enfoque da obra, pelo seu prólogo, é exatamente o reino dos Francos, lugar escolhido pelo historiador como local de diversos conflitos, o que, para o próprio Richer, acaba por justificar sua escolha sobre este determinado território, esta região, já que centra o relato justamente sobre o local onde vive. Isso demonstra também o seu interesse em relação aos eventos que lhe são contemporâneos e ocorridos dentro do seu próprio contexto de vida – tanto seu quanto de sua ordem.

¹¹⁶ Como própria descrição de Richer.

¹¹⁷ Richer, *Hist. Prol.*

¹¹⁸ Richer, *Hist. Prol.*

E a importância que é dada aos francos se apresenta no excerto que se segue. Pode-se encontrar a referência a outros territórios, entretanto, para Richer, os demais grupos só precisam aparecer no relato quando a sua participação e a sua lembrança são extremamente necessárias, como aparece na documentação, ainda em seu prólogo:

Se, pois, nos referirmos a alguma coisa dos outros, deve-se pensar que esses relatos só vêm por razões contingentes que não podem ser evitadas ¹¹⁹.

Si qua vero aliorum efferantur, ob incidentes rationes quae vitari non potuerunt id evenisse putetur.

Isso nos parece um demonstrativo de que o foco de seu relato são os acontecimentos no Reino dos Francos, em uma forma de enaltecimento deste Reino frente às demais partes conhecidas, já que, segundo o historiador, os demais só poderiam aparecer no relato caso isso não pudesse ser evitado, como evidenciado pela fonte, e dizemos, por exemplo, algum evento contendo relações com o próprio Reino dos Francos. Pode-se concluir, com esta análise, que o historiador medieval escolhe o foco de seu relato, sendo, portanto, uma escolha feita de forma consciente. O que pode nos sugerir, pode ser um demonstrativo da importância da escolha da região para o autor, determinando, assim, sua opção. Claro que essa análise poderia ser simplista, mas isso vai colaborar na argumentação de que o relato histórico está atrelado com o contexto político da época do autor da obra.

No seu prólogo, ainda podemos partir para uma análise sobre um possível método pensado para a composição de relatos históricos. No excerto que se segue, Richer de Reims demonstra quais são suas inspirações para a escrita da história:

Mas se for acusado de ignorância a propósito de uma antiguidade desconhecida, não nego haver tomado algumas coisas de um certo livro de Flodoardo, padre de Reims, mas em verdade esta obra demonstra de modo bem evidente que eu tomei não as mesmas palavras, mas usei outras, em um esquema de discurso muito diferente ¹²⁰.

¹¹⁹ Richer, *Hist., Prol.*

¹²⁰ Richer, *Hist., Prol.*

Sed si ignotae antiquitatis ignorantiae arguar, ex quodam Flodoardi presbiteri Remensis libelo me aliqua sumpsisse non abnuo, at non verba quidem eadem, sed alia pro aliis longe diverso orationis scemate disposuisse res ipsa evidentissime demonstrat.

Percebe-se no texto de Richer que este historiador admite a influência de autores clássicos, sendo que, segundo Jason Glenn, estilisticamente Richer tem sua base na composição da produção histórica romana¹²¹. Nesse trecho encontramos algumas considerações importantíssimas, passíveis de análise. Primeiramente, Richer aponta a impossibilidade de se descrever um passado mais distante, ao qual ele dá o nome de Antiguidade, principalmente pela escassez de material para consulta. Essa Antiguidade richeriana é tão somente os séculos que antecedem ao seu relato, e não remete diretamente aos gregos e romanos. É devido a essa percepção de impossibilidade de verificação dos acontecimentos assumida por Richer, que ele procura recuperar alguns acontecimentos a partir dos *Anais*, do também monge da mesma ordem que ele, em Reims, que é Flodoard, cujo trabalho remonta aos anos 919-966¹²². Acredita-se salutar que em seu prólogo apareça que os dados retirados dessa obra aparentemente são escassos, entretanto, segundo Pertz, os primeiros livros de Richer são apenas uma releitura e reescrita destes *Anais*, sendo apenas os dois últimos livros do conjunto considerados como os mais “richerianos”, pelo fato de terem sido escritos única e exclusivamente por Richer e por relatarem os eventos do seu período. Neste ponto reside, novamente, o postulado da escrita da história em sua contemporaneidade por essa historiografia que este trabalho se propõe a analisar. Escrever a história, para Richer de Reims, é portanto a escrita de uma história que se pode nominar contemporânea não apenas a ele, mas a grande parte dos autores deste período.

Outro ponto importante para a análise tem relação com a comparação do texto de Richer com a obra de Flodoard. Segundo o próprio Richer, o seu relato difere da obra de Flodoard em um “esquema de discurso de grande diferença”, dando, dessa forma, uma importância grande para uma

¹²¹ GLENN, Jason. *Politics and History in the Tenth Century...*, *op. cit.*

¹²² Flodoard. *Annali* (919-966). Editado por Paolo Rossi. Fonti tradotte per la storia dell'Alto Medioevo. Pisa: Pisa University Press, 2007.

diferenciação entre as formas de escrever a história postulada pelos próprios autores da época, já que o estilo de escrita, segundo análise sobre o texto de Richer, pode separar o texto em *Anais* e *História*. Isso se mostra notável pelo fato de que aparece, no prólogo, segundo esta análise, a ideia de um trabalho consciente, como auferem Bernard Guenée e François Hartog. O trabalho da escrita da história na Idade Média se diferencia do relato dos *Anais*. A escrita é diferente e os objetivos são diversos também. Na obra de Flodoard, podemos encontrar, ano a ano, o relato dos principais acontecimentos, em ordem cronológica, com o intuito de informar as pessoas que, por alguma razão, o consultassem. Exemplo claro desse aspecto pode ser encontrado no início de cada ano, que começa com a datação de qual ano está sendo escrito, como em alguns excertos elencados, os quais seguem abaixo, retirados da documentação, dos *Anais* escritos por Flodoard:

No ano 919 da Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo aconteceu em Reims...

Anno incarnationis Domini nostri Ihesu DCCCCXVIII cecidit Reims...

No ano 920 da Encarnação do Senhor (...) na cidade de Soissons...

Anno dominicae incarnationis DCCCCXX (...) apud urbem Suessionicam...

Enquanto iniciava o ano de 928, próprio durante a solenidade do nascimento de Cristo...

Anno DCCCCXXVIII inchoante, in ipsis sollempniis ortus Ihesu...

No ano 936, Ingramno, bispo da igreja de Laon, morre...¹²³

Anno DCCCCXXXVI, Ingramnus Laudunensis aecclesiae episcopus obiit...

Portanto, a estrutura da escrita é diferente. Os *Anais* são caracterizados por uma descrição dos acontecimentos “sem a interferência do autor”. O que, é claro, também não é um postulado verdadeiro, levando em consideração que Flodoard utiliza informações das pessoas que vivenciavam os acontecimentos além dos próprios registros da Igreja de Reims, os seus arquivos documentais para consulta. Isso também diz respeito a uma escolha, uma seleção deste autor sobre quais acontecimentos

¹²³ Flodoard, *Annali*, 919. Páginas da edição italiana: 13 (919-920), 29, 39.

deveriam ilustrar os seus *Anais*, por isso as aspas que utilizamos para dizer que não havia interferência. Entretanto, nesse trabalho não nos aprofundaremos nestes aspectos das obras de compilação como os *Anais* e a sua escrita, haja vista que os dois principais autores cujas obras problematizamos não escrevem *Anais*. Trouxemos os excertos apenas para expô-los a fim de demonstrar uma diferença estilística na composição do texto.

O momento da escrita e de sua possível reestruturação pode ser notado, portanto, na ideia exposta por Paolo Rossi, apontando que Richer reescreve a história em determinados momentos¹²⁴, pois, como exposto pelas análises, o historiador medieval recolhe informações no livro de Flodoard e, em seus dois primeiros livros/volumes, utiliza-se basicamente destas informações para criar uma outra forma, estilo de escrita, que é a escrita da história. Dessa forma, pode-se considerar que Richer de Reims seleciona informações já colocadas em outras documentações escritas para composição de seu próprio relato, quando se trata de períodos que lhe são desconhecidos, que fazem parte da “Antiguidade”, como ele mesmo denomina. E pode ser notado por uma análise textual, em que se apreende que a escrita richeriana, como – saliente-se – as demais escritas de livros de história na Idade Média, traz um texto com uma forma mais discursiva, com uma redação mais fluída do que os textos de *Anais*. Isso nos remete a ideia sobre a escrita da história criando uma narrativa histórica, como apontou José Manuel Cerda¹²⁵.

A partir desse momento de escrita, e possível reestruturação e reescrita da história, concordamos com a ideia de Jason Glenn, quando afirma que os possíveis erros de cronologia ou até mesmo de formulação da escrita, as alterações, têm caráter político no texto do autor medieval, demonstrando seu posicionamento político, na hora da defesa de alguma das partes¹²⁶. Buscando modelos clássicos para composição histórica, Richer se aproxima da monarquia e se mostra favorável tanto aos carolíngios quanto aos capetíngios. E esse posicionamento de Richer em seu relato pode ser

¹²⁴ ROSSI, *op. cit.* p. 11.

¹²⁵ CERDA, *Eventos tan grandiosos... op. cit.*, pp. 265-266.

¹²⁶ GLENN, *Politics and History in the Tenth Century... op. cit.*, p. 5.

analisado como uma forma de sua participação política; o uso da composição do relato como legitimação de poder para a dinastia que está ascendendo ao trono. Glenn conclui ser a narrativa richeriana uma partícipe da “cultura política” no reino dos Francos¹²⁷. Portanto, a tese de Glenn, com a qual concordamos neste trabalho, é de que os historiadores, com seu ofício, são partícipes diretos na comunidade política a partir da escrita dos seus relatos¹²⁸. Assim, como aponta também Gabrielle Spiegel, servindo-se não apenas da sacralidade, mas também de uma legitimidade advinda da própria história, o rei reforça sua legitimação perante a sociedade política¹²⁹. Dessa forma, erros muitas vezes estão ligados à ideia teológica, retórica, moral, demonstrando até mesmo uma suposta função pedagógica que parte do relato histórico com sua possível afirmação da legitimidade real perante a estrutura política composta pela nobreza¹³⁰.

Richer de Reims também afirma estar disposto a relatar os “costumes dos habitantes da Gália”. Para esse fim, dentro de sua escrita, exercita uma descrição da população do Reino dos Francos, com a exposição de suas virtudes e a formulação de críticas a algumas características:

Portanto, todos os habitantes da Gália se destacam por uma audácia inata, sendo intolerantes a críticas. Se excitados, exaltam-se nos massacres e, furiosos, vão ao assalto sem piedade. Mas, uma vez persuadidos e convencidos com argumentos, dificilmente têm o hábito de desmentir-se. Por isso, como disse Jerônimo: A Gália sozinha não produz monstros, mas sempre brilhou por homens prudentes e eloquentíssimos¹³¹.

Ominium ergo Galliarum Populi innata audatia plurimum efferuntur, calumniarum impatientes. Si incitantur, cedibus exultant, efferatique inclementius adoriuntur. Semel persuasum ac rationibus approbatum vix refellere consuerunt. Unde et Hieronimus ‘Sola’, inquit, ‘Gallia monstra non habuit, sed viris prudentibus et eloquentissimis semper claruit’.

Nesse excerto encontramos juízos de valor expostos pelo historiador acerca da sociedade sobre a qual está escrevendo. Ele ressalta que, ainda que essa região seja repleta de homens que agem de acordo, muitas vezes,

¹²⁷ *Idem*, p. 9.

¹²⁸ *Idem*, p. 14.

¹²⁹ SPIEGEL, Gabrielle M. *The Past as Text... op. cit.*, p. 83.

¹³⁰ *Idem, ibidem*.

¹³¹ Richer, *Hist.*, I, 3.

com seu instinto, dentro da sociedade ainda reinam virtudes, tais como a prudência e a eloquência. Portanto, os habitantes dessa região são dotados de características que se mostram como um desejo de exposição por parte de Richer, sendo estas características tanto boas ou más. É um princípio da escrita da história nesse período, de preservar a verdade nos relatos, independentemente de quais grupos ou personagens estão sendo descritos no historiar. O que também não se verifica em uma análise que coteje as mais variadas documentações sobre o período. O intuito da escrita objetiva, sem o interesse partidário¹³² não se concretiza a partir da análise do relato, ainda que constantemente apareça nos intuitos dos autores das obras durante o período medieval. Há, pois, a tomada de posição religiosa e política, o que acaba por ruir com a concepção de imparcialidade que os historiadores tentam em suas obras.

Conquanto, em seu prólogo, o historiador Richer também assume possíveis falhas, tal qual a brevidade de alguns assuntos em relação a outros, que podem ser encontradas em seu relato. O excerto que se segue apresenta esta afirmação:

E considero que o leitor deve ficar satisfeito se expus alguma coisa de modo plausível, mas também claro e breve. Com efeito, recusando adentrar-me no discurso, exporei muito coisa de maneira sucinta¹³³.

Satisque lectori fieri arbitror, si probabiliter atque dilucide breviterque omnia digesserim. In dicendo anim recusans effluere, plurima succincte expediam.

Quando se assume a escrita de um livro de história, o gênero histórico em si, para Richer de Reims, deve-se fazer escolhas. Uma das escolhas deste monge para composição do seu relato diz respeito a privilegiar alguns pontos em detrimento de outros. Desta forma, para Richer, alguns acontecimentos serão expostos, narrados, de forma sucinta, visando apenas dar algumas explicações necessárias, não sendo feito, a partir disso, uma exposição longa e profunda sobre acontecimentos que não estejam relacionados com a estrutura do texto que o historiador está compondo.

¹³² Partidário aqui compreendido como tomada de posição, posicionamento.

¹³³ Richer, *Hist., Prol.*

Portanto, há aqui a aceitação por parte do próprio autor do texto histórico de que, em alguns pontos, haverá lacunas, as quais poderão advir das próprias fontes de informações, o que pode acabar impedindo ao historiador relatar acontecimentos com a devida precisão. Isso nos parece um demonstrativo aceitável de que o trabalho é consciente, de que o próprio autor medieval, historiador na Idade Média, aceita suas limitações e coloca a escrita da história como um trabalho de seleção de material. Além do próprio intuito de uma necessidade de clareza durante a escrita do texto histórico. Essa clareza, para Richer, pode apresentar-se relacionada com a concisão da escrita sobre alguns eventos.

2.2 RAOUL GLABER

Analisa-se agora o exemplo do historiador franco Raoul Glaber. Tendo poucas informações sobre o autor, apenas os relatos contidos em sua própria obra, sabe-se que nasceu na Borgonha no final do século X. Entre 1025 e 1030, residiu no monastério de Saint-Bénigne, a Dijon. Em 1010 entrou em contato com o monge Guillaume de Volpiano, em Moutiers-Saint-Jean, fato este que marcaria a sua vida, tanto que, anos mais tarde, escreveria uma hagiografia sobre esse monge, a *Vie de Saint Guillaume de Volpiano abbé de Dijon*. A partir de 1039, reside na abadia de Saint-Germain d'Auxerre.

Além da obra sobre Guillaume de Volpiano, citada acima, escreveu um livro de *Histórias*, que são os *Cinco Livros de História*¹³⁴. Segundo Giancarlo Andenna, a obra de Raoul Glaber revela o “modo de pensamento do europeu do Ano Mil, com seus medos, as suas esperanças, os seus defeitos e as suas qualidades”¹³⁵. Essa visão também é partilhada por Georges Duby, que se dedicou por anos aos estudos da sociedade medieval ocidental do *Ano Mil*

¹³⁴ Historiarum libri quinque ab anno incarnationis DCCCC usque ad annum MXLIV (*Cinco livros de História depois do ano 900 da Encarnação até o ano de 1044*). O interessante é que ao escrever 5 livros de história, Glaber afasta-se da sua própria concepção temporal da Quaternidade, como aponta ALMEIDA, Néri de Barros. “*Raoul Glaber: um historiador*” *op. cit.*

¹³⁵ ANDENNA, Giancarlo. Mille anni dopo. Rodolfo il Glabro: un acuto interprete del segno dei tempi, p. 11. In.: Rodolfo il Glabro. *Storie dell'anno mille*. Milano: Editoriale Jaca Book, 1982.

e sobre as mentalidades da época, resultando no clássico livro *L'an Mil*¹³⁶. Mais do que isso, a obra de Raoul Glaber é um importante documento sobre a época, sobre as atividades sociais, sobre as instituições e sobre a política do *Ano Mil*, na época da dinastia Capetíngia na Gália Franca, tanto que Neithard Bulst irá denominar esse autor como “o historiador do milênio”¹³⁷

O estudo da obra de Raoul Glaber sempre esteve muito ligado aos estudos sobre as concepções milenaristas do Ano Mil, dos medos que as pessoas demonstravam ter e de como elas estavam ansiosos com a chegada do Fim dos Tempos, numa visão explorada desde o século XIX por Jules Michelet¹³⁸. Haja vista suas narrações sobre as mais variadas interpretações sobre os acontecimentos naturais de seu tempo: tempestades, ventanias, eclipses, todo tipo de fenômeno natural era entendido como sinal do *final dos tempos*. As concepções de *Terrores do Ano Mil* se devem em grande parte às análises feitas sobre a obra de Raoul Glaber, cujo fascínio pelo milenarismo é analisado como sendo seu principal recorte temporal, segundo Richard Landes¹³⁹.

A obra de *história* de Glaber possui uma grande proximidade em relação ao texto de Richer dentro da produção historiográfica medieval. Seu relato não começa com a criação do mundo para chegar aos “dias atuais” do autor da obra, mas, sim, tem início no ano 900 da Encarnação de Cristo incluindo até o ano de 1031. Esse foco de recorte temporal contemporâneo se caracteriza como uma novidade no âmbito da produção historiográfica medieval.

Os livros estão distribuídos da seguinte maneira: o *primeiro* mostra rapidamente uma revisão da história, de 900 ao Ano Mil, sendo, em suma, um resumo dos carolíngios e dos primeiros imperadores da Alemanha; o *segundo* e o *terceiro* livros são referentes aos anos que entornam ao Ano Mil, ocupando os anos de 987 a 1030, e é nestes livros que Raoul aponta que os prodígios se multiplicam com o milênio da Encarnação de Cristo; os sinais do

¹³⁶ DUBY, O Ano Mil... *op. cit.*

¹³⁷ BULST, Neithard. “Radulfus Glaber Vita domni Willelmi abbatis”. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*, 30 (1974), p. 450-487.

¹³⁸ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. *Biblos* (Rio Grande), v. 21, p. 9-32, 2007.

¹³⁹ LANDES Richard. Rodulfus Glaber and the dawn oh the new millenium: eschatology, historiography, and the year 1000. *Revue Mabillon*, n.s., t. , 1996, p. 59.

ano que comemora o milênio da Paixão de Cristo são descritos no livro *quarto*; e, por fim, no livro *quinto*, encontra-se uma série de eventos referentes aos últimos anos de vida do autor¹⁴⁰. Dessa forma, pode-se destacar uma característica fundamental da produção histórica durante a Idade Média que é a escrita de uma história única e exclusivamente contemporânea¹⁴¹.

Seu relato apresenta o intuito de universalidade, como apontado por Burrow sobre a produção medieval¹⁴², a intenção de descrever os acontecimentos de todo o mundo¹⁴³. No entanto, esta pretensão de universalidade não se realiza ao longo da análise sobre a obra, como será demonstrado nesse trabalho.

Em primeiro lugar, mostrarei como se dá a discrepância entre os anos da salvação calculados desde a origem do mundo segundo o método da história hebraica e a versão dada pelos Setenta intérpretes. Nós acolhemos plenamente a tese de que o ano de 1002 da Encarnação do Verbo coincide com o primeiro ano do reinado de Henrique da Saxônia, e o ano do Senhor de número 1000 com o décimo terceiro ano do reinado de Roberto II, rei dos francos. Tomamos estes dois reis como ponto fechado [fixo?] para determinar a cronologia, porque no nosso continente são considerados cristianíssimos e grandíssimos soberanos, e o primeiro deles, ou seja, Henrique, tornou-se imperador romano. Portanto, fixamos a cronologia através da recordação deles. [...] Ainda porque falaremos dos acontecimentos acontecidos nos quatro cantos do mundo [...]¹⁴⁴.

... primitus dumtaxat ostensurus (quamquam series annorum a mundi origine pernotata secundum Hebreorum historias a Septuaginta Interpretatum translatione discrepet, illud tamen certissime commendamus) quod annus incarnat Verbi millesimus secundus ipse sit regni Henrici Saxonum regis primus, isdem quoque annus Domini millesimus fuit regni Roberti Francorum regis tertius decimus. Isti igitur duo in nostro citramarino orbe tunc christianissimi atque premaximi habebantur, quorum primus, videlicet Heinricus, Romanum postmodum sumpsit imperium. Idcirco vero illorum memoriale seriei temporum stabilivimus. Preterea, quoniam de quattuor mundani orbis partium eventibus relaturi sumus, dignum videtur, ut cordi est qui utique religiosis

¹⁴⁰ PROU, Maurice. Préface. In.: Raoul Glaber. *Les cinq livres de ses Histoires*. Ed. Maurice Prou. Paris: Alphonse Picard, Éditeur, 1886, p., VII – VIII.

¹⁴¹ Mathieu Arnoux comenta isso em sua *Introduction*: « Le couer de son ouvrage concerne les années 1010-1040: c'est aussi, à peu de choses près, le période de composition de l'ouvrage », GLABER, *op. cit.*, p. 17.

¹⁴² Vide nota 94.

¹⁴³ Mathieu Arnoux salienta: « Il faut lire avec attention les premières lignes du texte de Raoul pour comprendre son projet, et voir comment il s'intègre dans une historiographie en plein renouvellement. L'ambition du prologue a frappé de nombreux lecteurs, hostiles ou favorables au chroniqueur » *op. cit.* p. 14-15.

¹⁴⁴ *Raoul Glaber. Hist., 1.*

loquimur, ut vim divine et abstracte quaternitatis eiusque conformem convenientiam, Domino preeunte, suscepti operis "initio" inseramus.

Dessa forma, Glaber expõe o objetivo de sua escrita: a história daqueles que serviram a fé católica e seguiram na retidão da justiça, o que demonstra toda a sua influência do espaço de produção que existia em Cluny, como apontamos no capítulo 1. É também a apresentação, por parte do autor, de uma história dos homens ilustres, representados em seu texto pelos homens relacionados tanto à política quanto à Igreja, que está em um momento de afirmação até mesmo sobre a política, como aponta a historiografia que analisa o período em questão¹⁴⁵. Glaber salienta, também, que há “duzentos anos” não se tem notícia de alguém que se pôs a historiar sobre os acontecimentos. Faz menção – sem referir o nome das obras – aos escritos de *Beda*, na Inglaterra, e a *Paulo Diácono*, na Itália, como os últimos relatos históricos escritos, sendo que, após estes, “não houve ninguém que se interessasse por estes estudos e deixado qualquer escrito histórico”¹⁴⁶. Aqui, discute-se o fato de Glaber apresentar um desconhecimento em relação à obra de Richer de Reims e, também, de certo modo, aos *Anais* de Flodoard, que também sendo beneditinos, escreveram obras históricas. Há, portanto, segundo Glaber, a necessidade – e a partir disso, a justificativa para a empreitada – da escrita de um livro de histórias, porque só assim os relatos importantes serão mantidos vivos para as gerações que virão após a escrita da obra. Portanto, este é o motivo, a *intentio auctoris* e sua justificativa, que leva Raoul Glaber a aceitar o pedido de Odilon, abade de Cluny, e se debruçar na escrita de um livro de *histórias*, como pode ser observado pelo exposto neste excerto de seu prólogo:

[...] não houve ninguém que, animado pela mesma intenção [de Beda e Paulo Diácono], pôs-se a escrever um relato histórico para o benefício da posteridade¹⁴⁷.

Qui historialiter quippiam posteris scriptum misisset, quorum uterque historiam propriae gentis vel patriae condit.

¹⁴⁵ Vide discussão sobre a centralização e descentralização do poder, esboçado no capítulo 3 deste trabalho.

¹⁴⁶ *Raoul Glaber, Hist., I, 1.*

¹⁴⁷ *Raoul Glaber, Hist., Prol.*

Assim a memória, por ser falha, necessita de um relato histórico, para que os acontecimentos e os grandes personagens da realeza, da nobreza e da Igreja – aqueles que são compreendidos como os habitantes dessa comunidade cristã – que aparecem na obra não caiam no esquecimento trazido pelo tempo. Isso é um dos principais postulados dessa produção historiográfica durante a Idade Média, tanto no Ocidente quanto no Oriente medievais. Outro importante ponto a ser analisado é que Glaber também justifica a utilização de relatos orais para a composição do seu material de análise. É a escrita da *história* a partir das informações que parecem, aos historiadores, dignas de crédito e a partir também daquilo que o próprio autor viu. É o ver (presenciar os eventos) e ouvir (buscar relatos orais que os historiadores considerem dignos de menção na composição de material histórico) na história da *história* na Idade Média, oriundos de uma prática que remonta aos autores da Antiguidade clássica, como, por exemplo, Tucídides¹⁴⁸.

2.3 A DIVINA QUATERNIDADE.

Segundo Maurice Prou, na edição francesa do século XIX, a *Divina Quaternidade* de Raoul Glaber é a tentativa do historiador de divinizar o número quatro¹⁴⁹. Para Glaber, a partir de uma análise que remonta aos “padres católicos gregos, que eram bons filósofos”¹⁵⁰, pode-se especular que, a partir do número *quatro*, compreende-se não apenas o mundo terreno, mas, também, o superior, que, para ele, é o vir-a-ser. Segundo Glaber:

A quaternidade, uma vez claramente especificado quais são as suas conexões recíprocas, tornam muito vívidas a inteligência e a mente de quem se aplica ao seu estudo¹⁵¹.

¹⁴⁸ MOMIGLIANO, *op. cit.*, especialmente o capítulo 2: “A tradição herodotiana e tucidideana”, pp. 53-83.

¹⁴⁹ PROU, *op. cit.* p. VII.

¹⁵⁰ Raoul Glaber, *Hist. I, 1. Patres Gregocurum catholici non mediocriter philosophi.*

¹⁵¹ Raoul Glaber, *Hist., I, 2.*

Quaternitates vero earumque in sese reflexus, dum a nobis dispertiri immobiliter ceperint, mentes simul atque intellectus se speculantium alacrioris reddent.

Dessa forma, Raoul faz a relação entre Evangelhos, elementos formadores, virtudes e sentidos:

Portanto, quatro são os Evangelhos que em nossa mente [opinião?] constituem o mundo superior; e quatro também os elementos que formam o mundo terreno; quatro são as virtudes que têm a primazia sobre as outras, e que de reflexo indicam que se pratiquem também as restantes; e, igualmente, quatro são os sentidos, além do tato, que está a serviço dos outros, que são mais apurados¹⁵².

Quattuor igitur sunt Evangelia, que constituunt in nostris mentibus supernum mundum; tot enim constant elementa, quae perficiunt istum infimum; quattuor quoque virtutes, quae seterarum gerunt principatum, nosque per adunationem sui ad ceteras informant. Pari etiam ratione quattuor sensus existunt corporis, preter tactum, qui subtilioribus famulatur ceteris

Com isso, Glaber vai formulando as relações entre estes signos, estas representações, a fim de demonstrar que as “coisas do mundo” são regidas através desse princípio da *Quaternidade*. O historiador vai relacionando os Evangelhos com os elementos, com as virtudes, os sentidos e também com os rios que saem do Éden e desembocam na Terra. Segundo sua concepção há também uma relação entre os evangelistas, os elementos, os sentidos com os rios que saem do Éden. Abaixo, apresentamos uma tabela esquemática, para melhor demonstrar essas relações expostas pelo relato:

Tabela 1 – Relação dos Evangelistas, dos elementos, das virtudes, dos sentidos, dos rios e das épocas segundo a Divina Quaternidade de Raoul Glaber.

Evangelistas	<i>Mateus</i>	<i>Marcos</i>	<i>Lucas</i>	<i>João</i>
Elementos	<i>Terra</i>	<i>Água</i>	<i>Ar</i>	<i>Fogo</i>
Virtudes	<i>Justiça</i>	<i>Temperança</i>	<i>Força</i>	<i>Prudência</i>
Sentidos	<i>Tato</i>	<i>Paladar</i>	<i>Olfato</i>	<i>Visão</i>
Rios	<i>Eufrates</i>	<i>Gion</i>	<i>Tigre</i>	<i>Fison</i>
Épocas	<i>Encarnação até o presente</i>	<i>Abraão e patriarcas</i>	<i>Moisés e profetas</i>	<i>Início ao dilúvio</i>

¹⁵² Raoul Glaber, *Hist.*, I, 2.

A partir da análise sobre a exposição feita por Glaber sobre a quaternidade, observa-se a relação entre Mateus, a Terra, a Justiça, o Tato, o rio Eufrates e o período que vai da Encarnação até o presente de Glaber; em Marcos encontramos a Água, a Temperança, o Paladar, o rio Gion, e o período que compreende Abraão e os patriarcas; Lucas aparece relacionado com o Ar, com a Força, Olfato, o rio Tigre e o período de Moisés e dos profetas; e, por fim, João relacionado ao Fogo, à Prudência, à Visão, ao rio Fison e o período do Início até a época do Dilúvio.

É a partir dessa relação que notamos as conexões entre o número quatro e as ideias defendidas por Glaber, que são colocadas de forma arbitrária, sem nenhuma discussão sobre elas feita pelo próprio historiador. Conquanto, na leitura da obra deste autor, aparecem mencionados em outra sequência, demonstrando certa preponderância de um elemento em relação ao outro. A tabela a seguir ajuda a compreender melhor a sequência dos elementos expostos textualmente por Glaber:

Tabela 2 – Disposição dos Evangelistas, dos elementos, das virtudes, dos sentidos, dos rios e das épocas, segundo a relação feita por Raoul Glaber.

Evangelistas	<i>1 Mateus</i>	<i>2 Marcos</i>	<i>3 Lucas</i>	<i>4 João</i>
Elementos	<i>1 Terra</i>	<i>2 Água</i>	<i>3 Ar</i>	<i>4 Fogo</i>
Virtudes	<i>1 Justiça</i>	<i>2 Temperança</i>	<i>3 Força</i>	<i>4 Prudência</i>
Sentidos	<i>4 Tato</i>	<i>3 Paladar</i>	<i>2 Olfato</i>	<i>1 Visão</i>
Rios	<i>4 Eufrates</i>	<i>2 Gion</i>	<i>3 Tigre</i>	<i>1 Fison</i>
Épocas	<i>4 Encarnação ao presente</i>	<i>2 Abraão e patriarcas</i>	<i>3 Moisés e profetas</i>	<i>1 Início ao Dilúvio</i>

Analisando a sequência em que aparecem tais palavras, notamos que os Evangelistas, os elementos e as virtudes estão citados na mesma sequência em que se relacionam. Conquanto o sentido do Tato é considerado por Glaber como o “mais baixo” deles, sendo invertido a sua importância: em primeiro lugar a Visão, em segundo lugar o Olfato, em terceiro o Paladar e o Olfato, que conforme o próprio Raoul Glaber coloca, é

o mais baixo, ainda que seja o mais “sólido e estável de todos eles”¹⁵³. Os rios também são invertidos em grau de importância. Aparecem eles, pois, desta forma distribuídos: em primeiro aparece o Fison, em segundo o Gion, para daí aparecerem o Tigre e em seguida o Eufrates.

Quanto ao tempo, este aparece em ordem cronológica e linear. O primeiro período do mundo vai da Criação de Deus até a época do Dilúvio. Segue-se a esse período a época de Abraão e dos outros patriarcas. Após estes, vem Moisés e os outros profetas. Para terminar, encontra-se a época que vai da Encarnação de Cristo até o tempo presente. O tempo é, pois, como em toda a historiografia medieval, linear, com um fim. É a época em que as pessoas esperam pela volta de Cristo. O tempo, pela historiografia cristã, segue em linha reta, desde a época da Criação do Mundo até o momento em que ele deve acabar. Por isso a divisão em quatro períodos, a *Divina Quaternidade*, exprime que o mundo estaria em seu último estágio. Uma visão escatológica do tempo e da linearidade dos acontecimentos da história, destinados a ter um fim. E, como salienta Maria Guadalupe Pedrero-Sanchez, os autores medievais escrevem sob a ótica de uma teologia providencialista¹⁵⁴. Essa visão quaternalista, tanto segundo Iogna-Prat quanto Brent Hardy está intimamente relacionado com a visão predominante dentro do espaço cluniacense¹⁵⁵, que era passada aos monges em sua formação dentro do mosteiro.

Assim, como base da escrita a noção temporal exposta pela quaternidade, o historiador começa sua história a partir do ano 900 da Encarnação até seus dias, demonstrando os feitos dos homens que serviram a fé católica e a justiça¹⁵⁶. Esses são, para o historiador, portanto, os personagens principais da história e, por conseguinte, do relato que empreende a escrita. Com o fim do Império Romano, a partir de “numerosos ataques” de outros povos, despontam no cenário político os reis francos, que se tornaram ilustres a partir da utilização da justiça a favor da cristandade,

¹⁵³ Raoul Glaber, *Hist.*, I, 2.

¹⁵⁴ PEDRERO-SÁNCHEZ. *História da Idade Média*. Textos e testemunhas. São Paulo: Editora Unesp, p. 318.

¹⁵⁵ IOGNA-PRAT, “Raoul Glaber et l’historiographie clunisienne...” *op. cit.*; HARDY, Brent, *Glaber’s Cluniac Preoccupations...* *op. cit.*

¹⁵⁶ Raoul Glaber. *Hist.*, I, 4.

além de sua superioridade militar frente aos outros povos. Mantiveram fortemente o poder, passando por Carlos Magno e Ludovico, o Pio¹⁵⁷.

Podemos auferir sobre essa obra que a ideia da *Divina Quaternidade* traz à tona todo um pensamento, advindo de sua formação dentro do mosteiro cluniacense. A ideia de dar um fim à história, de mostrar que o mundo é criação de Deus e que, a partir de uma análise que salienta o entendimento através do número *quatro*, podemos encontrar na história períodos bem distintos. E o período que vai de Cristo até o presente – para Glaber – é o período em que aparecem os sinais de que a história está ocorrendo segundo seu transcurso natural. Mas vale salientar que este é o período em que reina a virtude da Justiça sobre a Terra. Dessa forma, não pode-se entender a obra de Glaber conforme ela foi vista ao longo dos tempos, como representação apenas dos temores do Ano Mil, do medo do fim dos tempos, mas também analisá-la de forma a evidenciar a política medieval, já que este período em que o historiador vive é o período em que, sobre a Terra, o que deve reinar é a Justiça entre os homens, segundo sua concepção exposta. E a manutenção da justiça na Idade Média é uma função política, encabeçada pela realeza, pelo seu principal personagem – e também um dos mais atuantes nas descrições de Raoul Glaber – o rei, que segundo Néri de Almeida, deve ser compreendido como restaurador, pois, desvinculando-se de determinismos bíblicos, o autor faz uma história que não é apenas a do homem como criatura de Deus, mas também a história do homem enquanto agente histórico¹⁵⁸. Dessa forma, sua história, que contém o pressuposto da universalidade, leva também – e de forma sobressaliente – em consideração o regionalismo e as relações políticas percebidas nos acordos firmados entre o Rei, a nobreza e a Igreja.

2.4 CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS SOBRE OS AUTORES MEDIEVAIS

Após essas exposições feitas acima, pode-se auferir que ambos autores baseiam-se em pressupostos que já estão presentes na produção

¹⁵⁷ ALMEIDA, Raoul Glaber: *um historiador...* op. cit., p. 100.

¹⁵⁸ *Idem*, pp. 103-103.

histórica que os antecede. O caso de Richer de Reims é mais notável ainda, a partir do momento em que se utiliza dos escritos de Flodoard e aponta essa utilização em seu prólogo.

Estes historiadores são conscientes do que fazem. Têm um público e, portanto, têm uma intenção específica ao escrever sua obra. Neste trabalho, problematizamos que essa intenção também é política, relatando eventos entre o Rei e os nobres para o seu público. Esse público é religioso, haja vista ambos autores serem membros do corpo eclesiástico. Dessa forma, escrevem sabendo quem os lerá.

Para legitimar a sua obra, a sua escrita, a sua função, apontam a necessidade do relato histórico para a garantia da manutenção da memória, que é falha. O relato do tipo histórico pode ajudar as pessoas para que elas não se esqueçam quem são os grandes homens, e quais grandes feitos ocorreram na sociedade a qual pertencem. Têm, portanto, estes historiadores medievais, a consciência de uma função da escrita da história, do trabalho do historiador.

A sociedade é dividida e há uma predominância do espaço físico do Reino dos Francos, como é bem demonstrado a partir da análise da obra de Richer de Reims. A região que ele cita como Gália aparece como o cenário principal dos personagens, e é nesse território que ele baseia toda a sua análise e toda a centralidade de sua escrita. Da mesma forma, aparece esse postulado em Raoul Glaber, que também salienta a importância do Reino dos Francos para os acontecimentos relatados em sua obra, demonstrando, assim, a tentativa de universalidade, mas remetendo-se sempre a um espaço regional para composição do relato¹⁵⁹.

O tempo, porém, aparece como algo mais importante para Glaber do que a própria territorialidade do Reino dos Francos. Haja vista sua ideia bíblica da Divina Quaternidade. Relacionando o tempo com os rios, com os evangelhos, com os sentidos, com os elementos e, por fim, com as virtudes, ele expõe como se dá a construção do tempo da história. Um tempo que pressupõe um fim. Um tempo escatológico¹⁶⁰. Um tempo da Igreja, que

¹⁵⁹ Para melhor compreensão, vide BURROW, *op. cit.*, p. 229.

¹⁶⁰ Vide, por exemplo, COHN, Norman. The tradition of Apocalyptic Prophecy. In.: idem. *The Pursuite of the Millennium*. New York: Ozford University Press, 1970, pp. 19-36.

espera pela anunciação bíblica que é a volta de Jesus e, por conseguinte, o possível fim da história.

Entretanto, acreditamos que há uma função maior na escrita da história nesse período. Cremos que ela é escrita com a função de salientar a organização política do período, com seus mais variados personagens agindo dentro do jogo político descrito. Não à toa, Stuart Arlie afirma que Richer de Reims pode ser compreendido como um autor de relatos para a legitimação da dinastia dos Capetíngios¹⁶¹. Portanto, mais do que apenas funções religiosas, estes relatos também são demonstrativos (e devem ser analisados) de parte da organização política dentro de suas sociedades, e nisso reside um ponto de justificativa para as análises sobre essas obras. Portanto, a história – e sua escrita, por consequência – também tem uma função na Idade Média que é a de explicar/entender a política e os seus mais diversos personagens, sejam estes membros da nobreza ou da Igreja.

A escrita da história foi vastamente praticada durante o período medieval, o que pode ser comprovado pela quantidade de autores que citamos, por exemplo: Isidoro de Sevilha, Gregório de Tours, Beda, Paulo Diácono, Anna Comnena, Niceta Coniata. Serviu como legitimadora política em muitos casos; Richer de Reims e Raoul Glaber são exemplos disso. Relatando os acontecimentos da época, contemporâneos ao autor, conseguiu não apenas compor um quadro social, simbólico, passível de análise por parte dos historiadores das mentalidades medievais, mas também um amplo quadro político. Esse aspecto político, analisado à luz da historiografia nos séculos XIX, XX e no início do XXI, pode, com as novas formas de análise, as novas reinterpretações sobre a política medieval, ajudar na compreensão do amplo jogo político do período. Jogo esse que passava pelo centro do poder, seja o imperador no Oriente, seja o rei no Ocidente medievais.

Os homens (e mulher) que se puseram a escrever a história nesse período, a *historiar* os acontecimentos, tinham uma ampla bagagem cultural. No caso Oriental, como se tentou demonstrar rapidamente no capítulo 1, existiam pressupostos que nos permitem afirmar que era uma continuidade

¹⁶¹ ARLIE, Stuart. “*The historiography of elites in Gaul*”. Disponível em: <<http://lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/airlie.pdf>>, com acesso em 20/11/2012.

das ideias que vinham desde a Antiguidade Clássica. Isso é demonstrável pela crença presente entre os bizantinos como continuadores do Império Romano, defensores da cultura clássica, tanto grega, quanto romana. Portanto, nos relatos históricos do Oriente bizantino, encontramos bases de uma teoria de escrita que remontava aos autores desde Heródoto, passando por Tucídides, Procópio, entre outros. Assim sendo, o ambiente cultural bizantino, riquíssimo em obras clássicas, em educação – até mesmo no caso da historiadora Anna Comnena – permitiu que a escrita da história pudesse ser muito bem embasada. A produção historiográfica bizantina seguia pressupostos como a escrita da verdade, a busca de legitimação através de relatos orais, o relato do que se viu, do que se ouviu de quem estava presente nos acontecimentos. Por isso, a escrita da história nesse período ser considerada uma escrita da história contemporânea.

A história na Idade Média Ocidental é vista com o emprego de um tempo que é linear, o que a afasta das concepções clássicas dos historiadores gregos, principalmente, como salienta Momigliano¹⁶². É um tempo cristão. São homens da Igreja que escrevem a história; e, justamente por isso, escrevem a história com o pensamento voltado para um fim. As Escrituras mostram que o tempo é linear e que os cristãos vivem à espera de um retorno do Messias, portanto, a escrita da história um dia acabará¹⁶³. E os acontecimentos são, por isso, direcionados para um fim. Raoul Glaber demonstra muito bem isso nas suas ideias sobre a *Quaternidade*. É um tempo que já está predeterminado, que um dia alcançará o seu fim, e isso é visível nos escritos cristãos, dentro dessa sociedade que é amplamente organizada pela instituição eclesiástica¹⁶⁴.

¹⁶² MOMIGLIANO, *op. cit.*

¹⁶³ CAIRE-JABINET, *op. cit.*, principalmente o capítulo 1: “O período medieval: uma história cristã”, pp. 17-48.

¹⁶⁴ Sobre a Igreja, vide FRANCO JR, Hilário. “As Estruturas Eclesiásticas”. In.: *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001. Nesse texto, o autor expõe quatro momentos distintos de todo o comando da Igreja durante todo o período medieval. Esses momentos são: o início, quando a Igreja tem que se afirmar socialmente e por isso entra em acordo com o Estado; o segundo, quando já consolidada disputa o poder com o Estado; o terceiro momento, em que é submetida ao poder do Estado; e, por fim, o momento de crise, que, segundo o autor, dará início ao processo que se dará na Reforma Protestante. Texto interessante e de fácil acesso para a leitura em português que tenta demonstrar como a Igreja era uma instituição forte e importante para a compreensão da sociedade medieval.

Utilizando-se de obras anteriores, estes historiadores da Idade Média compunham relatos nos quais se diziam continuadores de uma tradição de escrita da história, que era relacionada com a instituição da Igreja. São autores que fazem parte desta instituição que escrevem, como apontou Umberto Eco na obra já citada, *Os limites da interpretação*, com uma tríade de interesses, de intenções: a do autor, a da obra e a do público. Quando se escreve a história, o autor tem uma intenção, que se acredita ser não apenas religiosa, mas também política; sua obra, por consequência, acaba tendo seu intuito, que muitas vezes pode ser o de preservação da memória, mas também de legitimação ou até mesmo prova de legitimidade territorial ou de bens¹⁶⁵. Por fim, a intenção do público, para o qual a história também pode servir – o que ocorria, na maioria das vezes – era a de ser um instrumento de retórica, de servir na busca da defesa de alguma concepção, de alguma ideia, de alguém, etc. Estes interesses estão relacionados com o contexto social e político do qual fazem parte. Os historiadores escrevem uma história contemporânea, ressaltando os ideais de justiça daqueles homens que são defensores da fé. Atuam, portanto, como legitimadores de poder. Fazem com que alguns personagens apareçam em destaque dentro do relato, demonstrando isso para os leitores, com o intuito de fazer com que estes leitores notem a importância de tal personagem dentro da comunidade política, que está intimamente relacionada com as questões que podem surgir no contexto específico e os interesses da Igreja.

As virtudes dos grandes homens são colocadas em destaque, e a maior parte deles possui virtudes cristãs. Dessa forma, são exemplos de bons governantes, que devem ter o poder em suas mãos para a condução da sociedade. A escrita da história também serve, portanto, para a afirmação desses homens no poder. É muito importante para a Igreja que os homens de poder sejam defensores do cristianismo. Isso fez com que ela pudesse se afirmar enquanto instituição e, nesse momento da Idade Média, afirmar-se com relativa proximidade ao centro político, com as estruturas de poder na sociedade¹⁶⁶.

¹⁶⁵ CAIRE-JABINET, *op. cit.* p. 22.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem.*

Raoul Glaber e Richer de Reims, desse modo, figuram como exemplos de historiadores medievais, que escrevem suas obras de dentro de uma instituição específica em um momento de afirmação dentro da sociedade. Sua escrita está intimamente relacionada com um público específico, que consideramos constituído por membros atuantes no jogo do poder, na comunidade política, e não apenas pelos próprios clérigos de suas ordens. Assim, a intenção de suas obras aparece como fonte de legitimação de determinados grupos sociais inseridos nessa mesma estrutura de organização política.

A escrita a partir da intenção da verdade, que é encontrada tanto na produção histórica do Oriente quanto do Ocidente, não se cumpre, não se realiza. A escrita da história é uma escrita de gratidão a alguém e/ou a algum grupo. Para isso, juízos de valor são postos, criados, ressaltados. Seja para exaltar ou para destratar. Os personagens que estão ao lado dos autores – ou que os autores estão legitimando com sua escrita – são virtuosos, são membros importantes dentro dessa sociedade medieval, são membros com poder efetivo.

Dessa forma, acreditamos que as obras desses historiadores não podem ser apenas compreendidas sob determinados aspectos – como o das mentalidades, como o foram durante muito tempo –, mas também como apontadores dos amplos panoramas políticos, que devem ser rediscutidos e analisados pelos historiadores, pois nessas obras, que são escritas de maneira consciente – o pressuposto da consciência desses autores é salutar para a compreensão dessa produção, segundo nossa percepção –, pode-se encontrar a demonstração de aspectos de toda a ampla organização política medieval, com suas várias nuances e disputas pelo poder. Isso ressalta a importância da análise das obras para a compreensão da função da história, da escrita da história e de como ela se relacionava com a sociedade da qual se punha a historiar.

3 ESCREVER A HISTÓRIA DO REI. A MUDANÇA DINÁSTICA NO REINO DOS FRANCOS. O EXEMPLO DE HUGO CAPETO (987).

Este terceiro capítulo é composto de duas partes, grosso modo. No primeiro momento, trazemos uma discussão teórica/historiográfica, longa mas necessária, que nos permite discutir as questões relacionadas com a monarquia, com as relações de poder no período que está próximo ao ano mil. No segundo momento, analisamos um evento específico: os relatos da ascensão de Hugo Capeto ao trono, no ano de 987, tanto na obra de Richer de Reims quanto na de Raoul Glaber. Para analisarmos essa narração e para a problematizarmos, levamos em consideração toda a discussão historiográfica, cotejando com a leitura que fazemos sobre o *corpus* documental. Iniciamos a discussão trazendo o excerto que se segue, de autoria do historiador Raoul Glaber:

No ano milésimo depois da Paixão do Senhor, após a dita fome desastrosa, as chuvas das nuvens acalmaram-se obedecendo à bondade e à misericórdia divina. O céu começou a rir, a clarear e animou-se de ventos favoráveis. Pela sua serenidade e paz, mostrava a magnanimidade do Criador. Toda a superfície da terra cobriu-se de uma amável verdura e de uma abundância de frutos que expulsou completamente a privação [...] Inúmeros doentes reencontraram a saúde nessas reuniões, onde se haviam levado tantos santos. E, para que ninguém tomasse isso por fantasmas, aconteceu muitas vezes que o momento em que braços ou pernas torcidos retomavam a sua primitiva retidão, se visse a pele rasgar-se, a carne abrir-se, o sangue correr aos borbotões: isto para que fosse dado crédito aos casos para os quais a dúvida podia subsistir. O entusiasmo era tão ardente que os assistentes elevavam as mãos a Deus exclamando em uníssono: "Paz! Paz! Paz!". Viam o sinal do pacto definitivo, da promessa estabelecida entre eles e Deus. [...] Todavia, neste mesmo ano, o trigo, o vinho, e os outros frutos da terra foram em tal abundância que se não poderia esperar uma quantidade semelhante para o conjunto dos cinco anos seguintes. Todo o alimento bom para o homem, à parte a carne e iguarias delicadas, nada mais valia; era como no antigo tempo do grande jubileu mosaico. No segundo, no terceiro e no quarto anos, a produção não foi menor [...] Como se aproximava o terceiro ano que se seguiu ao Ano Mil, viu-se em quase toda a terra, mas, sobretudo na Itália e na Gália, renovar as basílicas das igrejas; embora nenhuma necessidade tivesse disso, uma emulação levava cada comunidade cristã a ter uma mais suntuosa do que as outras. Era como se o próprio mundo tivesse sido sacudido e, despojando-se da sua vetustez, se tivesse coberto por toda a parte de um manto branco de igrejas. Então, quase todas as igrejas das seis episcopais, os santuários monásticos dedicados

aos diversos santos, e mesmo os pequenos oratórios das aldeias, foram reedificados mais belos pelos fiéis¹⁶⁷.

Anno a passione Domini millesimo, memorate cladis penurias subsequente, sedatis nimborum imbribus respectu divine bonitatis, cepit leta facies celi clarescere congruisque ethereis flare placidaque serenitate magnanimitatem conditoris ostendere; telluris quoque tota superficies amicabiliter virens frugum abundantiam funditus inopiam expellendo portendere. [...] Tunc innumere sanitates patrate sunt infirmantium in eisdem conventibus sanctorum. Sed et ne cui frivolum videretur, in multis disrupta cutis discissaque caro crurium et branchiorum, nuper curvorum, erigendo in statum pristinum, plurimus sanguis effundebatur; quod utique in ceteris que dubitari poterant fidem prestabat. Quibus universi tanto ardore accensi, ut per manus episcoporum baculum ad celum elevarent, ipsique palmis extensis ad Deum: "Pax! Pax! Pax!" unanimiter clamarent, ut esset videlicet signum perpetui pacti de hoc quod sponderant inter se et Deum [...] Eodem denique anno tanta copia abundantie frumenti et vini ceterarumque frugum extit, quanta in subsequente quinquennio contigisse sperari non potuit. Aliquis enim victus humanus preter carnes seu deliciosa pulmentaria nullius erat precii; erat autem instar illius antiqui Mosaici magni iubelei. Sequenti vero anno tercio et quarto non minus provenit. [...] Igitur infra supradictum millesimum tercio iam fere imminente anno contigit in universo pene terrarum orbe, precipue tamen in Italia et in Galliis, innovari ecclesiarum basilicas; licet plereque decenter locate minime indignissent, emolabatur tamen queque gens Christicolarum adversus alteram decentiore frui. Erat enim instar ac si mundus ipse, excutiendo esmet, reiecta vetustate, passim candidam ecclesiarum vestem indueret. Tunc denique episcopalium sedium ecclesias pene universas ac cetera queque diversorum sanctorum monasteria seu minora villarum oratoria in meliora quique permutavere fideles.

Estas foram as palavras do historiador medieval Raoul Glaber para descrever, para historiar a sociedade do ano mil. Um período muito conturbado, que podemos notar tanto pela documentação, quanto pelos historiadores do século XIX e XX. E as palavras que se seguem formam parte dos comentários feitos por um dos seus maiores estudiosos e utilizadores de seus relatos para a análise sobre o período, o historiador francês Georges Duby, que, por sua forma sempre poética de escrita, ao analisar o período medieval acima descrito denominou o momento como sendo "A Primavera do Mundo":

Para os historiadores que começaram a trabalhar a seguir ao milénio da Paixão, os juramentos de paz, as peregrinações, todas as medidas de purificação colectiva tinham atingido o seu objetivo. Podia-se ver as forças do mal recuar em desordem. A cólera de

¹⁶⁷ Raul Glaber, *Hist.*, IV, 14, 16; III, 13.

Deus acalmava-se. Ele aceitava concluir um novo contrato com o género humano. Cumpridos os mil anos, após a passagem dos flagelos, era como se a cristandade saísse de um novo baptismo. Ao caos sucedia a ordem. O que se segue ao Ano Mil é uma nova Primavera do Mundo. (...) O mal não estava evidentemente vencido, os homens não escapavam às tentações; podemos vê-los voltar já a cair na desordem. Mas multiplicam-se os sinais de uma nova aliança e do influxo juvenil que ela comunica a toda a criação. As garantias do perdão divino situam-se, evidentemente, na ordem dos acontecimentos espirituais. São munições completamente novas fornecidas à humanidade para ajudar na sua grande aventura, o caminho para a Terra Prometida¹⁶⁸.

Conforme podemos notar em qualquer rápida pesquisa historiográfica sobre o tema, esse período tem sido amplamente debatido nos meios académicos. O debate continua em aberto, com a possibilidade de variações interpretativas, que vão desde teses “revolucionárias” no contexto historiográfico, até autores que baseiam-se em interpretações vigentes desde meados do século XX, que passaram a dominar não apenas o meio académico, mas o meio educacional básico, como, por exemplo, uma pequena explicação sobre o conceito de feudalismo, exposto acima, no texto de Georges Duby.

Com este terceiro capítulo, intenta-se aprofundar um pouco essa discussão, problematizando a interpretação política e também a construção da caracterização de um personagem – o rei Hugo Capeto – nas duas obras de análise desta dissertação. Através do método comparativo, problematizamos como Richer de Reims e Raoul Glaber constroem a mudança dinástica, como eles apontam a figura do rei Hugo Capeto e como eles denotam para os historiadores medievais um carácter bom ou ruim com as suas primeiras manifestações no poder.

3.1 POR UMA VISÃO POLÍTICA

O estudo da Idade Média foi, por muito tempo, durante o século XX, problematizado a partir de suas questões culturais e mentais. Com a

¹⁶⁸ DUBY, *op. cit.*

“revolução historiográfica”, nas palavras de Peter Burke¹⁶⁹, feita pela Escola dos Annales, as questões relacionadas às mentalidades, às produções culturais dos homens medievais, entre outras, foram amplamente pesquisadas, e foi amplamente divulgada a pesquisa – uma raridade no Brasil, mas não na França –, alcançando até mesmo o grande público leitor. Inclusive, a história política foi analisada pelo viés da crença religiosa se pensarmos, por exemplo, no trabalho fundamental de Marc Bloch, com sua análise sobre os “reis taumaturgos”¹⁷⁰. Mas, nas últimas décadas, pudemos notar uma retomada da história política, que também se mostrou presente nos estudos sobre a Idade Média.

O que se percebe nos estudos sobre a Alta Idade Média e Idade Média Central é uma problematização das pesquisas, dos questionamentos feitos sobre a realeza e sua natureza. Deixou-se de lado a visão sobre os “reinos bárbaros” como simples ocaso e decadência da “civilização” romana para avançar na compreensão de sua estruturação. Assim sendo, hoje esses reinos são considerados por historiadores como construções institucionais muito bem elaboradas, sendo que muito da discussão atual gira em torno da própria noção de Estado para esse período – ainda que controversa; o que até bem pouco tempo atrás era um termo inaceitável¹⁷¹. Através desse único exemplo, já se pode vislumbrar a dificuldade de estabelecimento de termos e de conceitos para esse período da história dos reinos e das instituições políticas na Idade Média.

Surge um questionamento, que acreditamos necessário: o que poderia ter causado esse interesse e essas novas discussões, ocasionando essa “guinada historiográfica”? Desde finais do século XIX, a documentação sobre o período se mantém praticamente inalterada, haja vista a escassez de fontes para a época. Portanto, não foram descobertas fontes documentais nem arqueológicas que ocasionaram a retomada das discussões e essas novas concepções que vêm sendo discutidas na atualidade. O que os

¹⁶⁹ BURKE, Peter. *op. cit.*

¹⁷⁰ BLOCH, Marc. *op. cit.*

¹⁷¹ Podemos salientar algumas obras para essa discussão, como: SILVA, Marcelo Cândido da. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008. Essa obra, publicação da tese de doutoramento do autor, defendida na França, na qual, principalmente na sua Introdução, aparece uma excelente discussão historiográfica, discutindo a utilização do conceito.

historiadores hoje em dia veem em relação ao período é que o conhecimento sobre ele foi produzido por historiadores que estavam ligados a análises próprias de seus contextos – um pressuposto básico, para a historiografia –, relacionadas, muitas vezes, às políticas fortemente engajadas com o mesmo contexto, onde ressaltamos, por exemplo, a escola Positivista no século XIX. Dessa forma, o que se discutiu, muitas vezes, foi fruto de tendências ideológicas e de construções historiográficas dos pesquisadores do século XIX e XX. Portanto, nada mais adequado do que uma retomada da história política a partir de novos questionamentos, novas análises sobre a mesma documentação, novos parâmetros de pesquisa e de discussão. E, para que isso seja feito, é necessário que, não apenas sobre o período medieval, mas sobre toda produção historiográfica, se pense a questão política, se saiba da necessidade das pesquisas sobre as concepções políticas e suas diversas nuances dentro de suas respectivas sociedades.

Para tanto, em nossa discussão sobre a realeza e a imagem construída sobre as suas ações nesse recorte temporal escolhido, a saber, o final do século X, devemos considerar a concepção do feudalismo, relacionando esse conceito com a estrutura política do período alto-medieval, numa tentativa de releitura das fontes, de rediscussão, a fim de objetivar novos olhares e parâmetros para a compreensão do período. O significado político da concepção de feudalismo é de fundamental importância para o entendimento do contexto da realeza no reino dos francos na passagem do milênio. Parte-se de pressupostos básicos e gerais, como o demonstrado por Georges Duby, um dos historiadores que, como salientamos linhas acima, no início desse capítulo, mais buscou compreender a sociedade ocidental na análise sobre o período em território franco:

O feudalismo caracteriza-se, em primeiro lugar, pela decadência da autoridade real e vimos já que a incapacidade dos Carolíngios para conter os ataques do exterior tinha acelerado a dispersão do seu poder no decurso do século IX. A defesa da terra – função primeira da realeza – passou rápida e irreversivelmente para as mãos dos príncipes locais¹⁷².

¹⁷² DUBY, Georges. A era do feudalismo. *Guerreiros e Camponeses*. Os primórdios do crescimento econômico europeu do século XII. Lisboa: Editorial Presença, 1980, p. 178.

Portanto, temos como ponto de análise o poder da realeza. O período feudal foi entendido, durante muito tempo, por essa característica básica da descentralização política, decadência do poder real e “feudalização” da sociedade. Colocar em discussão a realeza no período, com sua estrutura, sua utilização simbólica de legitimidade, suas ações ativas dentro da sociedade, presentes nos relatos históricos, a partir de novas concepções, passa a ser um grande desafio de análise para o historiador. Novos questionamentos, novas discussões, novos prismas sobre as ações políticas, ligadas à função real, devem ser pensadas para que o período possa ser estudado nos dias de hoje. É o que os historiadores vêm fazendo. Mas, para isso, precisamos analisar um pouco do debate que, para nós, é entendido como de grande importância, e que toma conta da produção acadêmica sobre o processo de mudança estrutural da sociedade no reino dos francos, tendo sua gênese ainda no século XIX, perpassando todo o “breve” século XX e chegando até nós.

Em nossa análise, pudemos dividir essa discussão em 3 momentos historiográficos distintos, com algumas ramificações no segundo período. Para nós, há que se entender o debate a partir da *formulação das ideias* de mudança estrutural, da *concepção mutacionista* das transformações da sociedade e, por fim, da resposta teórico-metodológica de uma *percepção antimutacionista*.

3.2 FORMULAÇÃO DAS IDEIAS – O SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.

A gênese dessas concepções aparece com a velha escola histórica Positivista, ainda no século XIX. Com a Revolução Francesa e os acontecimentos que antecedem à III República, os poucos e velhos costumes feudais que ainda permaneciam em determinadas regiões são abolidos na sociedade francesa. E isso aparece descrito na produção histórica do período posterior com os trabalhos, principalmente, de historiadores como François Guizot (1787-1874) e Numa-Denis Fustel de Coulanges (1830-1889).

Essa velha escola aponta sua análise para a percepção de uma crise de um poder real que antecedeu o ano mil em contraposição ao Estado

Moderno, que se formulava desde o século XVIII e se fortalecia no século XIX; assim as análises baseavam-se em uma provável desestruturação e desaparecimento do Estado ocorrida com o final da dinastia Carolíngia. Dessa forma, a suposta ordem existente, já em si precária, estabelecida pelos carolíngios não obteve continuidade na dinastia dos Capetos que a sucedeu. Baseados nas observações das estruturas das *villas* e da servidão, o resultado a que estes historiadores chegaram foi a diminuição de uma parte do poder real, face ao crescimento substancial do poder da Igreja e dos nobres.

A historiografia tradicional também considerava a Idade Média como palco de uma violência endêmica e sem limitações, o que seria justamente o oposto do que acontecia a partir da formação do Estado Nacional Moderno – defendido por muitos desses historiadores do século XIX. As explicações formuladas pela produção histórica sempre foram pautadas no argumento da falta de um Estado centralizado, resultado da “ausência” de uma autoridade pública, ou então como “decadência” da organização romana em virtude da “barbarização” da sociedade alto medieval. Essa concepção se encontra principalmente nos historiadores dos séculos XVIII e XIX, como Gibbon, Coulanges e Guizot, os quais apresentam um interesse muito grande na noção de Estado, devido às suas visões – além das próprias questões – políticas europeias naquele momento de sua escrita. Para eles, a violência adquiria um caráter intrapessoal, pois o Estado tinha como função a responsabilidade pela pacificação da sociedade, e a falta dele geraria uma violência desregrada e generalizada. Assim, no século XIX, o historiador François Guizot, em sua obra *Histoire de la civilisation en Europe*¹⁷³, afirma que, após as invasões dos povos germânicos, as resoluções dos conflitos passaram a ser assumidas pela nobreza, sem a participação da realeza – o que para nós demonstra um exagero de análise por parte de Guizot em sua interpretação. E a partir disso, uma das grandes querelas aparece nas discussões historiográficas relacionadas à Idade Média, que permeou todo o século XX. Para essa historiografia do século XIX, a violência seria resultado da entrada dos hábitos, dos costumes bárbaros e da falta de uma autoridade

¹⁷³ GUIZOT, François. *Histoire de la civilisation en Europe*. Paris: 1868.

tida como pública, que numa visão globalizante é característica de toda a Alta Idade Média ocidental, permanecendo posteriormente na Idade Média Central. Portanto, há nessa produção historiográfica uma visão que consideramos inadequada ao movimento de transformação social que ocorreu no Ocidente na “transição” da Antiguidade para a Idade Média e na formulação da sociedade medieval em si.

Com o início do século XX e com as pesquisas propostas por um dos fundadores dos *Annales*, o historiador Marc Bloch, temos um aprofundamento das discussões acerca das mudanças estruturais que ocorrem após os carolíngios; discussões essas alicerçadas em um retorno às análises das fontes históricas das mais diversas características, não apenas a documentação oficial, escrita, como princípio básico do conhecimento histórico. Bloch, em seu clássico *A Sociedade Feudal*, expõe que, próximo ao ano mil houve uma ruptura, uma quebra da centralização do poder público existente desde o início da dinastia carolíngia. Também afirma que até o século X as funções da realeza eram assegurar a salvação espiritual dos habitantes de sua região, defender o território dos ataques de inimigos, além de prezar e manter a justiça e a paz em seus domínios¹⁷⁴. Entretanto, como o autor mesmo salienta, podemos encontrar nessa sociedade que antecede o ano mil uma incapacidade do rei de resolver os conflitos, sendo que a nobreza assume o trabalho de fazer a justiça, solucionando os conflitos entre os seus servos dentro dos seus territórios sem a participação real. Esse é um dos motivos que levaram ao que ele denominou de “desmembramento feudal”¹⁷⁵, com uma maior incidência da violência dentro da sociedade franca no período em questão.

A violência era, para Bloch, uma característica constante, graças aos diversos ataques entre os nobres, a desordem social, a carência de Estado como o que havia existido durante a dinastia carolíngia. Os poderes da realeza se mostravam ineficazes, tanto que a Igreja formou um grupo que empreendeu esforços “espontâneos”, como a reunião em concílios segundo o historiador francês, para a organização desta *ordem* que era almejada pelos membros da sociedade. O corpo eclesiástico tinha, portanto, a função de

¹⁷⁴ BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 450.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*.

proteção aos mais fracos de acordo com as normas canônicas. Assim, em meio a esse contexto histórico, a instituição eclesiástica começa a se reunir para discutir algumas normas que deveriam reger a sociedade: eram os concílios da paz de Deus. Para Bloch, o período no qual houve a mudança para a dinastia capetíngia, sucessora dos carolíngios, ascendendo ao poder (entre os séculos X e XI)¹⁷⁶, não foi marcado por uma preocupação por parte da nova realeza com a crescente tomada de medidas por parte da Igreja na tentativa de assumir “missões justiceiras dentro do seu território”¹⁷⁷. Portanto, a Igreja e os nobres locais mostravam a tendência de se apoderar das tarefas reais. Isso foi caracterizado por Jean-François Ganshof, em seu livro *Qu'est-ce que la féodalité?*, – em uma obra célebre e reeditada dezenas de vezes, em vários idiomas – como uma desagregação da ordem política, demonstrando assim uma “falência do poder carolíngio”¹⁷⁸.

Um ponto chave que merece muito a atenção para essa problemática: em célebre artigo de Georges Duby¹⁷⁹, denominado *Recherches sur l'évolution des institutions judiciaires pendant le Xe et XIe siècle dans le sud de la Bourgogne*, publicado em meados da década de 40, o historiador discute as mudanças das instituições judiciárias entre os séculos X e XI. Importante ressaltar que seu texto é uma análise de caso, num local específico que é a região do Mâconnais, a partir de documentação cluniacense, incluindo os escritos do historiador Raoul Glaber, monge dessa ordem – tema frequente de pesquisas de Duby e fonte para sua pesquisa de doutoramento nesse período. Para Duby, anteriormente à passagem do milênio, podemos encontrar a queda do sistema carolíngio, “simples e coerente”¹⁸⁰, e o advento de uma concepção “confusa” da função judiciária,

¹⁷⁶ É importante salientar que a Dinastia Capetíngia estende-se até o século XIV, por isso a necessidade veemente de ressaltar que o período ao qual este texto debruça-se é o início da dinastia, na passagem do século X para o XI.

¹⁷⁷ “Com exceção de Roberto, o Piedoso, que reuniu grandes assembleias para nelas fazer jurar a paz, os Capetos não parecem ter-se preocupado com instituições que consideravam, talvez, atentatórias contra a sua própria missão de justiceiros”, DUBY, *op. cit.*, p. 458.

¹⁷⁸ GANSHOF, Jean-François. *O que é o feudalismo?* Publicações Europa-América, 1976, p. 47.

¹⁷⁹ DUBY, Georges. “Recherches sur l'évolution des institutions judiciaires pendant le Xe et le XIe siècle dans le Sud de la Bourgogne”. *Le Moyen Age*, 52 (3-4), 1946, pp. 149-194, e 53 (1-2), 1947, pp. 15-38. Publicado posteriormente em *Hommes et structures du moyen age*. Recueil d'articles. Paris: Mouton éditeur, 1973, pp. 7-60.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 7.

determinada, pois, pelas relações pessoais dos nobres e resoluções de conflitos a partir de práticas privadas. A prática judiciária passa, portanto, de um caráter público, que era da realeza, para um caráter privado de funcionamento assumido pela instituição da Igreja e pela nobreza¹⁸¹. Duby utiliza-se dessa terminologia descrita, por mais questionável que possa parecer aos historiadores. Mais uma vez, considero importante salientar que uma discussão a ser posta é o fato dessa historiografia considerar o “caráter público” apenas pelo fato de partir da instituição real. Essa percepção, fica claro em nossas análises e leituras sobre essas obras, deve ser colocada em questionamento ao longo de qualquer pesquisa sobre as mais variadas temáticas que estejam relacionadas com esse contexto histórico próximo ao ano mil.

A análise salienta que a diminuição, o declínio do poder real aparece como uma das características de formação da “civilização feudal”, deixando de lado aquele período do Império Carolíngio, que tinha características baseadas na antiga organização ainda de origem romana. Com o contexto europeu dos anos 60, os historiadores recorrem às análises estruturalistas¹⁸² (tendência também expressa na análise de Robert Boutruche¹⁸³) nas quais vigora a ideia de que com a descentralização do poder real e o aparecimento de vários núcleos de poder (os quais ele denomina de “células de poder”) podemos notar uma tripartição social específica e delimitada¹⁸⁴. Tal análise resultou na famosa trifuncionalidade exposta nas pesquisas de Duby sobre as três ordens (*oratores, bellatores e laboratores*)¹⁸⁵, fundamentadas no imaginário medieval.

¹⁸¹ Duby conclui que “desormais la curia est formée essentiellement de deux éléments. Les familiers du comte, son fils, la comtesse, des mistériaux, en particulier le prévôt de Mâcon, constituant un noyau permanent qui confère au tribunal un caractère nettement privé, familial même”, *ibidem*, p. 10.

¹⁸² DUBY, Georges. DUBY, G. *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*. Paris, 1953.

¹⁸³ BOUTRUCHE, Robert. *Seigneurie e féodalité*. Paris, 1968.

¹⁸⁴ Para maiores informações sobre o tema, ver: DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Coleção Nova História, Editorial Estampa, Lisboa, 1982, e *Guerreiros e Camponeses*. Os primórdios do crescimento econômico europeu do século VII ao século XII. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

¹⁸⁵ DUBY, Georges. *op. cit.*

3.3 CONCEPÇÃO MUTACIONISTA

Ainda que Duby não possa ser considerado “mutacionista” pelo fato de não ter se utilizado do termo em suas primeiras análises, suas ideias serviram como fundamento para a ascensão de uma nova problemática: teria existido uma “mutação feudal” após a tentativa de organização pública dos carolíngios e a administração de seus sucessores, os capetíngios? Jean-Pierre Poly e Éric Bournazel deram a seu texto o nome de *La mutation féodale*¹⁸⁶ no qual defenderam a tese que a sociedade do século X sofreu uma mudança social de ordem até então nunca vista. Essa análise também é defendida por historiadores como Pierre Bonnassie no seu livro *La Catalogne du milieu du Xe à la fin du XIe siècle*¹⁸⁷ e por Guy Bois na obra *La mutation de l'an mil*¹⁸⁸.

A realeza carolíngia, com sua característica de uma organização que visava a administração pública da sociedade em meio àquela “anarquia” que remetia à época das “invasões bárbaras” da sociedade, nos séculos V e VI, desaparecera dando origem à dinastia dos capetíngios, a qual diferia das condições organizacionais, dos meios de estruturação política feita pelos seus antecessores – os carolíngios. As lutas entre os nobres presentes no espaço do Reino dos francos fizeram com que aumentasse a insegurança geral¹⁸⁹. Vale ressaltar que as tensões e conflitos desse período nos chegaram pelos “olhos da Igreja”, já que foram os monges que nos legaram a maior parte da documentação conhecida até hoje. Estes textos, segundo Poly e Bournazel, nos mostram que bispos, arcebispos e mais alguns condes iniciaram um movimento de organização social para, em concílios, tentar restabelecer a paz. Dessa forma, para Poly e Bournazel, a formulação dos códigos feitos pelos concílios da Paz de Deus e posteriormente a Trégua de

¹⁸⁶ POLY, Jean-Pierre. BOURNAZEL, Eric. *La mutation féodale. Xe – XIe siècles*. Presses Universitaires de France, 1980.

¹⁸⁷ BONNASSIE, Pierre. *La Catalogne du milieu du Xe à la fin Du XIe siècle*. Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1976.

¹⁸⁸ BOIS, Guy. *La mutation de l'an mil*. Paris: Fayard, 1989.

¹⁸⁹ Os autores explicitam que “Le mouvement pour la Paix de Dieu avait commencé à la fin du Xe siècle dans le Midi; la royauté carolingienne, considérée ici comme seule légitime, avait disparu; les luttes entre princes territoriaux, en accroissant l'insécurité générale, favorisaient une dissociation plus profonde des structures publiques. Quelques évêques méridionaux et certains princes se réunissent alors pour rétablir la paix”, *ibidem*, p. 157.

Deus, com suas sucessivas reuniões e formulações de documentos com regulações sociais, regras básicas para a sociedade, foram iniciativas conjuntas da Igreja e dos condados francos afim de objetivar uma reformulação do processo de resolução dos conflitos, de colocar pressupostos para que a sociedade fosse regida através de um código, no qual haveria limitações aos novos grupos de *milites* que se formavam para auxílio à aristocracia guerreira. A Igreja, ou grande parte de seus membros, assumiu a organização social e jurídica, a partir da formulação dos movimentos da Paz e Trégua de Deus. Esse pode ser considerado como um dos pressupostos fundamentais para a afirmação de que, durante o período, houve uma transformação estrutural que recebeu a denominação de “mutação” feudal.

Baseado na análise dessas obras historiográficas em 1980 Alain Guerreau, em seu livro *O feudalismo. Um horizonte teórico*¹⁹⁰ coloca um destaque para os relatos sobre as guerras. Para ele, o período deve ser entendido a partir de dois conceitos: o “feudalismo” e a “lógica feudal”. O primeiro termo refere-se ao momento em que o “feudo” entra na integração feita pela aristocracia a partir de alianças entre seus pares, o que corresponderia a aproximadamente os séculos IX-XIII. Já o segundo termo, a “lógica feudal”, refere-se aos elementos que passam por toda a Idade Média, os quais, em uma visão estrutural-marxista, abrangeriam o período do século V ao XVIII. Para ele, a “lógica feudal” se daria a partir das guerras pessoais para a distribuição do poder – ainda que o autor não tenha utilizado o termo “privado”, trata-se de uma concepção que elenca ideias a partir de um postulado personalista. Portanto, encontra-se em sua interpretação um desaparecimento dos instrumentos “públicos” de justiça em que se nota também o desaparecimento daquilo que podemos considerar como um poder público e de um governo. Por isso nota-se, a partir dessas análises, uma ênfase na violência no período, principalmente por parte da nobreza, para explicar como não haveria autoridade pública nem formas de governo nesse momento de transformação, de “mutação”.

¹⁹⁰ GUERREAU, Alain. *O feudalismo. Um horizonte teórico*. Porto: Edições 70, 1982.

3.4 PERCEPÇÃO ANTIMUTACIONISTA

Uma corrente contrária, iniciada por volta dos anos 1990, principalmente com Dominique Barthélemy, vem afirmando que devemos repensar este momento da Alta Idade Média / Idade Média Central. O que ele defende é que deve-se colocar novamente em discussão as afirmações dos historiadores que até então defenderam a “mutação”. No seu livro *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*¹⁹¹, Barthélemy demonstra que devemos problematizar até mesmo o conceito de aristocracia guerreira, afirmando que muitas cerimônias advêm de tempos mais remotos, que chegaram e foram recebidas pelos povos ditos “bárbaros”.

Outro fator que Barthélemy aponta é que as declarações conflituosas muitas vezes não têm uma consequência, um desdobramento, com a luta entre os nobres e a utilização das armas. Para ele, grande parte das protelações de resolução de conflitos a partir da batalha podem ser entendidas como demonstrativos de que os conflitos poderiam ser postergados para que talvez houvesse a resolução a partir de negociações entre as partes. Seriam, então, as demais interpretações sobre o período, da corrente denominada “mutacionista”, apenas uma “ilusão documental”? Para Barthélemy, a resposta parece afirmativa. Uma “ilusão documental”, conforme termo por ele próprio utilizado, pode ser encontrada nas pesquisas sobre o problema: uma leitura que não leva em consideração as mudanças de vocabulário, portanto, causando uma análise simplista e superficial da documentação desse período¹⁹². Assim, para esse historiador, nada mais houve que “ajustamentos sucessivos”, nos quais as grandes estruturas institucionais, judiciárias, militares e sociais não foram atingidas por uma

¹⁹¹ BARTHÉLEMY, Dominique. *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

¹⁹² Cabe uma pequena ressalva: no II Encontro Estadual de Estudos Medievais, realizado em setembro de 2012, tivemos a honra de ter o trabalho questionado pelo Professor Luis Rojas Donat, da Universidad de Bio-Bio, Chile. Na discussão, o Professor Donat utilizou um termo para questionar tanto os trabalhos quanto o vocabulário das obras de Barthélemy, denominando-o como um “polemista”. Esse termo expõe de maneira um tanto quanto adequada o teor retórico de Barthélemy em suas obras, o que faz com que ele use, conforme exposto, a ideia de uma “ilusão” documental sofrida por parte dos historiadores que analisaram o período.

convulsão ocorrida no período do ano mil, mas sim, e simplesmente, “modificadas”, adaptando-se à sociedade com suas mudanças naturais. O que muda, para Barthélemy, é o vocabulário dessa sociedade – *miles* para *caballarius* ou *beneficum* para *feudum*, para citar dois exemplos expostos pelo próprio Barthélemy¹⁹³. O autor elenca 4 pontos para fazer uma crítica às análises que defendem uma transformação total da sociedade nesse período:

1. Para Barthélemy a análise de Bloch, focada numa diferença de ordenamento cronológico em relação às pesquisas do século XIX, se mostra quase que inteiramente sociológica, atentando para um ponto de inflexão por volta do ano de 1050; Georges Duby transforma essa inflexão em uma consideração sobre a “ruptura” que teria se dado no período. Para ele, o que esses autores propunham era uma “desagregação das instituições públicas”, relegando a justiça aos nobres. Assim, o resultado seria uma nova concepção de poder.
2. O segundo ponto demonstra uma mudança de estilo, que para Barthélemy seria apenas o demonstrativo de uma transformação deste vocabulário, de uma adaptação às mudanças inerentes às sociedades no tempo. Para os mutacionistas aparece como uma formulação de um novo período, que vem a agregar força à ideia de um declínio das instituições públicas e da predominância da violência endêmica na sociedade.
3. Também sobre o vocabulário, que demonstra uma mudança social para os mutacionistas, Barthélemy afirma ser uma “ilusão documental”, já citada linhas acima. Ele aponta a ascensão do *milites* como um “mito historiográfico”. Assim sendo, tanto a servidão quanto a cavalaria, objetos de análise dos mutacionistas, para Barthélemy não demonstram uma

¹⁹³ BARTHÉLEMY, Dominique. “La mutation féodale a-t-elles eu lieu? (note critique)”, *Annales ESC*, mai-juin, n.º. 3, 1992, pp. 767-777. Posteriormente, sairia publicado um livro com o mesmo nome da “nota crítica” que havia sido publicada na *Annales* (vide referências bibliográficas).

mudança social, mas uma adequação e transformação que já se gestavam desde muito tempo antes do século X. Isso se mostraria mais pertinente nos seus estudos sobre o senhorio e a cavalaria¹⁹⁴.

4. Por fim, o problema relacionado à análise de um fim da “ordem pública” não é demonstrado nos textos que são analisados pelos mutacionistas. Para ele, a ordem apontada pelos mutacionistas que aparece “demonstrável” em suas pesquisas sobre o século X não está distante do, para Barthélemy, “habitual” no século XI. Por isso, para esse historiador, não há uma ruptura aparente e demonstrável na organização jurídica na passagem do ano mil. Dessa forma, as instituições públicas continuam exercendo suas funções na continuidade da passagem do milênio. Mas, claro, com readequações e ajustes.

Em suma, para Barthelémy não há, pois, uma mudança que se possa considerar profunda nesse período, mas sim ajustes sociais. Para ele, as grandes estruturas judiciárias, militares, sociais, entre outras não sofreram modificações, mas sim uma série de rearranjos que podem ser perceptíveis em uma nova problematização feita à documentação existente do período em questão.

Ao analisar a tese de Barthelémy algumas considerações merecem ser traçadas. Enquanto ele aponta para um fator importante, que é a noção por nós entendida como de “ajustamentos” sociais, salientamos que isso é demonstrável no período do qual nos propusemos analisar. Entretanto, não concordamos que as transformações sejam sempre rearranjos mas, sim, há momentos de ruptura, os quais não encontramos de uma forma abrupta na passagem da dinastia carolíngia para a capetíngia. Outra crítica que tecemos à tese deste historiador, é que não podemos supor que a mudança de vocabulário possa ser entendida única e exclusivamente nesse período como uma ilusão documental, haja vista a concepção de que uma língua – e,

¹⁹⁴ Ver referência da nota 185.

portanto, sua própria representação – em sua transformação, denota uma construção social que emana mudanças que ocorrem dentro da sociedade. Ou seja, quando o vocabulário muda, isso aponta para transformações que ocorrem dentro daquela sociedade naquele determinado contexto¹⁹⁵. Não sendo, portanto, uma mera ilusão documental conforme proposta pelo historiador.

O debate continua em aberto gerando mais polêmicas, como nos mostra o grande número de publicações e discussões em revistas acadêmicas, como a *Past & Present*¹⁹⁶, para citar apenas um exemplo. Entretanto, devemos salientar que a existência desse debate e o fato dele continuar prolífico é um demonstrativo da necessidade de as fontes serem analisadas novamente, problematizadas por outras questões, da discussão continuar sendo feita, com novas abordagens sobre o período e novos questionamentos, para que se possa cumprir o intuito de contribuir com tão profícua discussão. Uma reflexão que foi muito bem formulada por Christian Lauranson-Rosaz finaliza uma pequena e poética percepção sobre o debate proposto:

É um lugar comum dizer que essas análises são muito teóricas ou dialéticas, que correm o risco da abstração, da opacidade, e, sobretudo, do maniqueísmo. As tipologias, as representações ideológicas, as revisões cronológicas, têm seus limites... Sem esquecer que nossos imaginários político, institucional, jurídico, econômico, social, mental não serão jamais aquele dos nossos ancestrais do Ano Mil: 'Os costumes dos homens mudam e muda também a ordem das coisas', disse Adalberón de Laón¹⁹⁷...

3.5 NOVAS FORMAS PARA DISCUSSÃO SOBRE O PERÍODO – UMA PROPOSTA A PARTIR DE RICHER DE REIMS E RAOUL GLABER

Nos últimos anos do século XX e início do XXI, pudemos observar um crescente interesse pelo estudo e pela análise das resoluções dos conflitos

¹⁹⁵ GUERREAU, *op. cit.* Mais precisamente o capítulo 6, pp. 213-257.

¹⁹⁶ O debate publicado na *Past & Present* pode ser observado em <http://past.oxfordjournals.org/content/155/1/196.citation>, com acesso em 25/10/2012.

¹⁹⁷ LAURANSON-ROSAZ, Christian. Le débat sur la "mutation féodale": état de la question. Disponível em: <http://www.droit.u-clermont1.fr/pages_statiques/Recherche/CentreRecherche/...>. Tradução nossa. Acesso em 25/10/2012.

durante a Idade Média. A partir da organização de colóquios como o tradicional encontro de Spoleto, feito pelo *Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*¹⁹⁸, vários pesquisadores começaram a se debruçar sobre a análise dessa temática. Dentre os muitos mencionamos Patrick Geary¹⁹⁹, Paul Fouracre²⁰⁰, Ian Wood²⁰¹, Regine Le Jan²⁰² além de vários eventos organizados pela *Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public*²⁰³ e um outro colóquio sobre a “vingança” na Idade Média, pela *École Française de Rome*²⁰⁴. Entretanto, não podemos considerar o interesse pela temática da violência como novo, já que desde os historiadores do século XIX o tema teve papel fundamental para a compreensão do período. O que se pode notar na atualidade é uma mudança no enfoque, nos métodos de análise da documentação e nos questionamentos que são feitos a essas fontes, essas documentações do período medieval.

Dessa forma, acreditamos ser possível fazer uma análise das obras de escrita histórica de Richer de Reims e Raoul Glaber analisando-as à luz dessa discussão bibliográfica, para compreendermos de que forma se compõe, para estes autores medievais, a autoridade real no Reino dos Francos na passagem dinástica dos carolíngios para os capetíngios.

Um período muito conturbado politicamente, o final do século X é o ambiente em que os nobres do reino estão em constante conflito. Os reinados de Luís IV (936-954), Lotário (954-986) e Luís V (986-987) viram a constante disputa pelo poder entre os nobres, que muitas vezes contavam com o apoio de abadias específicas em suas regiões. Foi justamente através

¹⁹⁸ Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo: <http://www.cisam.org/index.php>. Acesso em: 25/10/2012.

¹⁹⁹ GEARY, Patrick. “Vivre en conflit dans une France sans État: typologie des mecanismes de règlement des conflits (1050-1200)”. *Annales ESC*, 5 (1986), p. 1107-1133.

²⁰⁰ FOURACRE, P. Placita and the settlement of disputes in later Merovingian Gaul. In: DAVIS, W., FOURACRE, P. *The settlement of Disputes in Early Medieval Europe*. Cambridge, 1986, p. 23-44.

²⁰¹ WOOD, Ian. Disputes in late fifth and sixth-century Gaul: some problems. In: DAVIES, W; FOURACRE, P. *op. cit.*, p. 7-22.

²⁰² LE JAN, Régine. La vengeance d'Adèle ou la construction d'une legende noire. In: BARTHÉLEMY, D; BOUGARD, F; LE JAN, R. *La vengeance, 400-1200*. Paris: École Française de Rome, 2006, p. 325-340.

²⁰³ Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/revue/shmes>. Acesso em 25/10/2012.

²⁰⁴ BARTHÉLEMY, D; BOUGARD, F; LE JAN, R. *op. cit.*

desses acordos que o duque Hugo, o Grande (923-956), conseguiu um apoio que seria fundamental para a estruturação de uma nova configuração de poder. Tanto que seu filho, o também duque Hugo, vai conseguir, com o apoio tanto dos otonianos quanto de Adalberón de Reims, convencer os demais nobres da necessidade de sua ascensão ao poder²⁰⁵, que é justamente o momento que nossa documentação expõe.

Ao selecionarmos o material para análise, acreditamos na pertinência do excerto que se seguirá pelas razões que agora expomos: ao narrar os eventos sobre a mudança dinástica, podemos compreender como estes autores escreveram a história com o intuito de enaltecimento dos personagens e como eles valorizaram suas ações como ações reais dentro do jogo político. Isso nos parece um demonstrativo da importância destas mesmas ações para a consideração que se faz sobre a necessidade de tais eventos figurarem em um relato de cunho histórico.

Observemos, então, o excerto que segue retirado da obra de Richer de Reims, que se inicia com a aceitação do nome de Hugo Capeto para a função real. Trata-se da coroação de Hugo Capeto e, por consequência, da mudança dinástica ocorrida no Reino dos Francos nos anos que antecediam a passagem do milênio, a saber, 987 d.C.:

[12] Emitida essa sentença, e sendo ela por todos aprovada, o duque [Hugo], com o consenso de todos, foi elevado ao trono e coroado em Noyon pelo arcebispo e pelos demais bispos, foi proclamado nas calendas (primeiro dia) de junho rei dos gauleses, dos bretões, dos normandos, dos aquitanenses, dos godos, dos hispanos e dos vascões. E assim, circundado pelos príncipes do reino, segundo o costume, emitiu decretos e estabeleceu leis, ordenando e distribuindo tudo com grande sucesso, e, para corresponder à própria fortuna, encorajado pelo grande sucesso dos eventos favoráveis, dedicou-se a muitas obras de piedade. E para deixar um herdeiro certo no reino depois de partir desta vida, ele se aconselhou com os príncipes e, tendo com eles amadurecido uma decisão, procurou o arcebispo de Reims na cidade de Orléans²⁰⁶, primeiro mediante embaixadores e depois pessoalmente, para tratar da elevação do próprio filho Roberto ao trono. E quando o arcebispo lhe respondeu que não se podia ter legitimamente nomear dois reis no mesmo ano, ele [Hugo] de súbito exibiu uma carta enviada pelo duque da Hispânia Citerior [condado de Barcelona], assinalando que o duque exigia ajuda contra os bárbaros [os árabes de Almansor, que haviam ocupado Barcelona por volta de 985]. Afirmava também que a província da

²⁰⁵ MAZEL, Florian. 888 Féodalités. Editions Belin, 2010, pp. 82-83.

²⁰⁶ Hugo estava em Orleans em 25 de agosto de 987.

Hispânia estava já quase conquistada pelos inimigos e, se não recebesse em até 10 meses uma tropa dos francos, o território passaria todo à posse dos bárbaros. E assim pedia que se escolhesse um segundo rei, pois se um dos dois sucumbisse no tumulto bélico, o exército não ficaria sem príncipe. E afirmava que poderiam ocorrer, no caso de o rei ser assassinado e o território devastado, a discórdia dos líderes, a tirania dos malvados sobre os bons e depois a sujeição de toda a população.

[13] O arcebispo, compreendendo o que poderia acontecer, consentiu com o discurso do rei. E, porque no dia da natividade do Senhor, os príncipes do reino estavam reunidos para celebrar a cerimônia da coroação do rei, na basílica da Santa Cruz [catedral de Orleans], enquanto os francos aclamavam, vestido de púrpura, ele coroou solenemente o filho dele [sc. de Hugo], Roberto, e o ordenou rei e o colocou como chefe dos ocidentais desde o rio Mosa [planalto de Langres] até o Oceano. Este foi um homem notável por empenho e grande diligência, e ao mesmo tempo sobressaiu na arte militar e era considerado instruídíssimo nas institutas divinas e canônicas; dedicava-se aos estudos liberais e participava também dos sínodos dos bispos e com eles discutia e decidia as causas eclesiásticas²⁰⁷.

[12] Hac sententia promulgata, et ab omnibus laudata, dux omnium consensu in regnum promovetur, et per metropolitanum aliosque episcopos Noviomi coronatus, Gallis, Britannis, Dahis, Aquitanis, Gothis, Hispanis, Wasconibus rex Kal. lun. prerogatur. Stipatus itaque regnorum principibus, more regio decreta fecit legesque condidit, felici successu omnia ordinans atque distribuens. Et ut beatitudini suae responderet, multo successu rerum secundarum levatus, ad multam pietatem intendit. Utque post sui discessum a vita heredem certum in regno relinqueret, sese consultum cum principibus contulit. Et collato cum eis consilio, Remorum metropolitanum Aurelianis de promotione filii sui Rotberti in regnum prius per legatos, post per sese convenit. Cui cum metropolitanus non recte posse creari duos reges in eodem anno responderet, ille mox epistolam a duce citerioris Hispaniae Borrello missam protulit, quae ducem petentem suffragia contra barbaros indicabat. Iam etiam Hispaniae partem hostibus pene expugnatam asserebat, et nisi intra menses X copias a Gallis accipiat, barbaris totam in deditionem transituram. Petebat itaque iterum regem creari, ut si bellico tumultu duorum alter decideret, de principe non diffideret exercitus. Fieri quoque asserebat posse, rege interempto, et patria desolata, primatum discordiam, pravorum contra bonos tyrannidem, et inde totius generis captivitatem.

[13] Metropolitanus sic posse fieri intelligens, dictis regiis cessit. Et quia tunc in nativitate domini regnorum principes convenerant ad celebrandum regiae coronationis honorem, in basilica sanctae Crucis eius filium Rotbertum, Francis laudantibus, accepta purpura sollempniter coronavit et a Mosa fluvio usque Oceanum occidentalibus regem prefecit et ordinavit; tanta industria atque sollertia clarum, ut et in rebus militaribus precelleret, et divinis ac canonicis institutis clarissimus haberetur, lebralibus studiis incomberet, episcoporum etiam sinodis interesset, et cum eis causas aecclesiasticas discuteret ac determinaret.

²⁰⁷ Richer, liv. IV, cap. 12-13.

Elencamos esse excerto para uma primeira análise. Nota-se na descrição feita pelo historiador medieval, principalmente, que o rei tem um séquito de príncipes, os quais lhe são fiéis para os fins políticos de apoio e aceitação. O relato anterior ao acima exposto demonstrava o discurso do arcebispo de Orléans, que dispensava elogios sobre a sucessão real, já que Luis V (986-987) não deixara herdeiros ao trono, o nome sugerido pela instituição da Igreja era o de Hugo Capeto. E note-se que a escolha é feita em detrimento de outros membros da família dos carolíngios que reivindicavam o trono para membros da família, como por exemplo Carlos de Lorena²⁰⁸. E como a documentação sugere, todos os nobres que estavam presentes no discurso mostraram-se de acordo com a escolha. A sentença foi aceita por todos, como explicita Richer. Assim, podemos considerar os *agentes* como membros de uma nobreza decisiva que, justamente por essa função, aceitava o referendo da Igreja e legitimava a escolha eclesiástica para a posição real. O questionamento que deve ser feito é se não poderia ser uma aceitação política justamente para enfraquecimento da monarquia. Entretanto, não se nota, por parte de Hugo Capeto, uma anulação do poder da realeza. Explicitamente o contrário, haja vista suas ações efetivas dentro da sociedade, que se mostram presentes desde o momento de sua coroação: ele aponta a necessidade da interferência militar em conflitos que ocorrem na Espanha, conseguindo convencer tanto a Igreja quanto os outros nobres da necessidade de, não apenas enviar um exército para combater os inimigos, mas também coroar seu próprio filho rei enquanto ele está vivo. Essas resoluções, essas tomadas de posição, essas transformações sugeridas pelo próprio rei: a isso denominamos ações efetivas dentro da sociedade medieval por parte do rei. É a realeza possuindo o poder e usando-o, atuando dentro da sociedade como mediadora de conflitos, agindo nos problemas que estão presentes a partir de tomadas de decisões. É claro que não há possibilidade de averiguar se o rei agiu em todos os conflitos, ou, mais ainda, se se sobrepôs aos demais nobres e à Igreja, isso devido à pouca documentação disponível; entretanto, pensamos serem esses relatos, ainda que intencionais, um demonstrativo de que o rei manteve os dispositivos de ação

²⁰⁸ LANDES, Richard. Hugh Capet. In.: KIBLER, William. *Medieval France: An Encyclopedia* Series: Routledge Encyclopedias of the Middle Ages. Routledge, 1995, p. 879.

em suas mãos, agindo em determinados casos, seja por imposição própria, seja por negociações dentro do jogo político, como é o caso relatado pela narrativa de Richer. O rei não é impositivo, ele argumenta a favor da necessidade da coroação do filho, a partir de pressupostos militares.

A realeza pode ter perdido o poder concentrado que tinha durante a Alta Idade Média, ou até mesmo em alguns momentos da dinastia carolíngia, mas o rei ainda tem poder. Talvez possamos compreender esse poder como uma forma de rearranjo da função real, para lembrarmos das ideias de Barthélemy. A realeza existe, possui poder, age de acordo com esse poder, que pode não ser soberano sobre todas as resoluções, mas existe de fato e possui grande influência (e aceitação) para suas ações nos mais diversos âmbitos da sociedade

Essa realeza possui um poder que consideramos como simbólico. Contendo um capital simbólico²⁰⁹ por meio de instituições e práticas sociais que permitem o exercício do poder, estes símbolos tornam-se instrumentos de reprodução para a manutenção da ordem, para a legitimação do poder e para a aceitação da ação da realeza, de suas funções perante a sociedade. Todo esse capital simbólico aparece, pois, como um legitimador do poder. O momento do anúncio do rei, com toda a série de rituais como o de sua coroação, das festividades religiosas que se seguem, demonstram o poder simbólico imbuído na figura real. A simples utilização do termo “púrpura” no relato richeriano aponta para uma ação simbólica utilizada desde a Antiguidade para a afirmação da figura dirigente de poder, tendo sua manutenção no Império Bizantino e, como demonstra o documento, apontando para resquícios dessa prática no Ocidente medieval²¹⁰.

²⁰⁹ Recorremos à teoria de Bourdieu, que expõe o capital simbólico da seguinte forma: “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”, BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 145.

²¹⁰ Alguns apontamentos sobre a utilização da púrpura nos cerimoniais de coroação podem ser vistos em BASSI, Rafael José. Esquecer os favoritismos e os ódios. Anna Comnena e a historiografia bizantina (séculos XI e XII). Trabalho monográfico para obtenção do título de Bacharel em história pela UFPR. Disponível em http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/rafael_jose_bassi.pdf. Observar, particularmente, o capítulo II: Anna Comnena, historiadora medieval.

Esse poder permite que o rei se legitime e que possa cumprir as funções para as quais o cargo o designa. O rei tem, entre outras, a função de “emitir decretos e delegar leis”, ainda que existisse em muitos pontos da concepção de lei e exercício do direito um limite²¹¹, o que aponta para uma participação ativa na administração política. Com a cumplicidade dos demais nobres, que o observam e o congratulam pelos feitos, a figura do rei mantém sua autoridade, mesmo com a ascensão ao poder e estruturação de uma nova dinastia. Isso se demonstra pelo fato de, para Richer, reunir todos os grandes nobres do território sob seu domínio e, em determinado momento, propor até mesmo a coroação de seu filho, utilizando-se de uma série de argumentos bélicos e de estratégia política para obter a aceitação. Aqui apontamos para a quantificação que se apresenta na fonte, o que é improvável de haver concordância, pelo fato de não podermos cotejar com outros dados, outras documentações, para a certificação de que todos os nobres, detentores de parcelas de terras dentro do território franco, tenham comparecido. Outro ponto observado é a formulação feita pelo historiador medieval para ressaltar as qualidades do filho de Hugo, assim que ele recebe a posse do trono junto ao pai. Homem que, segundo o relato, se sobressaia na qualidade militar, mas também nas questões eclesiásticas que, além do conhecimento das artes liberais (*trivium* e *quadrivium*), participava junto com os bispos das reuniões promovidas pela Igreja. A figura real é exaltada pelas suas qualidades militares, religiosas e de organização social. Aparece como uma figura dotada de muita virtuosidade; um clássico exemplo de personagem que deve ser relatado em uma obra de narrativa histórica durante o período medieval.

Ainda para discutir a questão simbólica juntamente com o contexto político, devemos discutir a obra de Marc Bloch, que propôs uma análise comparativa que até hoje continua muito atual. Analisando as monarquias francesa e inglesa, o historiador discutiu a “história de uma crença”, resultando no livro *Os reis taumaturgos*²¹², obra basilar da Escola dos

²¹¹ Sobre uma discussão da função exercida do rei como juiz e como legislador, problematizando as ideias de Weckmann, ver: ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 16, 2001/2002, pp. 13-36.

²¹² BLOCH, Marc. *op. cit.*

Annales, com seu foco em uma história total, baseada em uma ideia de sociedade feudal, sendo até a política vista por esse prisma da religião. Havia a crença de que o rei tinha o poder de curar as escrófulas, segundo Bloch, graças à aura sagrada que envolvia a monarquia nesse momento – e que tem sua permanência pelos séculos posteriores, chegando até a Idade Moderna. Segundo o autor, isso derivava do fato de que a concepção dos reis como de semideuses acaba por desaparecer após a ascensão do cristianismo (talvez possamos compreender como um ponto de ruptura, da mesma forma que Momigliano apontou com a historiografia)²¹³. O que restara a estes homens era o cargo de chefes políticos durante o período medieval. Mas, com as celebrações da coroação e da unção, feitas pela Igreja, o rei assumia a figura de defensor da cristandade, com o objetivo de defesa da religião. E como rei cristianíssimo, como vigário de Deus na Terra, o rei possuía o poder de cura sobre as escrófulas, que era resultado dos óleos santos com os quais havia sido ungido na hora de receber o poder. Com uma simbologia pré-existente e afirmada pela própria instituição eclesiástica, o rei pode se tornar chefe político com poderes amplos, até mesmo os poderes de cura das escrófulas. Com estes pressupostos, Bloch expõe que, desde o período dos merovíngios, formula-se politicamente aquilo que ele denomina como uma *monarquia sagrada*.

Outro autor que discute muito a questão da figura real, no clássico da historiografia *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*²¹⁴, é Ernst Kantorowicz. Para este historiador, o caráter sagrado e simbólico que o rei possui durante a Idade Média deve ser compreendido como a junção e apropriação dos caracteres jurídicos e filosóficos existentes na sociedade em que vivia. Assim, para Kantorowicz, o rei possuía dois corpos, o natural e o político, sendo o primeiro corpo mortal, estando sujeito a todas as incorreções que podem acontecer aos outros homens, mas o segundo – o corpo político – é um corpo que não pode ser visto ou tocado, constituindo a política e o governo. Dessa forma, as atitudes tomadas por esse corpo não podem ser invalidadas por alguma espécie de incapacidade

²¹³ MOMIGLIANO, *op. cit.* Vide discussão dos capítulos 1 e 2 desta dissertação.

²¹⁴ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

pré-existente em seu corpo natural. Assim sendo, podemos auferir que esse corpo político está envolto em questões simbólicas tais como sagração e ritos, que podem demonstrar a existência desse corpo invisível²¹⁵.

Por isso, tanto em Bloch, quanto em Kantorowicz percebemos como a figura real é detentora de um poder, seja ele advindo de uma monarquia sagrada, seja de uma utilização de formulações jurídicas, que faz com que o rei possa exercer suas funções dentro da sociedade. Além do fato de ele ser aceito tanto pelo grupo dos nobres quanto pelo grupo das pessoas que habitam aquele território de um modo geral, sejam camponeses ou agentes de outras atividades variadas.

Dessa forma, como primeiras considerações, podemos apontar a realeza franca do período como detentora de um *poder simbólico* que lhe permite, caso o rei se esforce a partir das mais variadas maneiras (coerção, argumentação, acordos), administrar um poder efetivo de ação na sociedade. Utiliza-se desse poder simbólico constituído para legitimar-se no poder político, no trono. Portanto, adequa-se à ideia de que o rei detém uma função; e o exercício dessa função significa a manutenção das ações que a figura real deve realizar, todas elas derivadas e atribuídas ao caráter da realeza, sendo elas religiosas, jurídicas ou administrativas. O que é demonstrável pelo relato do historiador Richer de Reims é que a mudança dinástica apresenta-se como pacífica e que o rei possui e zela pela manutenção de suas ações, de suas funções pré-estabelecidas pela tradição, como a manutenção da paz, a administração, o exercício efetivo do poder na sociedade. Isso aparece no relato a partir do momento em que ele consegue o apoio dos demais nobres, a aceitação por parte da Igreja de suas ações, como o exemplo narrado da possibilidade de colocar seu próprio filho no trono ainda durante sua vida.

Essa ideia aponta para uma consideração sobre a continuidade do exercício prático do poder real, com suas funções e ações determinantes para a política já existentes dentro da sociedade, no contexto do reino dos

²¹⁵ Salientamos a existência de uma obra de Alain Boureau, denominado *Le Simple Corps du roi*, onde ele faz uma crítica a essa tese de Kantorowicz. Vide: BOUREAU, Alain. *Le Simple Corps du Roi. L'impossible sacralité des souverains français*. Paris: Les Éditions de Paris, 1988.

francos. O que se adequa para a nossa concordância da ideia de reajustes políticos e sociais, com transformações que ocorrem de forma corrente dentro das mudanças contextuais que passava o reino dos francos no período do final do século X. Se o rei mantém seu poder, isso nos aponta para a ideia de que a realeza poderia já estar modicando-se há mais tempo; era, portanto, uma transformação de ordem política que vinha acontecendo e não significa uma ruptura a partir da ascensão dos Capetos ao poder. Essas transformações políticas, essa mudança dinástica, em efeito, podem fazer com que o rei tenha que agir em alguns momentos de formas distintas à tradição, ao costume, mas também fazem com que consiga manter o seu poder de ação, de manutenção de suas funções. Ou, como a ideia exposta, fazem com que o rei continue agindo dentro daquela sociedade, naquele contexto, segundo os relatos do historiador medieval Richer de Reims.

Passemos agora ao relato do mesmo evento presente na obra de Raoul Glaber.

Da eleição de Hugo ao reinado.

Como ocorre a uma pessoa, que percorre uma amplíssima zona desta terra ou penetra com remos no vasto mar, continuamente dirige o olhar para os picos das montanhas ou às copas das árvores, para reconhecer de longe os contornos e chegar aos seus destinos sem se perder, assim sucede também a nós: enquanto procuramos expor à posteridade os fatos ocorridos, frequentemente, ao contar, dirigimos a atenção e o discurso para as figuras dos grandes chefes, porque por meio deles o relato em si é iluminado e adquire certeza. Ao chegar ao fim, como dissemos, a estirpe dos grandes soberanos que governaram a Itália e a Gália como reis e imperadores – Ludovico, Carlos e os outros daquela dinastia – imediatamente depois a liderança dos dois reinos passou para homens com estreitos laços de parentesco. Já expusemos anteriormente os eventos que começaram no Império Romano nas mãos do primeiro, do segundo e do terceiro Otão, até o período do império de Henrique; resta-nos agora referir qual foi a partir de então o destino do reino dos francos. Depois do desaparecimento dos reis Lotário e Ludovico, as rédeas do reino inteiro passaram a Hugo, duque de Paris, filho do já mencionado Hugo o Grande e irmão do famoso Henrique, duque de Borgonha. Este último e, junto com ele, os líderes de todo o reino se reuniram e ungiram rei o acima mencionado Hugo. Como já observamos, a sua família possuía relações de parentesco com o rei saxão, a partir de Otão I, que era filho de uma irmã de Hugo o Grande. Não muito tempo depois de ter tomado o cetro do reino dos francos, Hugo viu-se enfrentando a hostilidade de muitos dentre os seus, que anteriormente lhe eram submissos em tudo e por tudo. Mas aos poucos, dado o seu vigor físico e mental, conseguiu reprimir todas

as rebeliões. Tinha um filho de grande sabedoria, Roberto, muito instruído na arte das palavras. Sentindo que já estava perdendo bastante as forças, convocou na cidade régia de Orleans todos os líderes dos Reinos dos Francos e da Borgonha e fez nomear rei o filho Roberto enquanto ele estava vivo, precisamente no trigésimo ano antes do ano 1000 depois da Encarnação do Salvador. Depois de alguns anos, tendo restabelecido a paz em seu reino, Hugo morreu serenamente. O rei Roberto era agora, como havemos dito, um jovem sábio e instruído, eloquente na fala e conhecido pela sua devoção. Assim, com divina clemência, o Senhor de todos os seres humanos houve por bem colocar tal homem, naquele preciso momento, para guiar o povo católico; já que nos dias do seu reinado, como fizeram prever certos presságios naturais, abateram-se graves desastres sobre a Igreja de Cristo, e se este rei, ajudado por Deus, não os enfrentasse com a sua sabedoria, a fúria destruidora viria de muito longe²¹⁶.

De electione Hugonis in regem.

Sicut quispiam igitur, peregrans quamlibet vastissimam orbis mundani plagam, seu spaciosum remigando equor penetrans, sepius altitudini montium aut proceritati arborum scilicet respectans dirigit aciem oculorum, ut videlicet, illorum a longe reperta agnitione, absque errore quo disposuerat valeat pervenire; ita quoque erga nos fore contigit, qui utique, dum cupimus preterita ostendere futuris, obtutus nostri sermonis pariter et animi frequenter in relatione porrigimus magnorum virorum personis, quibus videlicet fiat ipsa relatio clarior et appareat cercior. Igitur finito, ut diximus, tam regnandi quam imperandi apud Italiam et Gallias magnorum regum genere, videlicet Ludovici necnon et Caroli ac sui generis ceterorum regum, protinus in unius consanguinitatis viros utriusque regni contigit devenire monarchiam. Nam, qualiter primus ac secundus necnon et tertius Octo sint potiti Romanorum imperio, scilicet usque ad Henrici imperium, superius nos iam digessisse meminimus. Nunc quoque restat ut quemadmodum abhinc Francorum sit regnum dispositum referamus. Mostuis igitur Lothario ac Ludovico regibus totius Francie regni dispositio incubuit Hugoni, Parisicensi[s] duci, filio videlicet illius Magni Hugonis supramemorati, cuius etiam frater erat nobilissimus Burgundie dux Heinricus. Qui simul cum totius regni primatibus convenientes predictum Hugonem in regem ungi fecerunt. Erant ergo, ut iam commemoravimus, affinitate consanguinitatis regibus Saxonum uniti, a primo scilicet Ottone, qui natus est ex Hugonis Magni sorore. Suscepto igitur Hugo regimine regni Francorum, non multo post plerosque suorum, quos etiam prius in universis habuerat subditos, persensit contumaces. Tamen, ut erat corpore et mente vividus, cunctos sibi rebellantes paulatim compescuit. Habebat enim filium admodum prudentem, nomine Rotbertum, artium etiam litterarum studiis plurimum eruditum. Cunque se cognovisset iam aliquantulum viribus defici, congregatis in Aureliana urbe regia quibusque Francorum ac Burgondionum regni primoribus, eundem Rotbertum, filium videlicet suum, anno scilicet tertio decimo ante millesimum incarnati salvatoris, adhuc se superstitie regem constituit. Post aliquot vero annos isdem etiam rex Hugo, in pace regno disposito, feliciter obiit. Erat namque Rotbertus rex tunc iuvenis, ut diximus, prudens atque eruditus dulcisque eloquio ac pietate insignis. Sed divina providente clementia huiusmodi virum ad catholice plebis regimen omnium Dominus illo precipue in

²¹⁶ Raoul Glaber, II, 1-2.

tempore dignatus est destinare. Nam diebus regni ipsius, elementorum etiam signis preeuntibus, non modice clades incubuere Christi ecclesie; quibus nisi isdem rex sapienter, Deo se iuvante, restitisset, seviendo multipliciter in longinquum processissent.

O relato de Raoul Glaber expõe a mesma passagem dinástica que a obra e o excerto que selecionamos de Richer de Reims. Afirma a sua função de escrita da história, pensando de forma metafórica para explicar como funciona a construção do texto e a necessidade desse texto. Para ele, é salutar a importância da escrita para a manutenção da memória sobre os grandes homens, sobre os exemplos que merecem ser recordados e que merecem destaque, afinal, é função da obra histórica a personificação desses agentes de poder, ou como descreve Glaber, esses “grandes chefes”. A existência de governantes dignos de relato remonta a um passado longínquo para o historiador Glaber, conforme se pode notar pela citação feita sobre os antigos chefes de poder até chegar aos mais recentes. Isso também pode ser entendido como um demonstrativo da técnica empregada pela escrita da história. O historiador utiliza-se de exemplos, com os quais ele provavelmente tenha tido contato em outras obras históricas ou mesmo nos arquivos de seus mosteiros, a fim de utilizá-los como um aparato retórico, na tentativa de demonstração da grandeza daquilo que está relatando. Assim sendo, a figura de um grande chefe político, de alguém que detém o poder dentro da sociedade merece destaque na narrativa histórica. É por isso que Glaber utiliza-se mesmo de uma analogia: as pessoas, para não se perderem, colocam como base os lugares mais altos, que podem ser vistos de longe; o mesmo, para Raoul Glaber, sucede para a escrita da história e para a própria sociedade, quando devem ter em mente as ações dos grandes homens, quando se espelham nestas ações para balizar a própria vida. Assim sendo, a escrita da história tem a função da manutenção desses exemplos, a fim de passá-los aos demais, para que os grandes líderes políticos sejam compreendidos como um rumo a ser seguido. A partir disso, podemos pensar que um postulado importante para a escrita da história para este autor é que os membros da realeza, que agem de acordo com os preceitos cristãos e de justiça – afinal, pela quaternidade, é o tempo da justiça! – devem ser

relatados, para que a memória sobre eles se mantenha, pelo menos a partir da obra histórica em si.

A figura de Hugo Capeto, descrita no excerto, aparece em destaque, afinal é o relato sobre a passagem dinástica, que cita, como falamos linhas acima, toda uma linhagem de grandes “chefes”. Segundo consta na documentação, a escolha dele, duque de Paris, foi aceita por todos os membros da nobreza, os “maiores do reino”, que acabaram por aceitá-lo e por dar-lhe a unção para que pudesse governar. Até esse ponto há uma concordância com o relato de Richer de Reims. Na continuação, segundo Glaber, o que se segue a essa primeira aceitação são algumas sublevações destes mesmos membros da nobreza, que intentam tomar o poder. Isso pode nos servir para comparar com o relato de Richer de Reims, onde a passagem dinástica aparece descrita com uma aceitação mais tranquila por parte dos demais nobres que no relato de Glaber. Mas nesse momento aparecem as características de Hugo descritas segundo a concepção de Raoul Glaber: era um governante dotado de rigor físico e mental. Dessa forma, a imagem construída é uma imagem simbólica que apresenta o governante como um homem virtuoso. Fazemos referência a essas virtudes, pensando na importância dada a elas pelo próprio Raoul Glaber, como expusemos no capítulo anterior ao discutir seus pressupostos para a escrita da história. Assim, a imagem que o historiador constrói com sua narrativa histórica demonstra um posicionamento político frente ao governante. Glaber defende a instituição real descrevendo que, aos poucos, o rei consegue reprimir todas as manifestações hostis ao seu governo. Assim sendo, no livro de histórias de Raoul Glaber, o poder que a monarquia possui é efetivo neste momento da transição, resolvendo os conflitos internos do reino entre a disputa de poder dos nobres. Afinal, no relato que expusemos o rei consegue agir contra os agitadores, mantendo a ordem, que segundo a concepção religiosa do autor, é fundamental para que se tenha o mundo virtuoso que se espera, o mundo da justiça que é pressuposto na *Divina Quaternidade*, presente tanto nas concepções históricas da obra de Glaber quanto no próprio ambiente cluniacense.

Da mesma forma que é apresentado no relato de Richer de Reims, o filho de Hugo, Roberto, tem sua imagem construída a fim de enaltecê-lo. Na narrativa Glaber, Roberto aparece como um homem sábio²¹⁷, detentor dessa virtude, e que sabia muito bem usar as palavras. A análise de Glaber demonstra o quão instruído era Roberto, com muitas virtudes, que é elevado ao posto de rei por seu pai ainda em vida. A mesma ação relatada que aparece na obra de Richer de Reims, ainda que este tenha, por uma questão de escolha consciente e até mesmo pelo fato de estar, acreditamos, temporalmente mais próximo ao evento do que Glaber, narrado o evento de forma mais minuciosa. Esse relato mais “harmônico” da ascensão de Hugo pode estar relacionado com os interesses dos mentores de Richer de Reims, como Adalber, arcebispo de Reims e também Gerbert D’Aurillac, futuro papa Silvestre II, que estavam apoiando a ascensão da nova dinastia, conforme salienta Grover Zinn²¹⁸. Na análise do texto de Glaber, notamos que não aparece no relato nem a descrição do cerimonial, como aparece em Richer. Também não está presente a argumentação do rei Hugo, sobre a necessidade de fazer o seu filho rei, a partir da ameaça muçulmana na Espanha e da necessidade de um exército franco para a guerra contra os “bárbaros”. Toda essa narrativa mais precisa sobre o evento da passagem dinástica em Richer nos leva a pensar na tese de Jason Glenn²¹⁹, que afirma ser o texto richeriano uma obra de legitimação de poder da dinastia capetíngia. Não apenas isso, acreditamos que a proximidade temporal do contexto e com os relatos orais do evento também contribuíssem para um relato mais amplo por parte de Richer. Assim sendo, podemos notar que o texto de Glaber vai remeter mais às análises sobre as virtudes – sendo a de ser cristão a maior delas, presentes tanto em Hugo quanto em Roberto – e a importância delas no personagem, na figura do grande homem, que, para ambos autores, foi Hugo Capeto.

²¹⁷ Interessante ressaltar que Roberto fora aluno de Gerbert D’Aurillac, quando ele ensinava na escola da Catedral de Reims. Vide: ZINN, Grover A. Gerbert of Aurillac. In.: KIBLER, William. *Medieval France: An Encyclopedia Series*: Routledge Encyclopedias of the Middle Ages. Routledge, 1995, p. 745.

²¹⁸ Idem, *ibidem*.

²¹⁹ GLENN, *Politics and History in the Tenth Century... op. cit.*

O relato de Glaber continua com a descrição do evento. O rei Hugo chama os grandes do reino, os outros nobres, e eleva ao cargo de rei, junto a ele, seu filho Roberto. Com a continuidade da narrativa, aparece a ação do rei com o intuito de pacificação do reino. Tanto que Raoul salienta que depois de pacificado, serenamente o rei Hugo morre. Dentro da obra de Glaber, a administração real aparece como efetiva e como qualitativa. O reino teve os seus conflitos pacificados. O rei – com o auxílio do próprio filho – consegue atuar de forma efetiva e trazer a paz. As mesmas paz e justiça do tempo quaternário exposto por Glaber. Ou seja, se a função desse período aparece como sendo a justiça, para trazer um mundo de paz, o governo de Hugo Capeto para o historiador Raoul Glaber aparece como sendo profícuo em suas ações que intentavam esses objetivos, já que estes são alcançados durante o seu reinado.

Seu governo é considerado pelo historiador Raoul Glaber como um governo cristão. Tanto que a descrição é feita a partir da ideia de clemência pela parte do Deus, que ao colocar o sucessor de Hugo no poder, escolheu alguém que é similar ao antigo rei para guiar o povo cristão. Se a função do rei é ser antes de mais nada um rei cristão, que defenda o cristianismo, como apontamos a partir de Marc Bloch linhas acima, tanto Hugo quanto seu filho, Roberto, cumprem o postulado de forma a serem enaltecidos pelos historiadores e pelos relatos históricos do período. Mesmo porque o governo de Roberto é próximo aos presságios que sempre foram apontados na obra de Glaber como demonstrativos dos Terrores do Ano Mil. E se o governante não fosse extremamente virtuoso, a Igreja e a sociedade seriam abatidas por todos os problemas que ocorreram nesse período, segundo a visão dos acontecimentos na obra de Raoul Glaber.

Aponta-se, a partir da historiografia discutida no início deste capítulo, que o período dos séculos X e XI, no Ocidente medieval, constitui um período de muitas mudanças de ordem econômica e política, com a formulação e estruturação do feudalismo. É um período fortemente caracterizado pela descentralização política, quando o poder administrativo, jurídico, econômico saí das mãos dos reis e passa aos nobres e à Igreja. Analisando-se a documentação elencada para esse estudo, entretanto, pensamos que, para

os historiadores Richer de Reims e Raoul Glaber, não houve uma mudança substancial na organização política no Reino dos Francos. Pelo menos não é isso que fica visível na leitura dos seus relatos. Ou mais importante de tudo, acreditamos que a intenção destes autores na escrita de suas obras seja justamente a de legitimar o poder dessa nova dinastia, demonstrando que tanto Hugo Capeto quanto Roberto conseguem, a partir de suas ações, baseadas em suas mais variadas virtudes, a manutenção da ordem social almejada por eles, membros de determinadas ordens da Igreja.

Aponta-se a descrição da sucessão real, do rei agindo perante à sociedade com todo o simbolismo que o trono lhe outorgava, uma demonstração de sua importância dentro desta sociedade. Dessa forma, os historiadores medievais analisados por esta pesquisa ajudam a confirmar, em nossa visão, as ideias expostas por Barthelemy de “ajustes sociais”, os quais são perceptíveis através de mudanças e continuidades que ocorrem na sociedade e na sua organização, se mostram presentes. Mudanças ocorrem, mas o centro do poder continua sendo a realeza, que possui, graças a um aparato simbólico, em que expõem-se os pressupostos de Bourdieu, Kantorowicz e Bloch, um poder que lhe garante uma ação efetiva dentro da sociedade franca dos séculos X e XI. Portanto, o rei ainda é uma figura de destaque, que tem funções e as cumpre, ainda que os nobres tenham conseguido maior poder dentro dos seus territórios, ou, como definiu Georges Duby, formando a territorialidade como “células de poder”.

Mas fica claro que essa é uma análise baseada em um tipo de documentação específica que são os livros de história desse período. Assim sendo, há uma afirmação de, primeiro, haver uma necessidade de diálogo e debate sobre a produção histórica medieval, com o intuito de compreender o que era escrever história nesse período, por esses historiadores medievais, cristãos, monges (ou não, como demonstrou o trabalho de José Manuel Cerda, que discutimos linhas acima, problematizando o caso da Inglaterra²²⁰) dentro de seus respectivos espaços. E também para problematizar o período de forma política, haja vista que os autores do período retrataram sua sociedade legitimando a figura da realeza, enaltecendo suas virtudes cristãs,

²²⁰ CERDA, *op. cit.*

demonstrando um poder efetivo do rei dentro da sociedade a partir das mais variadas ações desta figura política. É isso que fazem tanto Richer de Reims quanto Raoul Glaber. Em nossa análise, o que podemos problematizar em seus relatos históricos é a tentativa de demonstração de efetividade administrativa tanto de Hugo Capeto quanto de seu filho Roberto dentro do Reino dos Francos, a partir do relato específico destes dois autores: Richer de Reims e Raoul Glaber. É a legitimação do poder dentro da narrativa histórica, como apontou a historiadora Gabrielle Spiegel em sua pesquisa sobre a produção histórica medieval²²¹. O que podemos considerar como um dos pressupostos mais presentes dentro da produção historiográfica medieval.

Assim sendo, estudar a escrita da história durante o período medieval, relacioná-la com os mais diferentes questionamentos sobre suas funções, sobre as representações, sobre as questões políticas ou as mais variadas problematizações possíveis, se mostra um caminho profícuo e aberto aos historiadores que se debruçam em análises sobre os mais variados temas deste período.

²²¹ SPIEGEL, *op. cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos, ao final dessas análises, esboçar algumas considerações sobre a escrita da história na Idade Média, aquilo que acreditamos poder chamar de historiografia medieval. Primeiramente, compreende-se essa produção como sendo uma ação secundária nas atividades de quem a executa. O autor, que com esse trabalho acreditamos poder nominá-lo de historiador, em nossos dois exemplos de análise (Richer de Reims e Raoul Glaber) estão inseridos em um espaço específico que é o meio religioso, principalmente a vida dentro dos mosteiros (Reims e Cluny, respectivamente). Esses monges que selecionamos foram homens escrevendo obras que levaram, por fim, o nome de *história*.

É salutar levar em consideração que foram justamente esses espaços monacais que possibilitaram com que esses monges pudessem exercer a função da escrita de uma obra de narrativa histórica. E nesse ponto, nossa análise comparativa salienta ambientes distintos para Richer e Glaber. Reims se mostrou, pela narrativa do próprio historiador Richer, um espaço onde havia possibilidade de contato com as mais variadas obras, em que o estudo ultrapassava o *trivium* e o *quadrivium* – Richer, como expusemos, tinha conhecimentos até mesmo de medicina – perpassando os autores contemporâneos, mas também os clássicos. Entretanto, pela descrição de Glaber, em Cluny pudemos observar que, ainda que os clássicos estivessem à disposição de estudiosos como este historiador, o espaço monacal cluniacense trazia como base formativa a Bíblia e o estudo das obras eclesiásticas.

Mesmo com o contexto de ambientes diferentes que passaram aos historiadores medievais que discutimos nessa dissertação, podemos aferir que ambos tiveram incentivo de suas ordens para a composição de um relato histórico. A partir daí, temos a problematização sobre esse relato histórico em si. Enquanto historiadores contemporâneos como, por exemplo, Sophie Menache não consideram essas obras como obras de história e esses autores como historiadores, mas sim como narradores dos eventos passados, podemos salientar que há uma série de outros historiadores, como

Bernard Guenée, François Hartog, Susani Lemos, Marcella Guimarães, José Manuel Cerda, Néri de Barros Almeida, entre outros, que aceitam a tese de que essa produção foi uma produção histórica e que esses autores foram e podem ser considerados historiadores.

Essa tese defendida pelos autores que citamos linhas acima está baseada em um pressuposto fundamental para a compreensão da problemática: o entendimento dessa escrita da história durante o período medieval como uma ação consciente. Ou seja, os historiadores eram conscientes de suas ações no momento da escrita do texto. Pensavam sobre o que faziam. Possuíam um arcabouço de métodos e técnicas que utilizavam durante a concepção e escrita de seus textos. François Hartog e Bernard Guenée nos apontam que a partir da análise dos prólogos das obras podemos compreender como todo esse aparato consciente aparece presente nas intenções do autor da narrativa histórica medieval (e antiga, no caso das análises de Hartog).

Durante o contexto que escolhemos, o entorno da passagem do milênio, problematizamos ainda com esse trabalho um esboço de comparação entre a produção de obras históricas no Ocidente e no Oriente, a partir do exemplo bizantino. Consideramos com nossas análises que a produção que era feita no Oriente estava também relacionada com quase as mesmas concepções existentes no Ocidente. Entretanto, pudemos observar que, justamente pela noção de continuação do Império Romano clássico (ainda que totalmente reestruturado, com novas concepções que diferiam das romanas clássicas), existente em Bizâncio e por isso mesmo a percepção bizantina de detentora da cultura clássica, as obras da Antiguidade foram muito mais influentes para a composição de pressupostos para a escrita da história. Isso se pode perceber nos casos de Constantino VII Porfirogênito e Anna Comnena, que viveram e escreveram suas obras próximos aos historiadores Richer e Raoul Glaber, cujas obras analisamos nesta dissertação.

No Ocidente, por sua vez, desde a Alta Idade Média, a partir de Cassiodoro, pode-se perceber que há uma influência dos pressupostos cristãos que se sobrepõem às ideias clássicas, ainda que de certa forma

essas ideias continuem presentes. A escrita da história no Ocidente passa a ter como principais personagens da narrativa os cristãos e aqueles que lutam na defesa deste cristianismo que começa a ser organizado pela instituição da Igreja a partir dos concílios ocorridos no período.

Esses cristãos, que defendiam a fé, mereciam destaque. E suas ações não poderiam ser esquecidas. Surge, pois, umas das grandes ideias da historiografia medieval: não deixar que a memória – que é falha – deixe as grandes ações, feitas pelos grandes cristãos, serem apagadas com o tempo. O historiador italiano Arnaldo Momigliano aponta que essa influência que surge com o advento do cristianismo pode ser considerada como um momento de ruptura com as concepções clássicas da escrita da história. O que se percebe na análise das obras é que essa história passa a ter uma forte função religiosa, e justamente por ser escrita dentro de espaços específicos – que são espaços religiosos, como tentamos apontar –, ela passa a ter uma visão escatológica, com uma compreensão linear do tempo; o tempo direcionado para um fim.

Portanto, os historiadores medievais demonstram as ações que devem servir como exemplos para a vida das pessoas nessa sociedade, e que é direcionada para essa visão escatológica. A história passa a ser compreendida até mesmo como um instrumento a serviço de Deus. Como apontou John Burrow, ainda que com uma intenção que se colocava como universalista, a escrita da história nesse período acaba por ser particular e local. O que se relata está intimamente relacionado com o contexto histórico do autor e os personagens das suas obras são aqueles que estão próximos a ele. Os reis aparecem como grandes figuras para a composição de um relato histórico. Enquanto defensores da fé cristã, suas ações devem ser relatadas para que não sejam esquecidas. Esse é um postulado que, mesmo com toda a influência do pensamento cristão, remonta às concepções clássicas para a escrita da história. Mas é importante pensarmos, então, que ao relatar essas ações, desses personagens específicos, artífices do jogo político, podemos compreender a escrita da história nesse período conforme apontou Gabrielle Spiegel: os livros de história aparecem enquanto obras que servem como legitimadoras do poder daqueles que são enaltecidos nos relatos. E esse

trabalho de legitimação é feito de forma consciente por parte do autor da narrativa.

Analisando, portanto, as obras de Richer de Reims e de Raoul Glaber, notamos algumas concepções que podem ser exploradas enquanto características marcantes da produção historiográfica medieval. Ambos autores relacionam o trabalho de escrita da história com a manutenção da memória. Por ser falha, há a necessidade de um relato dos eventos grandiosos – feitos pelos grandes homens, cristãos – para que sirvam de exemplos para a posteridade. As virtudes dos personagens principais são enaltecidas nos escritos. Os homens virtuosos merecem destaque na narrativa, sejam eles membros da Igreja ou partícipes do jogo político do contexto social ao qual pertencem.

Como estes historiadores medievais buscam suas informações em relatos orais, em documentos dos seus próprios espaços de produção, percebe-se, pois, a predominância da história do presente. Esses autores escrevem a história contemporânea a eles. Por isso grande parte dos eventos que narram estão relacionados com o seu próprio contexto e com os personagens que lhes estão mais próximos. Ainda que exponham sua intenção de universalidade do relato, como o faz Raoul Glaber, que afirma o intuito de narrar os acontecimentos do mundo todo.

Tanto Richer quanto Raoul Glaber expõem algumas ideias que consideramos seus pressupostos fundamentais para a concepção de um trabalho histórico e também as bases metodológicas de suas reflexões no momento da escrita. Esses tópicos nos permitem trabalhar com a ideia de uma ação consciente, conforme salientam em seus estudos François Hartog e Bernard Guenée, como já expusemos linhas acima. Para demonstrar alguns desses tópicos, fizemos uma tabela para ajudar na compreensão dos principais postulados tanto em Richer quanto em Glaber.

Tabela 3 – Relação dos postulados sobre a narrativa histórica em Richer de Reims e Raoul Glaber.

Richer de Reims	Raoul Glaber
-----------------	--------------

<ul style="list-style-type: none"> • Centralidade da narrativa sobre os eventos relacionados com os francos – relato local; • Escrita da história contemporânea, o que viabiliza a averiguação das informações; • Relato dos feitos dos grandes homens, tendo em vista que a memória é falha, as ações dos grandes homens devem ser relatadas; • Admite a influência dos autores clássicos; • Admite a busca de informações em fontes diversas – principalmente os <i>Anais</i>, de Flodoard; • Expõe a relação entre as virtudes, os grandes feitos e, portanto, a necessidade do relato histórico; • Assume possíveis falhas do texto perante o leitor (um exemplo é a falta de aprofundamento na narração de alguns eventos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Escrita da história contemporânea; • Intenção de universalidade do relato (que não se apresenta ao longo da narrativa); • Importância das virtudes, pois a história relata as ações dos homens ilustres, virtuosos (por exemplo, a contemporaneidade está ligada com o ideal de Justiça); • Admite a leitura de Beda, o Venerável e Paulo Diácono – considerando-os como autores de livros de história. (Portanto, aponta a influência histórica destes autores em seu relato. Também são utilizados como justificativa para a escrita de um novo relato histórico); • Aponta a necessidade da história levando em consideração a memória falha; • A exposição da <i>Divina Quaternidade</i> discute a concepção de tempo, que se apresenta como linear.
---	---

Assim, podemos notar que estes autores expõem em seus prólogos quais são suas principais ideias, suas “configurações do saber”, seu aparato metodológico na estruturação da narrativa histórica. Quais são seus interesses, quais pontos são mais importantes, suas influências na hora de pensar o trabalho histórico. O historiador medieval expõe essas ideias em suas obras, portanto, pensa sobre sua função, reflete sobre o que escreve, concebe as bases de seu próprio ofício de historiar os acontecimentos que estarão presentes na narrativa.

Neste trabalho, elencamos dentro deste *corpus documental* que é composto pelas obras de narrativa histórica de Richer de Reims e Raoul

Glaber um evento específico para problematizar. A narração da passagem dinástica dos carolíngios para os capetíngios. A ascensão ao trono de Hugo Capeto, duque dos francos e conde de Paris, no ano de 987. Analisando ambos relatos, podemos perceber que os autores expõem as virtudes de Hugo Capeto. Os relatos são muito próximos, com algumas exceções. Richer vai apontar Hugo a partir da aceitação tanto da Igreja quanto dos demais nobres para sua ascensão ao trono. E constrói a imagem desse personagem como um rei que age de forma ativa, resolvendo os problemas, argumentando frente aos nobres e à Igreja. Agindo de acordo com o poder que lhe é concedido. O relato de Richer demonstra como havia um poder simbólico dentro dessa passagem e atentamos para a nossa análise sobre como esse simbolismo foi importante para demonstrar a prática das ações desse monarca na resolução dos conflitos. Acreditamos que era esse poder que permitia a ação efetiva do rei frente aos problemas que o contexto lhe impunha.

O poder exercido por Hugo se mostra extremamente forte a partir do momento que ele consegue, seja com a argumentação, seja com a sua própria posição de rei, colocar o filho, Roberto, no trono do reino dos francos, no mesmo ano em que ele próprio assume o poder. E, pela análise do texto richeriano, podemos concordar com a tese de Jason Glenn, discutida algumas vezes ao longo desta dissertação, de que o texto de Richer de Reims pode ser compreendido como um forte legitimador da dinastia capetíngia. E vale ressaltar que Gerbert D'Aurillac, para quem o relato histórico é dedicado, foi feito arcebispo de Reims pelo próprio Hugo Capeto²²².

Raoul Glaber também constrói seu texto visando o enaltecimento dos personagens Hugo Capeto e Roberto, seu filho. Os relatos se assemelham muito nesse ponto. Hugo é valorizado pelo historiador, principalmente com a descrição das virtudes cristãs, mas também com a decisão, que ambos historiadores medievais concordam ser coerente, de elevar o filho ao trono juntamente com ele. Para Glaber é justamente por isso, por essas ações tomadas pelo rei, que há importância em se relatar esses eventos em uma

²²² ZINN, *op. cit.*

obra histórica, para se demonstrar toda a grandeza que possui Hugo Capeto e para que, portanto, esses acontecimentos não sejam esquecidos. A história servindo como um auxílio para a manutenção da memória dos grandes feitos e, por consequência, dos grandes homens, dos *exempla*.

Acreditamos, portanto, que os autores devem ser compreendidos como historiadores, que escreviam suas obras de forma consciente, pensando a escrita da história a partir de técnicas e métodos visando algum fim. Na relação que pretendemos com esse trabalho, de fazer a intersecção da escrita da história com o jogo político, compreendendo-o como a disputa pelo poder, acreditamos, como Jason Glenn e Gabrielle Spiegel (para lembrarmos apenas da tese de dois dos teóricos que problematizamos), que as obras destes historiadores medievais devem ser compreendidas enquanto instrumentos de legitimação do poder. O que para nós é um demonstrativo e mais um argumento de que a concepção da história no período, a ação da escrita da história, deve ser compreendida a partir da ação consciente dos autores destes textos.

Com essa dissertação tentamos problematizar alguns desses pontos. Tentamos dar uma pequena contribuição a esse campo ainda muito vasto e à espera de maiores problemas e pesquisas. A escrita da história durante a Idade Média é um dos espaços atuais mais aberto à pesquisa e que mais necessita de problematizações e diálogos entre os pesquisadores. Ou, como bem definiu Bernard Guenée, que tanto contribuiu com seu trabalho para essa temática, existiram historiadores na Idade Média, existiu uma historiografia medieval. O que precisamos agora é um número maior de pesquisadores que estudem a escrita da história praticada durante a Idade Média²²³.

²²³ GUENÉE, Bernard. "Y a-t-il une historiographie médiévale?", *Revue Historique*, T. 258, Oct-dec, 1977, pp. 261-275, p. 275.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Historiarum libri quinque ab anno incarnationis DCCCC usque ad annum MXLIV, disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k290027>>, com acesso em 20 nov. 2012.

Richeri historiarum quatuor libri, disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k361020>>, com acesso em 20 nov. 2012.

RAOUL GLABER. *Histoires*. Texte traduit et présenté par Mathieu Arnoux. Turnhout: Brepols, 1996.

RODOLFO IL GLABRO. *Cronache dell'Anno Mille* (Storie). A cura di Guglielmo Cavallo e Giovanni Orlandi. Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 2011.

_____. *Storie dell'anno mille*. Milano: Editoriale Jaca Book, 1982.

RICHER. *Histoire de son temps*. Paris: Chez Jules Renouard, 1845. Disponível em: <<http://archive.org/details/richerhistoire01parigoog>>, com acesso em 20 nov. 2012.

SAINT-REMI, Richer di. *I quattro libri delle Storie* (888-998). Pisa: Edizioni Plus – Pisa University Press, 2008.

Referências para o estudo da historiografia na Idade Média:

COMNENO, Ana. *La Alexiada*. Traducción de Emilio Díaz rolando. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 1989.

CONIATA, Niceta. *Grandezza e catastrofe di Bisanzio*. Milano: Mondadori, 1999.

FLODOARD. *Annali* (919-966). Editado por Paolo Rossi. Fonti tradotte per la storia dell'Alto Medioevo. Pisa: Pisa University Press, 2007.

_____. *Annales de Flodoard*. Paris: Alphonse Picard et fils éditeur, 1903. Disponível em <<https://archive.org/details/lesannalesdeflod00floduoft>>, com acesso em 23 jan. 2013.

HERÓDOTO. *História*. São Paulo: Ediouro, s/d.

SAMOSÁTA, LUCIANO de. *Como se deve escrever a história*. Tradução, introdução, apêndices e o ensaio “Luciano e a história”: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

TUCÍDIDES. *Historia de la guerra del Peloponeso*. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

Estudos:

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 16, 2001/2002, pp. 13-36.

_____. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. *Biblos* (Rio Grande), v. 21, p. 9-32, 2007.

ALMEIDA, Néri de Barros. “Raoul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047)”. *Revista Signum*, 2010, vol. 11, n. 2, p. 84.

ANDENNA, Giancarlo. Mille anni dopo. Rodolfo il Glabro: un acuto interprete del segno dei tempi, p. 11. In.: Rodolfo il Glabro. *Storie dell'anno mille*. Milano: Editoriale Jaca Book, 1982.

ARLIE, Stuart. *The historiography of elites in Gaul*. Disponível em: <<http://lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/airlie.pdf>>, com acesso em 20 nov. 2012.

ARNOUX, Mathieu. Introduction. In.: RAOUL GLABER. *Histoires*. Texte traduit et présenté par Mathieu Arnoux. Turnhout: Brepols, 1996, p. 8.

BARROS, José D'Assunção. “História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história”. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun. 2007.

BARTHÉLEMY, Dominique. “La mutation féodale a-t-elles eu lieu? (note critique)”, *Annales ESC*, mai-juin, n°. 3, 1992, pp. 767-777.

_____. *A Cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

BASSI, Rafael José. Entre uma possível teoria e prática? O aristotelismo na obra histórica de Anna Comnena (séculos XI e XII). In: *XI Encontro Estadual de História. História, Memória e Patrimônio*, 2012, Rio Grande. Anais Eletrônicos do XI Encontro Estadual de História - Anpuh-RS, 2012.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

_____. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 450.

_____. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 13

BOIS, Guy. *La mutation de l’an mil*. Paris: Fayard, 1989.

BONNASSIE, Pierre. *La Catalogne du milieu du Xe à la fin Du XIe siècle*. Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1976.

BOUCHARD, Constance B. “Feudalism”, Cluny, and the Investiture Controversy. In.: BLANKS, David; FRASSETTO, Michael; LIVINGSTONE, Amy. *Medieval monks and their world: ideas and realities*. Leiden/Boston: Brill, 2006, p. 85.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001,

BOUREAU, Alain. *Le Simple Corps du Roi. L'impossible sacralité des souverains français*. Paris: Les Éditions de Paris, 1988.

BOUTRUCHE, Robert. *Seigneurie e féodalité*. Paris, 1968.

BULST, Neithard. “Radulfus Glaber Vita domni Willelmi abbatis”. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*, 30 (1974), p. 450-487.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURROW, John. *Uma história das histórias*. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 229.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. O Período Medieval: uma história cristã. In.: idem. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2003, pp. 17-48.

CERDA, José Manuel. *Eventos tan grandiosos y memorables. Los cronistas de Enrique II de Inglaterra y la nueva narrativa histórica del siglo XII*. CORTI, Paola B et all (editores) *História, Memória y Narración*. Ediciones Altazor, s/d., 255-266.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, pp. 56-104.

COHN, Norman. The tradition of Apocalyptic Prophecy. In.: *The Pursuite of the Millennium*. New York: Oxford University Press, 1970, pp. 19-36.

DUBY, Georges. “Recherches sur l’évolution des institutions judiciaires pendent le Xe et le XIe siècle dans le Sud de la Bourgogne”. *Le Moyen Age*, 52 (3-4), 1946, pp. 149-194.

_____. *Guerreiros e Camponeses. Os primórdios do crescimento econômico europeu do século XII*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

_____. ***As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo***. Coleção Nova História, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

_____. DUBY, G. *La société aux XIe et XIIe siècles dans la region mâconnaise*. Paris, 1953.

_____. *O Ano Mil*. Lisboa: Editora 70, 2002.

ECO, Umberto. *Os limites da Interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

FOURACRE, P. Placita and the settlement of disputes in later Merovingian Gaul. In: DAVIS, W., FOURACRE, P. *The settlement of Disputes in Early Medieval Europe*. Cambridge, 1986, p. 23-44.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os Reinos dos Cronistas Medievais*. São Paulo: Annablume, 2006.

FRANCO JR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Braziliense, 2001.

GANSHOF, Jean-François. *O que é o feudalismo?* Publicações Europa-América, 1976.

GEARY, Patrick. "Vivre en conflit dans une France sans État: typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200)". *Annales ESC*, 5 (1986), p. 1107-1133.

GLENN, Jason. *Politics and History in the Tenth Century. The work and world of Richer of Reims*. Cambridge, 2004.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*. Paris, Aubier-Montaigne, 1980.

_____. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

_____. "Y a-t-il une historiographie médiévale?", *Revue Historique*, T. 258, Oct-dec, 1977, pp. 261-275.

GUERREAU, Alain. *O feudalismo. Um horizonte teórico*. Porto: Edições 70, 1982.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV) – *O espelho do Rei: "Deciframe e te devoro"*. Tese de Doutorado defendida na UFPR, 2004.

GUIZOT, François. *Histoire de la civilisation en Europe*. Paris: 1868.

HARDY, Brent. *Glaber's Cluniac Preoccupations*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of máster of arts. Simon Fraser University, 1996.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX. (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

IOGNA-PRAT, D.; ORTIGUES, Edmond. "Raoul Glaber et l'historiographie clunisienne." *Studi Medievali*, third series, 26, 1985, pp. 537-72.

_____. *Ordonner et exclure. Cluny et la société chrétienne face à l'hérésie, au judaïsme et à l'islam (1000-1150)*. Paris: Aubier, 1998.

JUBAIVILLE, H. D'Arbois. L'Historien Richer et le siège de Melun em 999. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1859_num_20_1_445644> com acesso em 20 jun 2012.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei*. Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart, et all. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDES, Richard. Hugh Capet. In.: KIBLER, William. *Medieval France: An Encyclopedia* Series: Routledge Encyclopedias of the Middle Ages. Routledge, 1995, p. 879.

LANDES Richard. Rodulfus Glaber and the dawn oh the new millenium: eschatology, historiography, and the year 1000. *Revue Mabillon*, n.s., t. , 1996.

LAURANSON-ROSAZ, Christian. Le débat sur la "mutation féodale": état de la question. Disponível em: <<http://www.droit.u->

clermont1.fr/pages_statiques/Recherche/CentreRecherche/...>. Tradução nossa. Acesso em 25 out. 2012.

MACEDO, José Rivair. “Tempo, providência e apocalipse na Historia Francorum de Gregório de Tours”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 12, dezembro de 1999.

MENACHE, Sophie. Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction. *Journal of Medieval History*, 32, 2006, 333-345.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “El Tiempo en la historiografía antigua”. In.: *Idem. Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

PARADA, Mauricio. *Os historiadores clássicos da História*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio e Editora Vozes, 2012.

PEDRERO-SÁNCHEZ. *História da Idade Média*. Textos e testemunhas. São Paulo: Editora Unesp.

PERTZ, George-Henri. « Notice Critique ». Richer. *Histoire de son temps*. Paris: Chez Jules Renouard, 1845, p. xxvii.

POLY, Jean-Pierre. BOURNAZEL, Eric. *La mutation féodale. Xe – XIIIe siècles*. Presses Universitaires de France, 1980.

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

RIVEROS, “Ana Comneno en el Panorama de la Cultura Bizantina”. In: *Byzantion Nea Hellás*, n. 23. Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, 2004.

_____. HERRERA C, Héctor. *El Imperio Bizantino*. Introducción Histórica y Selección de documentos. Santiago de Chile: Centro de Estudios Griegos, bizantinos y Neohelénicos “Fotios Malleros”, 1998.

ROSSI, Paolo. Introdução. SAINT-REMI, Richer di. *I quattro libri delle Storie* (888-998). Pisa: Edizioni Plus – Pisa University Press, 2008.

RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SILVA, Marcelo Cândido da. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008.

SPIEGEL, Gabrielle M. *The Past as Text. The Theory and Practice os Medieval Historiography*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1997.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

VALENSI, Lucette. L'exercice de la comparaison au plus proche, à distance: le cas des sociétés plurielles. *Annales HSS*, janvier-fevrier 2002, n. 1.

WOOD, Ian. Disputes in late fifth and sixth-century Gaul: some problems. In: DAVIES, W; FOURACRE, P. *The settlement of Disputes in Early Medieval Europe*. Cambridge, 1986, p. 7-22.

ZINN, Grover A. Gerbert of Aurillac. In.: KIBLER, William. *Medieval France: An Encyclopedia* Series: Routledge Encyclopedias of the Middle Ages. Routledge, 1995, p. 745.

Referências de apoio:

AMALVI, Christian. "L'historiographie française face à l'avènement d'Hugues Capet et aux terreurs de l'an Mil: 1800-1914," De l'art et la manière d'acommoder les héros de l'histoire de la France. *Essais de mythologie nationale*. Paris: Albin Michel, 1988, pp. 116-145.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

AUTRAND, Fr.; GAUVARD, Cl.; MŒGLIN, J.-M. (éd.). *Saint-Denis et la royauté*. Études offertes à Bernard Guenée. Membre de l'Institut, Paris, 1999.

BAKER Keith Michael, CHARTIER Roger. *Dialogue sur l'espace public, Politix*, n. 26, 1994, pp. 5-22.

BALARD, Michel; GENET, Jean-Philippe; ROUCHE, Michel. *Le Moyen Âge en Occident*, Hachette 2003.

BARTHÉLEMY, Dominique. Debate: The 'Feudal Revolution, *Past and Present*, n. 152, 1996, pp. 196-205.

_____. ; WHITE, Stephen. Debate: The 'Feudal Revolution, *Past and Present*, n. 152, 1996, pp. 196-223.

_____. La théorie féodale à l'épreuve de l'anthropologie (note critique), *Annales ESC*, mars-avril, n. 2, 1997, pp. 321-341.

_____. *L'an Mil et la Paix de Dieu*. La France chrétienne et féodale 980-1060. Paris: Fayard, 1999.

_____. *L'ordre seigneurial*. Xie-XIe siècle. Éditions du seuil, 1990.

_____. La mutation de l'an Mil a-t-elle eu lieu? Servage et chevalerie dans la France dès Xe et XIe siècles. Paris: Fayard, 1997.

BENTON, J. *Self and Society in Medieval France: The Memoirs of Abbot Guibert of Nogent (1064-c.1125)*, New York, NY, 1970: repr. Toronto, ON, 1984.

BISSON, T. 'The "Feudal Revolution"', *Past and Present*, 142 (1994), pp. 6-42; idem, 'The "Feudal Revolution": Reply', *Past and Present*, 155 (1997), 208-225.

BONNAUD, Robert. *Histoire et historiens de 1900 à nos jours: l'histoire nouvelle*. Au-delà de l'histoire. Paris: Kimé, 2001.

BOUTIER Jean, JULIA Dominique (dir.). *Passés recomposés*. Champs et chantiers de l'histoire. Paris: *Autrement*, n 150-151, janvier/1995.

BOUTRUCHE, Robert. *Seigneurie et féodalité. Le premier age des liens d'homme a homme*. Paris: Éditions Montaigne, 1968.

BOYD, Kelly. *Encyclopedia of Historians and Historical Writing*. London: Fitzroy Dearborn, 1999.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais. A longa duração*. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 41-78.

BROWN, E. The Tyranny of a Construct: Feudalism and Historians of Medieval Europe, *American Historical Review*, 79 (1974), 1063-1088.

BURGUIÈRE, De la compréhension en histoire. In *Annales ESC*, janvier-février, no 1, pp. 123-136, 1990.

BURKE Peter (éd.), *New Perspectives on Historical Writing*. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

BURR, George Lincoln. The Year 1000 and the Antecedents of the Crusades,. In: *American Historical Review*, 6 (1901), pp. 429-39.

CADIOU, François; et al. *Como se faz a história. Historiografia, método e pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALLAHAN, Daniel. The Peace of God, Apocalypticism, and the Council of Limoges of 1031, *Revue bénédictine*, 101 (1991), 32-49.

CATAUDELLA, Michele. F. Historiography in the East. In.: MARASCO, Gabriele (ed.). *Greek and Roman historiography in late antiquity: fourth to sixth century A.D*. Leiden/Boston: Brill, 2003. pp. 391-447.

CONTAMINE, Philippe, BOMPAIRE, Marc, LEBECQ, Stéphane, SARRAZIN, Jean-Luc. *L'Économie médiévale*. Paris: Armand Colin, 2004.

CORBIN Alain, De l'histoire des représentations à l'histoire sans nom. In: *Politix*, 21, premier trimestre 1993, pp. 7-14.

COUMERT, M. *Origines des peuples. Les récits du Haut Moyen Âge occidental (550-850)*. Paris, 2007.

_____. et al. (dir.), *Rerum gestarum scriptor. Histoire et historiographie au Moyen Age*. Mélanges Michel Sot, Paris: PUPS, 2012.

DAVIS, R.H.C.; WALLACE-HADRILL, J.M. *The Writing of History in the Middle Ages*. Essays Presented to R.W. Southern, Oxford, 1981.

DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. *Historiographies: concepts et débats*. Paris: Folio-histoire, Gallimard, 2010.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

_____. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

_____. *Os gregos e nós: uma antropologia comparada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

Espace Temps, no 59-60-61, "Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens", 1995.

FARGE, Arlette. *Des lieux pour l'histoire*. Paris: Le Seuil, 1997.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FOCILLON, Henri. *L'An Mil*. Paris: Armand Colin, 1952.

FONTANA, Josep. *La Historia despues del fin de la historia*. Barcelona, 1992.

FOURACRE, P. Carolingian justice: The rhetoric of improvement and contexts of abuse. In: *La Giustizia nell'alto Medioevo (secoli V-VIII)*, 1995, pp. 771-803.

GEARY, P. Extra-judicial means of conflict resolution. In: *La Giustizia nell'alto Medioevo (secoli V-VIII)*, 1994-1995, pp. 569-601.

GEARY, Patrick. *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the end of the first Millennium*. Princeton University Press, 1994.

GENET, J.-Ph. (éd.). *L'historiographie médiévale en Europe. Actes du colloque organisé par la Fondation Européenne de la Science au Centre de Recherches Historiques de l'Université de Paris I du 29 mars au 1er avril 1989*, Paris, 1991.

GERGEN, Thomas. "The Peace of God and its legal practice in the Eleventh Century". In: *Cuadernos de Historia del Derecho*, vol. 9, 2002, pp. 11-27.

_____. *Pratique Juridique de la paix et trêve de Dieu à partir du concile de Charroux (989-1250)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2003.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". Trad. de Federico Carotti. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: DIFEL, 1991. p. 203-214.

GOUGENHEIM, S. "Millénarisme". In: *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002.

GOULLET, M.; PARISSÉ, M. (éds). *Les historiens et le latin médiéval. Colloque tenu à la Sorbonne les 9, 10 et 11 septembre 1999*, Paris, 2001 (Histoire ancienne et médiévale - 63).

GUERREAU, Alain. "Fief, Féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historique". In: *Annales ESC*, janvier-février, n°. 1, 1990, pp. 137-166.

_____. *L'Avenir d'un passé incertain*. Paris: Le Seuil, 2001.

HARDY, Brent. Glaber's Cluniac Preoccupations. Thesis submitted in Simon Fraser University, 1996, p. 117.

HARTOG, Francois. O tempo desorientado. Tempo e história: 'como escrever a história da França. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997.

HARTOG, Francois. Tempo e patrimônio. In: *Varia História*, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006, pp. 261-273.

_____. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. Michelet, a história e a 'verdadeira vida'. Trad. de Temístocles Cezar. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul, vol. 13, no 1, jan/jun 2005.

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*, n. 148, 2003, pp. 9-34.

_____. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

_____. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HEAD, Thomas; LANDES, Richard. *The Peace of God: Social Violence and Religious Response in France around the Year 1000*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

Histoire sociale, histoire globale? Actes du colloque des 27-28 janvier 1989, sous la direction de Christophe CHARLE, Institut d'histoire moderne et contemporaine, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.

IOGNA-PRAT, Dominique. Contenance et virginité dans la conception clunisienne de l'ordre du monde autour de l'an mil. In: *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-lettres* 1985, pp. 127-46.

_____. *La Maison Dieu: une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge (v. 800 - v. 1200)*, Paris: Seuil, 2006.

KOCKA, J. "Asymmetrical Historical Comparison: The Case of the German Sonderweg". *History and Theory*, v. 38, n. 1, p. 40-50, Feb. 1999.

_____. Comparison and beyond. In: *History and Theory*, n. 42, pp. 39-44, Feb. 2003.

KOSELLECK, Reinhardt. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1973.

L'histoire entre épistémologie et demande sociale. In: *Actes de l'Université d'été de Blois*, septembre 1993, IUFM de Créteil, 1994.

LACROIX, B. *L'historien au moyen âge*. Montréal/Paris, 1971.

LANDES, Richard. Millenarismus absconditus: L'historiographie augustinienne et l'An Mil. In: *Le Moyen Age*, 98:3-4, 1992, pp. 355-77.

LANDES, Richard. Owls, Roosters, and Apocalyptic Time: A Historical Method for Reading a Refractory Documentation. In: *Union Seminary Quarterly Review*, 49, 1996, pp. 165-85.

LANDES, Richard. Sur les traces du Millennium: La via negative. In: *Le Moyen Age*, 99. 1993, pp. 5-26.

LATOUCHE, R. Un imitateur de Salluste au Xe siècle: l'historien Richer. In: *Ann.Un. Grenoble*, 6. 1929, pp. 289-306.

LEPETIT Bernard. Propositions pour une pratique restreinte de l'interdisciplinarité. In: *Revue de synthèse*, IVe S., no 3, juillet-septembre 1990, pp. 331-338.

_____. ; REVEL Jacques. L'expérimentation contre l'arbitraire. In: *Annales ESC*, janv.-fév., pp. 261-265, 1992.

MacKINNEY, L.C. Tenth-Century Medicine as seen in the Historia of Richer of Rheims. In: *Bull. Inst. Hist. Medicine* 2.6, pp. 347-375, 1934.

MAIER, Charles S. La historia comparada. In: *Studia Historica – Historia Contemporánea*, v. 10-11, pp. 11-32, 1992-93.

MENANT, François; et al. *Les capétiens. Histoire et dictionnaire (987-1328)*. Paris: Laffont, 1999.

MILO Daniel, BOUREAU Alain. *Alter histoire, essais d'histoire expérimentale*. Paris: Les Belles-lettres, 1991.

MILO, Daniel. L'an Mil: Un Problème d'historiographie modern. In: *History and Theory* 27:3, 1988, pp. 261-81.

MURRAY, A.C. (éd.). *After Rome's Fall. Narrators and Sources of Early Medieval History*. Essays presented to Walter Goffart, Toronto, 1998.

NICOLAZZI, Fernando. "A conceituação na escrita da história". In: *Revista História e Perspectivas*, no 27/28, jul./dez., 2002 - jan./jun., 2003.

_____. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, pp. 229-257, jul./dez. 2010.

NOIRIEL, Gérard. Une histoire sociale du politique est-elle possible?. In: *Vingtième siècle*, no 24, octobre-décembre 1989, pp. 81-96.

PERTZ, George-Henri. "Notice Critique". Richer. *Histoire de son temps*. Paris: Chez Jules Renouard, 1845, p. xxvii.

POIRION, D. (éd.). *La chronique et l'histoire au Moyen Age*. Colloque des 24 et 25 mai 1982, Paris, 1986.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RANCIÈRE Jacques. *Les noms de l'histoire. Essai de poétique du savoir*. Paris: Le Seuil, 1992.

REUTER, T. Debate: The 'Feudal Revolution. In: *Past and Present*, 155, 1997, pp. 177-195.

_____.; WICKHAM, Chris; BISSON, Thomas. Debate: The 'Feudal Revolution. In: *Past and Present*, n. 155, 1997, pp. 177-225.

REVEL Jacques, Ressources narratives et connaissance historique. In: *Enquête*, n. 1, pp. 43-70, 1995.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Gallimard, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, 3 tomos.

ROCHE, Daniel. Les historiens aujourd'hui. Remarques pour un débat. *Vingtième siècle*, n. 12, octobre-décembre 1986, pp. 3- 20.

ROSSI, Paolo. Introduzione. SAINT-REMI, Richer di. *I quattro libri delle Storie (888-998)*. Pisa: Edizioni Plus – Pisa University Press, 2008, pp. 5-29.

RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

SASSIER, Yves. *Royauté et idéologie au Moyen Âge. Bas-Empire, mond franc, France (IVe – XIIe siècle)*. Paris: Armand Colin, 2002.

SCHMITT, J.-CL.; OEXLE, O.G. (Dir.). *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne*. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998), Paris, 2002 (Université Paris I Panthéon - Sorbonne. Histoire ancienne et médiévale - 66).

SMALLEY, B. *Historians in the Middle Ages*. Londres, 1974.

SOT, M. Richer de Reims a-t-il écrit une Histoire de France?. In: *Histoires de France, historiens de France*, pp. 47-58, Paris 1994.

SPIEGEL, G.M. *Romancing the Past. The Rise of Vernacular Prose Historiography in Thirteenth-Century France*. Los Angeles: Berkeley, 1993.

THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. da C. "História comparada: olhares plurais". Phoênix, volume 1, número 1, jun./2007.

VASILIEV, A. Medieval Ideas of the End of the World: West and East. In: *Byzantion*, 16, 1942-3, pp. 462-502.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

WERNER, Karl Ferdinand. Dieu, les rois et l'Histoire. In.: DELORT, Robert (dir). *La France de l'an Mil*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 164-281.

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

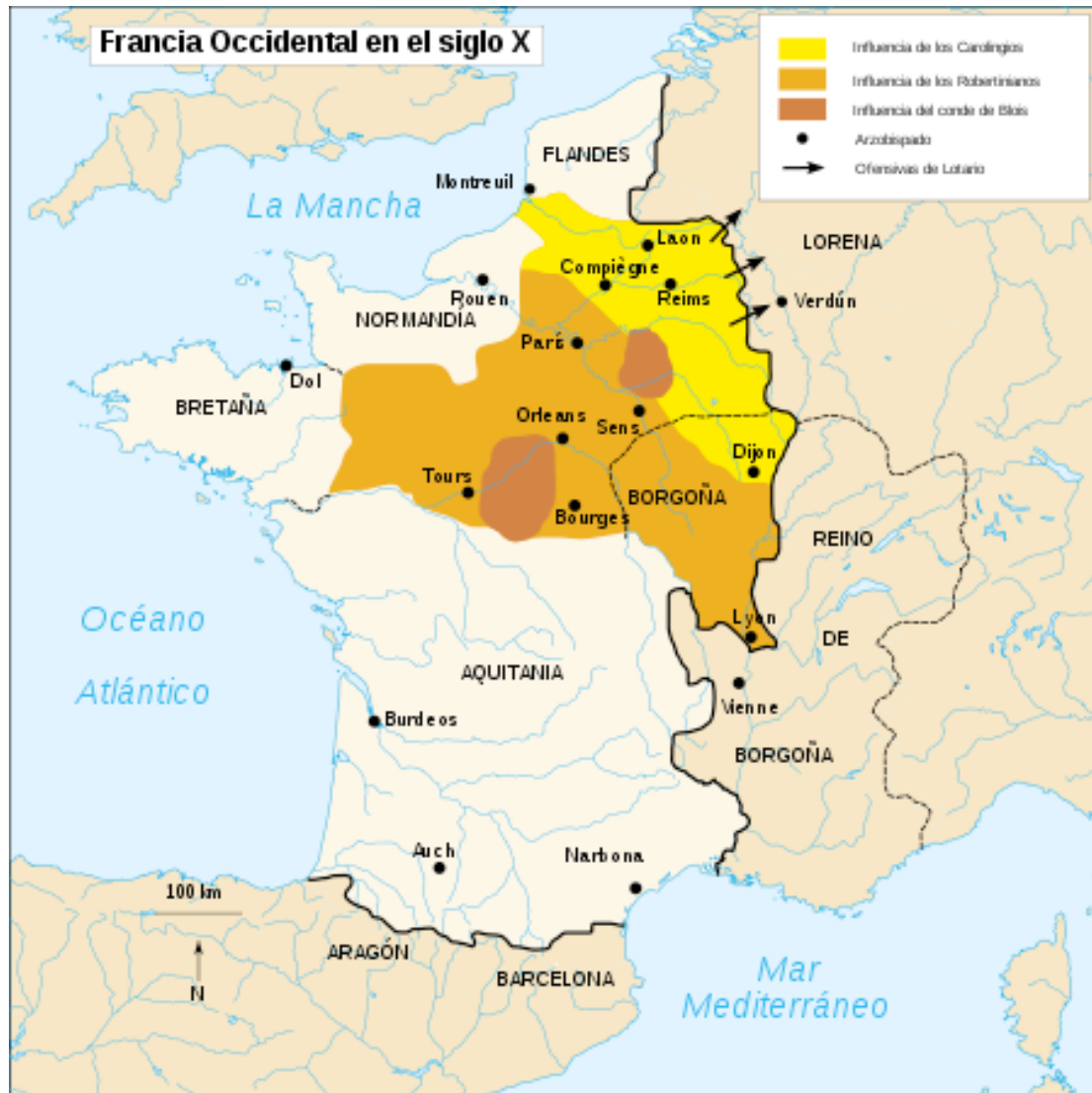
WHITE, S. Debate: The "Feudal Revolution". In: *Past and Present*, 152, 1996, pp. 205-223.

WICKHAM, C. *Framing the Early Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ANEXOS

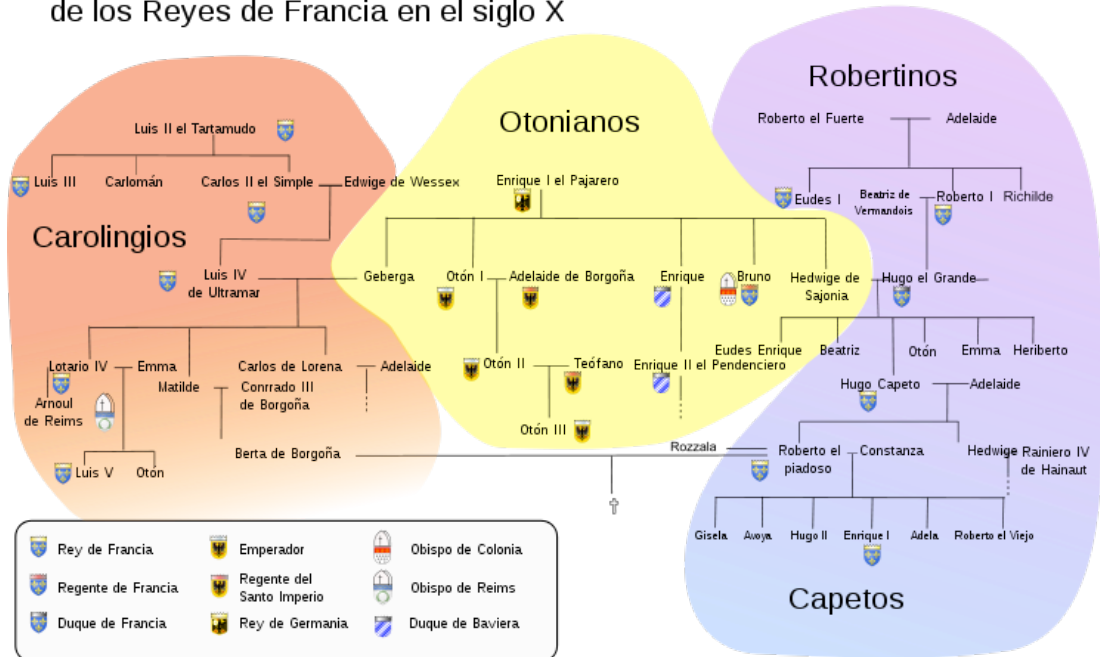


Fonte: http://www.lahistoriaconmapas.com/wp-content/uploads/2012/10/1024px-El_reino_de_los_francos_bajo_Hugo_Capeto-es.svg.png, com acesso em 12 set. 2013.



Fonte: El reino de Francia en tiempos de los últimos carolingios. Según L. Theis, *L'Héritage des Charles*, Seuil, París, 1990, p. 168.

Árbol genealógico simplificado de los Reyes de Francia en el siglo X



Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Hugo_Capeto>, com acesso em 10 set. 2013.



Representação dos destinatários das Atas de Hugo Capeto. Segundo J.-F. Lemarignier, *Le gouvernement royal aux temps des premiers Capétiens (987–1108)*, Picard, Paris, 1965.